

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CADERNO REGIONAL

RIBEIRÃO PRETO - FRANCA - BARRETOS



APRESENTAÇÃO

O **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH)** é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, orientando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território, e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das cidades. Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos

recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas, e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município constituinte da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **Cadernos Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada tema. Com o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões

¹ Lei Federal nº 13.089/2015

² A FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos Cadernos Regionais resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUI, dividindo agora o estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos Cadernos Temáticos, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos cadernos temáticos, os eixos do PDUH foram organizados em subeixos:

1. **Dinâmica Ambiental;**
2. **Desenvolvimento Socioterritorial;**
3. **Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e**
4. **Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.**

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componham um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDUH: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território às mudanças climáticas e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por iniquidades sociais históricas.

Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Região atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial, como de dinâmicas mais significativas apontadas nos Cadernos

Temáticos. A partir deste diagnóstico deverão ser apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencar diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Síntese Regional), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (Caderno Regional).

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	5
2. DIAGNÓSTICO REGIONAL	19
2.1 DINÂMICA AMBIENTAL.....	21
2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico.....	22
2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade	27
2.1.3 Recursos hídricos	30
2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	39
2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	44
2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética	46
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	48
2.2.1 Perfil econômico dos municípios.....	49
2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior	52
2.2.3 Atividade agrícola.....	54
2.2.4 Setor de maior Valor de Transformação Industrial (VTI).....	56
2.2.5 Saldo do comércio exterior.....	58
2.2.6 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada	60
2.2.7 Dinâmica demográfica	64
2.2.8 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	69
2.2.9 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial	75
2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE	82

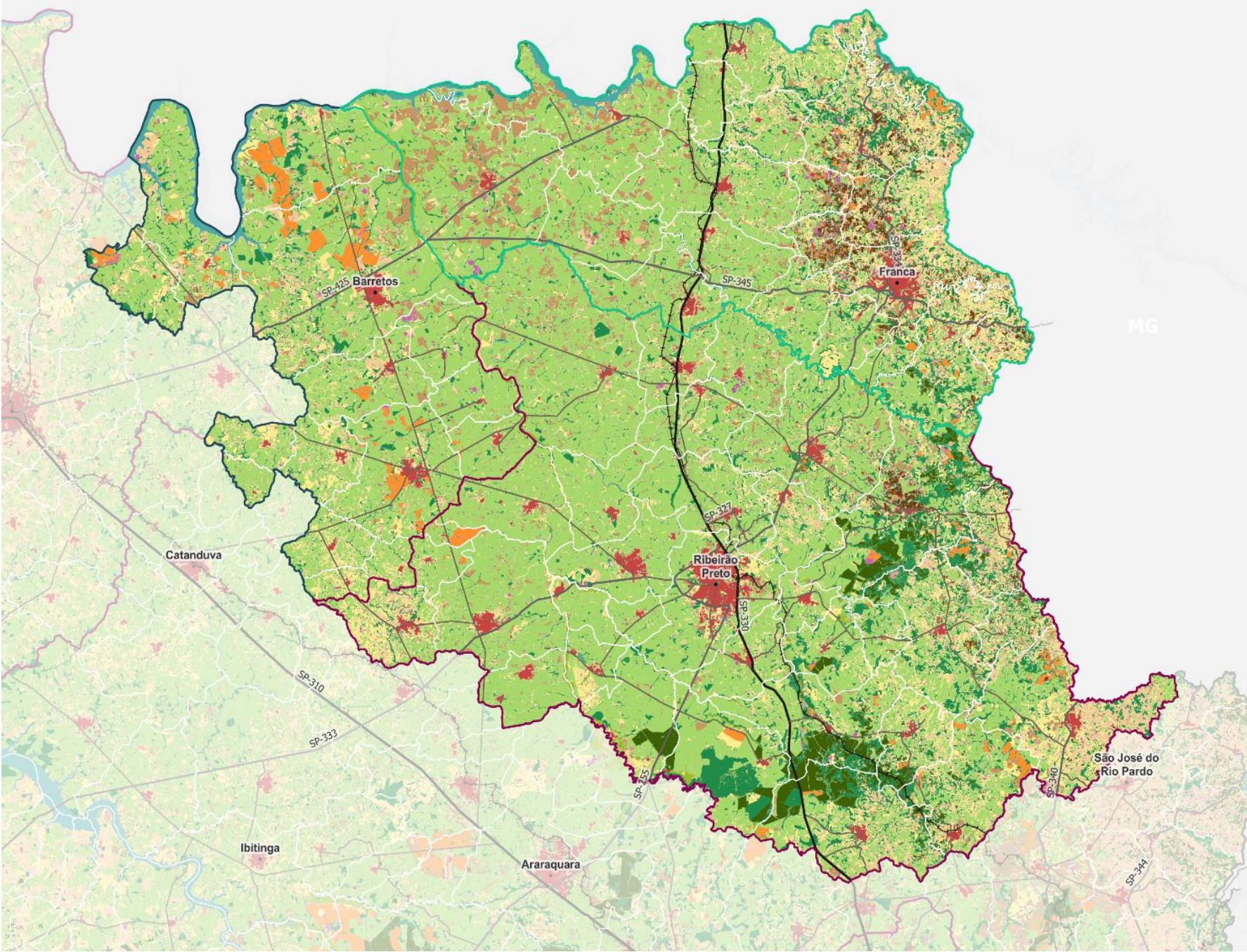
2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais.....	83
2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos ...	85
2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional	88
2.3.4 Acidentes no sistema viário	90
2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL..	95
2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	96
2.4.2 Domicílios em áreas de risco.....	102
2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais	106
2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico	109
2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico.....	114
2.4.6 Violência urbana	117
2.4.7 Desigualdades socioterritoriais	119
3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS	122
3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS	134
3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	139
3.3 PRÓXIMOS PASSOS	141

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL



USO E COBERTURA DO SOLO 2023

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Uso e Cobertura do Solo 2023 (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Campo Alagado e Área Pantanosa
- Silvicultura
- Pastagem
- Mosaico de Usos
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Rio, Lago e Oceano
- Afloramento Rochoso
- Mineração

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Estadual
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

- Limites Municipais
- Aglomerado Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A caracterização regional apresenta um conjunto de dados relevantes para as análises por subeixos que compõem esse Caderno: uso e cobertura da terra, infraestrutura rodoviária principal, porte populacional dos municípios, população inscrita no CadÚnico, Arranjos Populacionais (Regic-IBGE), presença de consórcios intermunicipais e planos regionais ou estaduais de referência.

O projeto **MapBiomias Brasil** é a fonte das informações sobre a cobertura e o uso da terra adotadas no diagnóstico. O MapBiomias é uma iniciativa que teve origem em 2015, vinculada ao Observatório do Clima, com objetivo de monitorar a matriz de mudanças no uso do solo brasileiro, contribuindo para avaliação das emissões de gases do efeito estufa no país. A metodologia do projeto se ancora no sensoriamento remoto, machine learning e rede colaborativa. A elaboração do mapeamento tem como características principais a utilização de imagens de satélite Landsat, com resolução de 30 metros e intervalo de cobertura de 1985 ao ano atual, as quais são classificadas pixel a pixel por algoritmos de aprendizagem de máquina.

A análise dos dados da Coleção 9 para o Estado de São Paulo enfatiza as dez classes predominantes do ponto de vista de sua extensão territorial, apontando para a relevância dos usos ligados à produção rural – pastagem, lavoura perene e temporária, silvicultura e mosaico de usos – em relação à cobertura natural – formação florestal, formação savânica, campo alagado, formação campestre e águas – reforçando a antropização do território.

Dentre as regionalizações do estado, Ribeirão Preto – Franca – Barretos apresenta 8,3% das áreas de cobertura natural do estado, entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH.

Com relação à infraestrutura rodoviária, destaca-se o eixo formado pela rodovia Anhanguera (SP-330), que possui grande importância inter-regional, cruzando a região e ligando São Paulo à Uberaba (MG). Além desse eixo, outras rodovias integram a região transversalmente, como a SP-425, SP-345, SP-255 e outras de diversas denominações, que cumprem o importante papel prover acessibilidade interna e externamente à região.

FAIXA DE POPULAÇÃO E CADÚNICO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem de População Inscrita no CADÚNICO em Relação ao Total da População do Município (SAGICAD, Julho-2024)

- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

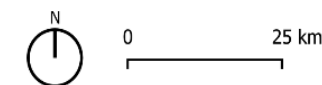
- 0 - 5.000
- 5.000 - 10.000
- 10.000 - 20.000
- 20.000 - 50.000
- 50.000 - 100.000
- 100.000 - 500.000
- 500.000 - 1.000.000

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

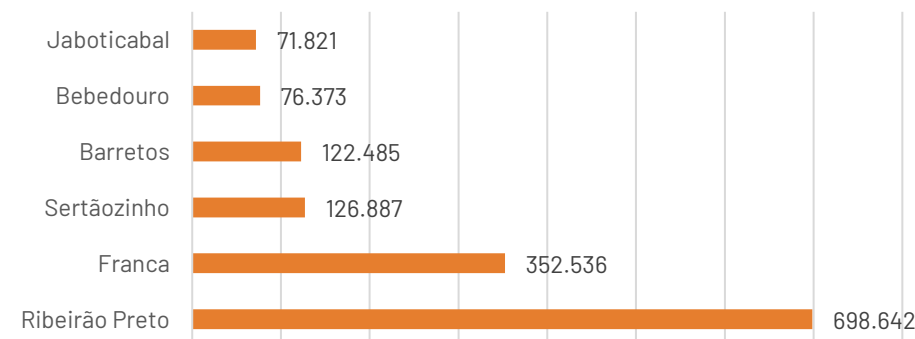
O **porte populacional dos municípios** tem um impacto significativo na formulação e execução de políticas públicas. Portanto, essa é uma das variáveis mais relevantes consideradas no diagnóstico regional.

A Região de Ribeirão Preto – Franca – Barretos é composta por **68 municípios**, abrigando **2.609.773 habitantes**.

Considerando as faixas de município segundo a população, encontramos a seguinte distribuição:

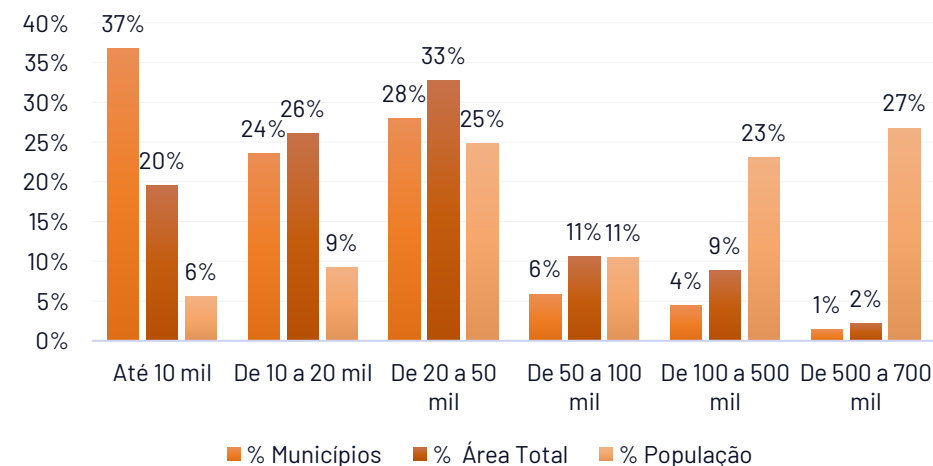
- O município de **Ribeirão Preto** concentra **26,77%** da população da região;
- **Seis municípios** (de 71.821 a 698.642 habitantes) abrigam **55,51%** da população;
- 25 municípios (até 10 mil habitantes) abrigam 6% da população.

Gráfico 1: Maiores Municípios da Região – RFB



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Gráfico 2: Número de municípios por porte populacional – RFB



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

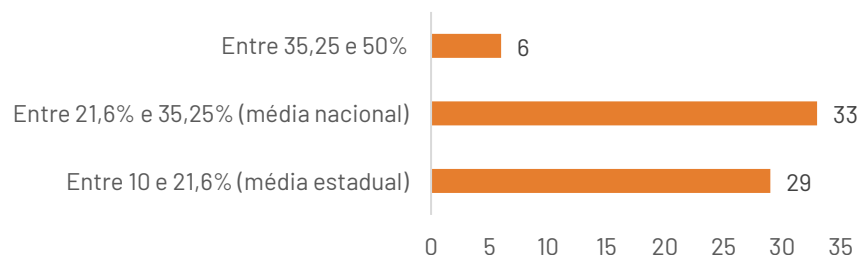
O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é o principal instrumento utilizado pelo governo federal para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais e concessão de benefícios como o Programa Bolsa Família. Além disso, também é adotado como critério para a seleção de beneficiários de programas estaduais e municipais.

É uma variável fundamental para a elaboração de política pública de enfrentamento da precariedade habitacional e urbana e, por sua relevância, perpassa várias análises do diagnóstico. Desse universo, foram selecionadas somente famílias em situação de pobreza ou baixa renda, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo.

Considerando a porcentagem da população do CadÚnico em relação à população total, a o Estado de São Paulo é de 21,60% e a média do Brasil é de 35,25%.

Na **Região de Ribeirão Preto – Franca – Barretos há 489.854 pessoas** inscritas no CadÚnico, o que representa 18,77% da população total, abaixo da média do Estado de 21,6%. Desse **total, 96.281 pessoas estão no município de Ribeirão Preto, 58.336 em Franca, 26.215 em Sertãozinho e 19.934 em Barretos**, municípios com maior população absoluta no cadastro.

Gráfico 3: Classificação dos Municípios por Porcentagem da População em Estado de Pobreza ou Baixa Renda Inscritas no Cadastro Único em Relação à População Total – RFB



Fonte: SAGICAD, 2024. Elaboração: Fipe, 2025.

Apesar da proporção média da região estar abaixo da média do estado, 6 dos municípios estão acima da média nacional (Miguelópolis, São José da Bela Vista, Itirapuã, Colômbia, Santo Antônio da Alegria e Ribeirão Corrente) e outros 33 encontram-se acima da média do estado, mas abaixo da nacional.

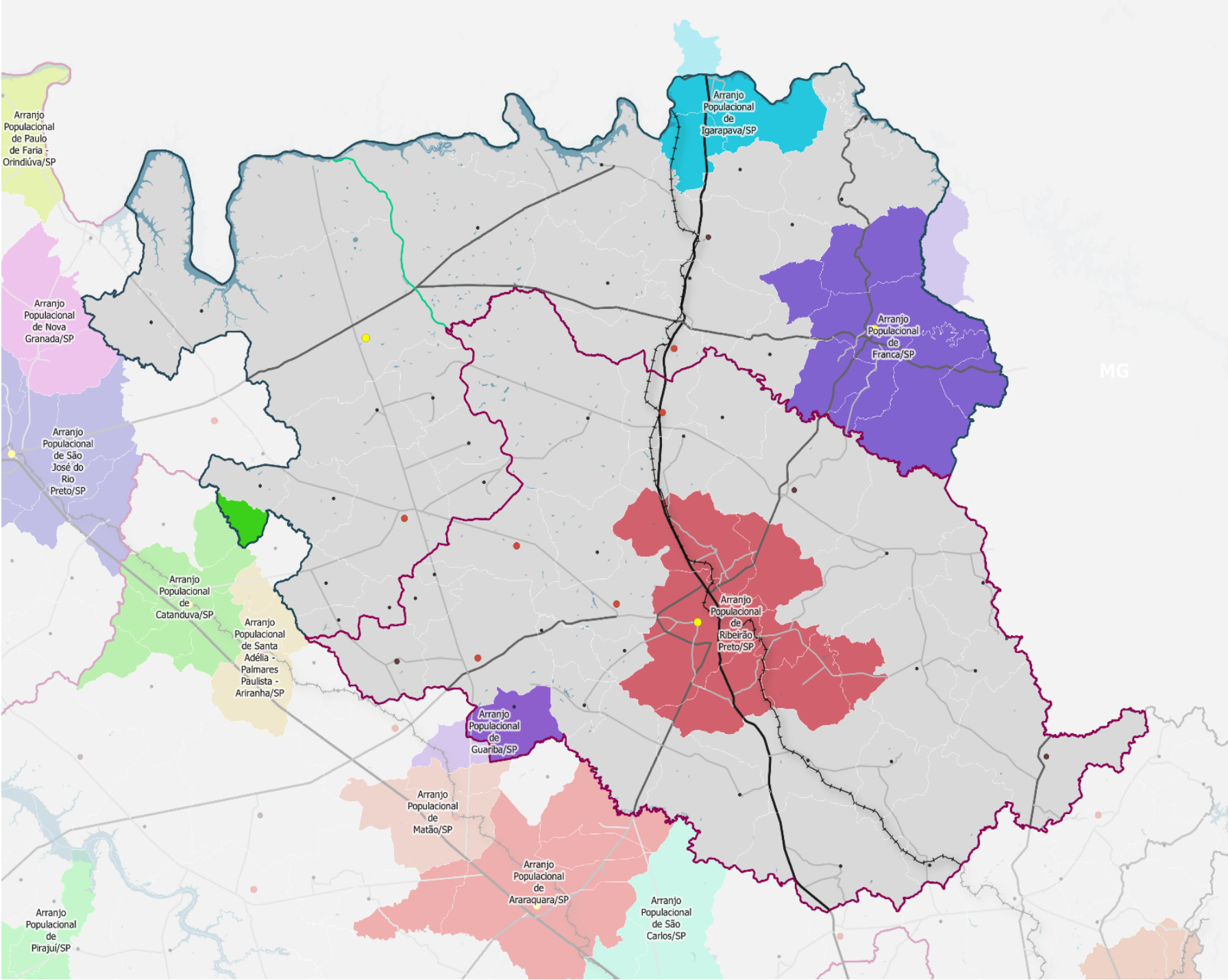
Como subsídio ao diagnóstico, também foram considerados os resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades – Regic (IBGE, 2018), que tem como objetivo identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades.

Foram identificados pela REGIC, na Região de Ribeirão Franca Barretos, 4 **Arranjos Populacionais (AP)**:

- i. **Ribeirão Preto – Capital Regional A:** Serra, Ribeirão Preto, Serra Azul, Brodowski, Santa Cruz da Esperança, Cravinhos, Jardinópolis.
- ii. **Franca – Capital Regional C:** Restinga, Ribeirão Corrente, Itirapuã, Cristais Paulista, Franca, Patrocínio Paulista.
- iii. **Guariba – Centro Local:** Guariba, Santa Ernestina (fora da Região CDHU).
- iv. **Igarapava – Centro Local:** Igarapava, Aramina.

ARRANJOS POPULACIONAIS E
HIERARQUIA DA REDE
URBANA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional
- Centro Sub-Regional
- Centro de Zona
- Centro Local

Arranjos Populacionais (Regic, 2018)

- AP Araraquara
- AP Catanduva
- AP Franca
- AP Guariba
- AP Igarapava
- AP Nova Granada
- AP Ribeirão Preto
- AP Santa Adélia - Palmares Paulista - Ariranha
- AP São Carlos
- AP São José do Rio Preto

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Corpos d'Água

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Outra importante informação que evidencia a natureza das relações institucionais entre os municípios da Região e suas interdependências é a existência de **consórcios públicos intermunicipais**.

Segundo o Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais da Confederação Brasileira de Municípios, há dez consórcios públicos intermunicipais atuantes na Região de Ribeirão Preto – Franca – Barretos:

1. **Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES – PCJ:** Conta com 62 municípios, entre eles Jaboticabal, Luís Antônio, Orlândia, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Serrana e Tambaú na região.
 - Área de atuação: Resíduos Sólidos, Saneamento.
2. **Consórcio Intermunicipal CEMMIL para o Desenvolvimento Sustentável- CEMMIL:** Conta com 8 municípios, mas apenas Mococa pertence à região.
 - Área de atuação: Agricultura (Manutenção de Estradas Vicinais), Desenvolvimento Regional, Iluminação Pública, Licitações Compartilhada Itapuã Compartilhada, Saneamento (Drenagem Pluvial), Saneamento (Resíduos Sólidos), Trânsito.
3. **Consórcio Intermunicipal Culturando – CIC:** Conta com 20 municípios, entre eles Barretos, Cajobi, Guaraci, Guariba, Guaira, Jaboticabal, Luís Antônio, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Orlândia, Pirangi, Pontal, Sertãozinho, Viradouro e Vista Alegre do Alto na região.
 - Área de atuação: Cultura.
4. **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Aquífero Guarani, Vale das Cachoeiras e Horizonte Verde – CIS-AVH:** Conta com 37 municípios: Altinópolis, Aramina, Barrinha, Batatais, Brodowski, Buritizal, Cajuru, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guará, Guataparã, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Miguelópolis, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da

Alegria, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, São Joaquim da Barra e São Simão.

- Área de atuação: Saúde.
5. **Consórcio de Municípios da Mogiana – CMM:** Conta com 21 municípios, entre eles Aramina, Barrinha, Batatais, Brodowski, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guará, Itirapuã, Luís Antônio, Mococa, Pitangueiras, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra, Serra Azul e Sertãozinho na região.
 - Área de atuação: Resíduos Sólidos.
 6. **Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande – CODEVAR:** Conta com 30 municípios, entre eles Barretos, Bebedouro, Colina, Embaúba, Guaraci, Guaira, Jaborandi, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Terra Roxa, Viradouro e Vista Alegre do Alto.
 - Área de atuação: Agricultura, Cultura, Educação, Mobilidade, Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Saneamento, Resíduos Sólidos, Saúde, Trânsito, Turismo.
 7. **Consórcio Intermunicipal de Televisão – COINTEL:** Conta com 2 municípios: Guariba e Pradópolis.
 - Área de atuação: Comunicação.
 8. **Consórcio de Municípios da Alta Mogiana – COMAM:** Conta com 28 municípios: Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodowski, Buritizal, Cravinhos, Cristais Paulista, Franca, Guará, Guaira, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jardinópolis, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Sales Oliveira, S. A. Alegria, São Joaquim da Barra e S. J. da Bela Vista.
 - Área de atuação: Desenvolvimento Econômico.
 9. **Consórcio de Municípios da Região Central – CONCENM:** Conta com 17 municípios, mas apenas Monte Azul Paulista na região.

- Área de atuação Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde.

10. Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista – CONDERG: Conta com 15 municípios, mas apenas Mococa e Tambaú na região.

- Área de atuação: Saúde.

Cabe destacar que a existência dos consórcios intermunicipais viabiliza o atendimento de funções públicas de interesse comum e possibilita economias de escala pelo agrupamento de municípios. A aderência a consórcios é um arranjo político-administrativo próprio, não requer contiguidade geográfica, nem se circunscreve a limites de Regiões Metropolitanas.

Pode-se perceber ainda que existe uma intersecção de diferentes consórcios em alguns municípios, refletindo uma característica desse arranjo que é a possibilidade de um escopo temático, o que pode não atender integralmente as necessidades do município. Comparativamente a outras regiões do estado, essa multiplicidade de arranjos é menos intensa e possui arranjos que abrangem grande parte do território.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

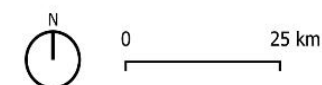
- • • CONCEM
- ⊙ ⊙ CONSIRC
- | CODEVAR
- CIS-AVH
- CONDERG

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

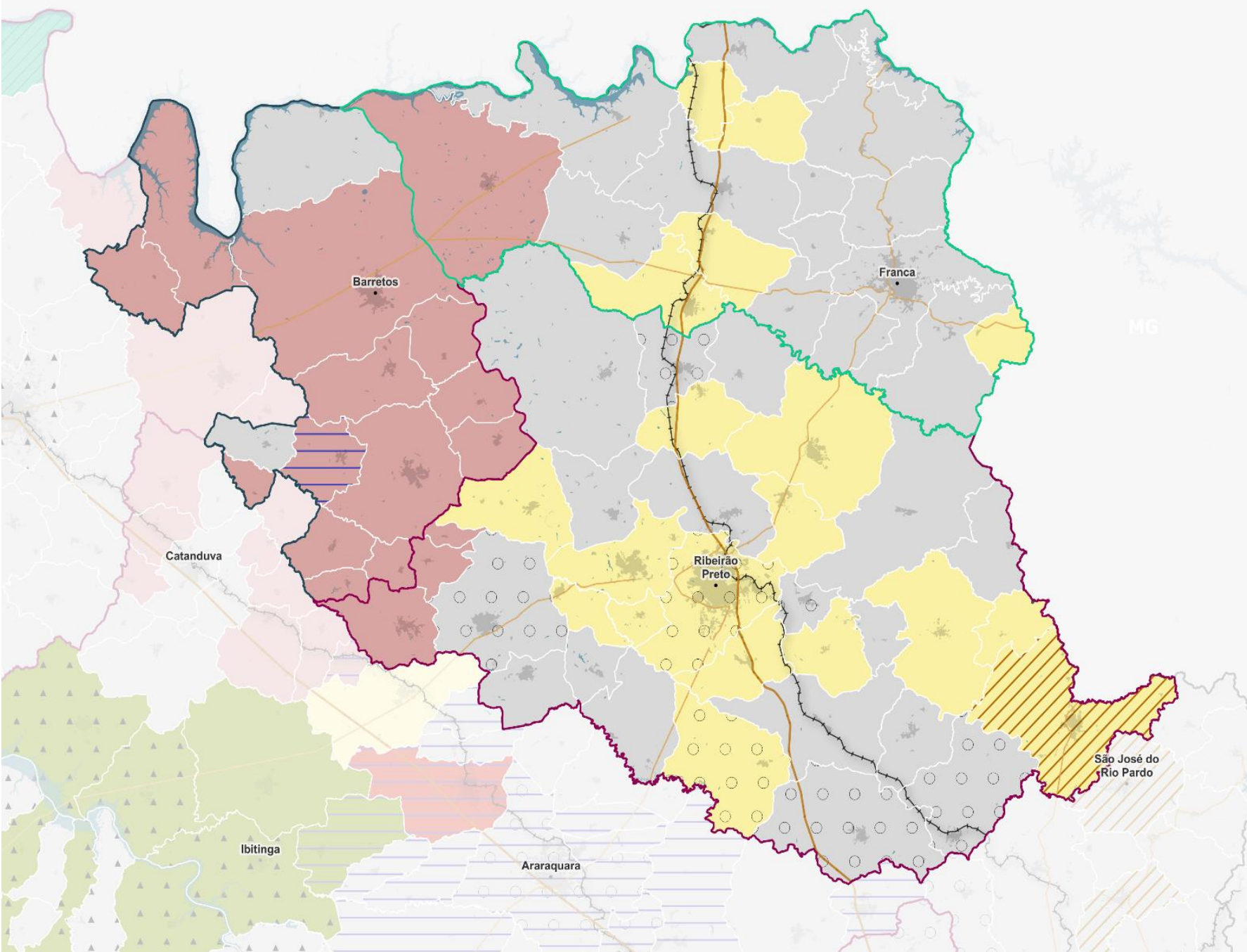


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO, RESÍDUOS OU MEIO AMBIENTE

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

- CONCEM
- CEMMIL
- ARES PCJ
- CMN
- CODEVAR

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Finalmente, merece destaque a presença de dois importantes documentos, o **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (PDUI-RMRP)** e o **Plano de Desenvolvimento Urbano da Aglomeração Urbana de Franca (PDUI-AUF)**, instituídos pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/15), são instrumentos essenciais para o planejamento e a gestão de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no Brasil. O principal objetivo do PDUI é promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades regionais, estabelecendo diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Os PDUIs são referências importantes para o PDUH, trazendo orientações para o ordenamento territorial e estratégias de ação para o enfrentamento dos principais desafios relacionados às FPICs na região, organizadas em duas frentes que se inter-relacionam: **Ordenamento Territorial** e **Propostas Estruturadas**.

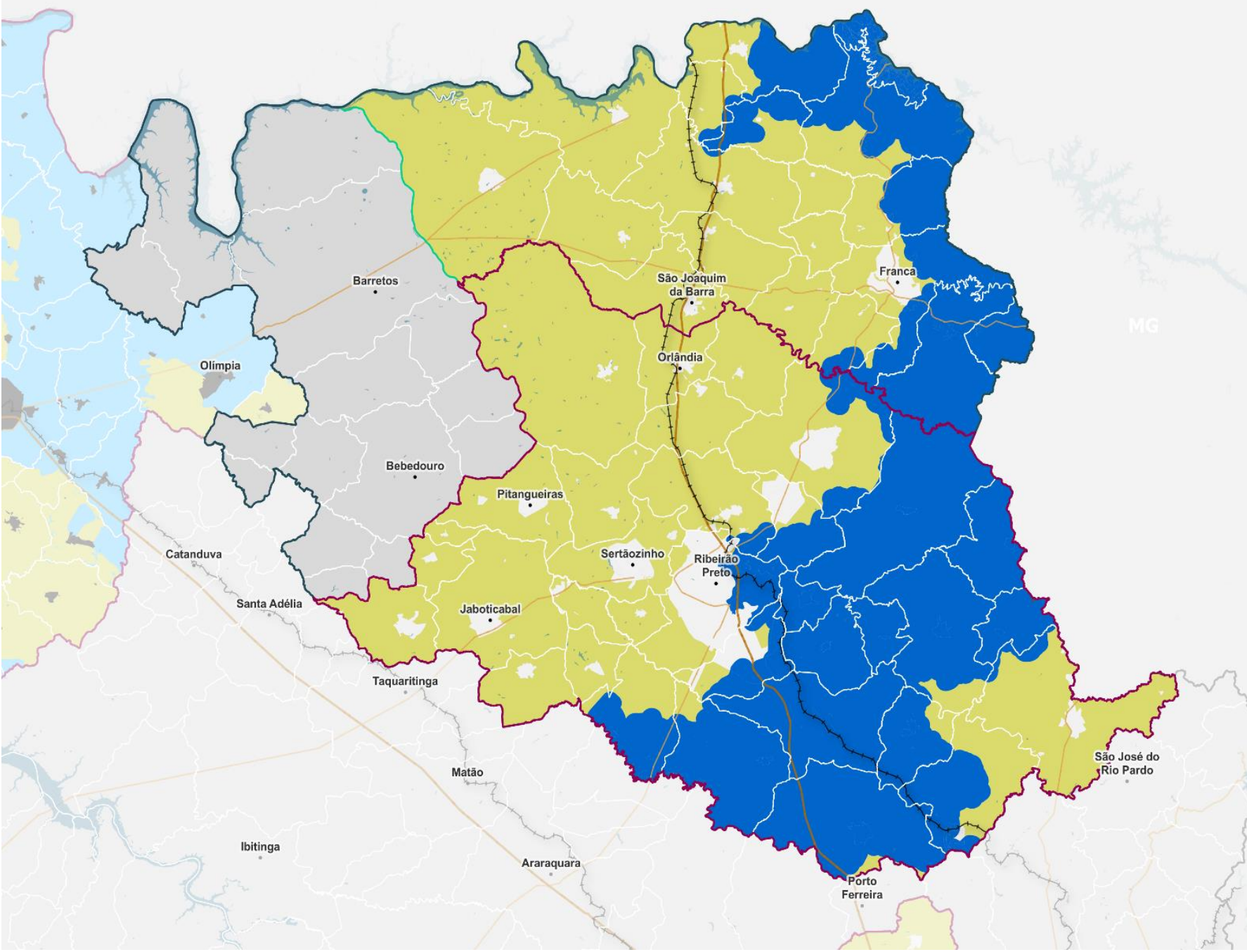
O ordenamento territorial dos PDUIs considera três diferentes níveis: o **macrozoneamento**, que estabelece diretrizes gerais para a articulação dos municípios na elaboração do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural; as **estratégias para ação metropolitana**, que buscam a articulação setorial das políticas públicas que afetam o território; e a previsão de **áreas de intervenção metropolitanas**.

Em ambas as regiões foram definidas três macrozonas, de acordo com as principais funções do território metropolitano: Macrozona de Interesse de Uso Rural, Macrozona de Interesse de Uso Urbano e Macrozona de Proteção do Aquífero Guarani. Para cada macrozona são definidas diretrizes gerais para uso e ocupação do solo que deverão ser observadas pelos municípios em seus regulamentos de uso e ocupação do solo.

MACROZONEAMENTO DE REGIÕES METROPOLITANAS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Macrozoneamentos dos PDUIs (PDUI-RMSP, 2019)

- Interesse de Uso Urbano
- Segurança Hídrica
- Proteção do Sistema Aquífero Guarani
- Interesse de Uso Rural
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

As Estratégias para Ação Metropolitana (EAMs) são estruturadoras da ação pública e orientam a ação integrada no que se refere às Funções Públicas de Interesse Comum, organizando e articulando as políticas públicas que afetam o território das Regiões. Em ambos os PDUIs, cinco EAMs foram elaboradas:

- i. Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (SAVAP)
- ii. Rede de Centralidades
- iii. Gestão da Mobilidade Regional
- iv. Enfrentamento da Precariedade e da Informalidade Habitacional
- v. Gestão Integrada de Riscos e Desastres

Além dos PDUIs, considerando a relevância do planejamento integrado, várias políticas setoriais e seus instrumentos foram consultados durante a elaboração dos diagnósticos temáticos e regionais, dentre eles o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC** e o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. O ZEE merece especial atenção e foi uma importante referência para o diagnóstico, ao lado do PDUI-RMRP.

Segundo o Resumo Executivo do **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo-ZEE-SP** (2022), o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento técnico e político de planejamento e ordenamento territorial, previsto na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Estadual nº 9.509/1997) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica das diferentes regiões do território.

No estado de São Paulo, sua elaboração é norteadada por cinco diretrizes estratégicas, que foram estabelecidas com base em uma análise das principais demandas e desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados no estado, bem como na identificação de oportunidades de desenvolvimento. São elas: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5).

2. DIAGNÓSTICO REGIONAL



Partindo das principais questões temáticas e dos eixos estruturantes, a análise transversal que apoia a elaboração do diagnóstico regional tem como principais objetivos a integração de estudos que estruturam um amplo quadro de referências e a identificação de estratégias para a orientação de políticas e investimentos públicos para cada região.

E, partindo de itens comuns a todas as regiões, a metodologia permite também a identificação de desafios e oportunidades específicos para cada uma das nove regiões, orientando a priorização de ações.

Importante salientar que as análises transversais se baseiam também em planos, leis e programas já desenvolvidos em âmbito estadual e mesmo regional, com o intuito de realizar neste caderno uma análise territorial regional dos temas abordados.

Importante salientar que as análises transversais se baseiam também em planos, leis e programas já desenvolvidos em âmbito estadual e mesmo regional, com o intuito de realizar neste caderno uma análise regional e territorial dos temas abordados.

Os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e da Aglomeração Urbana de Franca, **PDUI RMRP e PDUI AUF**, elaborados em 2022 e já apresentados anteriormente, possuem análises integradas que podem ajudar na elaboração de indicadores, metodologias e temas específicos para a análise regional.

Outro exemplo recente é o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC**, consolidado em 2025, que define eixos temáticos abrangentes e estruturantes que foram considerados para a elaboração deste caderno.

O PEARC, utilizando bases elaboradas no âmbito do **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (ZEE-SP)** aponta projeções climáticas para um cenário crítico em 2050 que indica uma alta elevação da temperatura média anual em toda região, assim como cenários de redução da precipitação total anual, e aumento de períodos de estiagem, e aumento e diminuição no volume de chuva para precipitações extremas.

Essa projeção precisa ser considerada para a antecipação e orientação de políticas e planejamento territorial para a região, como veremos adiante. Assim como o Eixo Transversal e Estruturante de Justiça Climática, que, no PEARC, focou em cinco dimensões: raça, gênero, idade, renda e povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Complementarmente, utilizaram-se bases de dados recentes que possibilitam o cruzamento de informações e uma análise transversal para alguns temas. Como exemplo, pode-se citar dados de evolução do uso da terra disponibilizados pela Plataforma MapBiomas cruzados com dados do censo de 2022 disponibilizados pelo IBGE.

Os **subeixos de análises multitemáticas** serão apresentados a seguir.

2.1 DINÂMICA AMBIENTAL

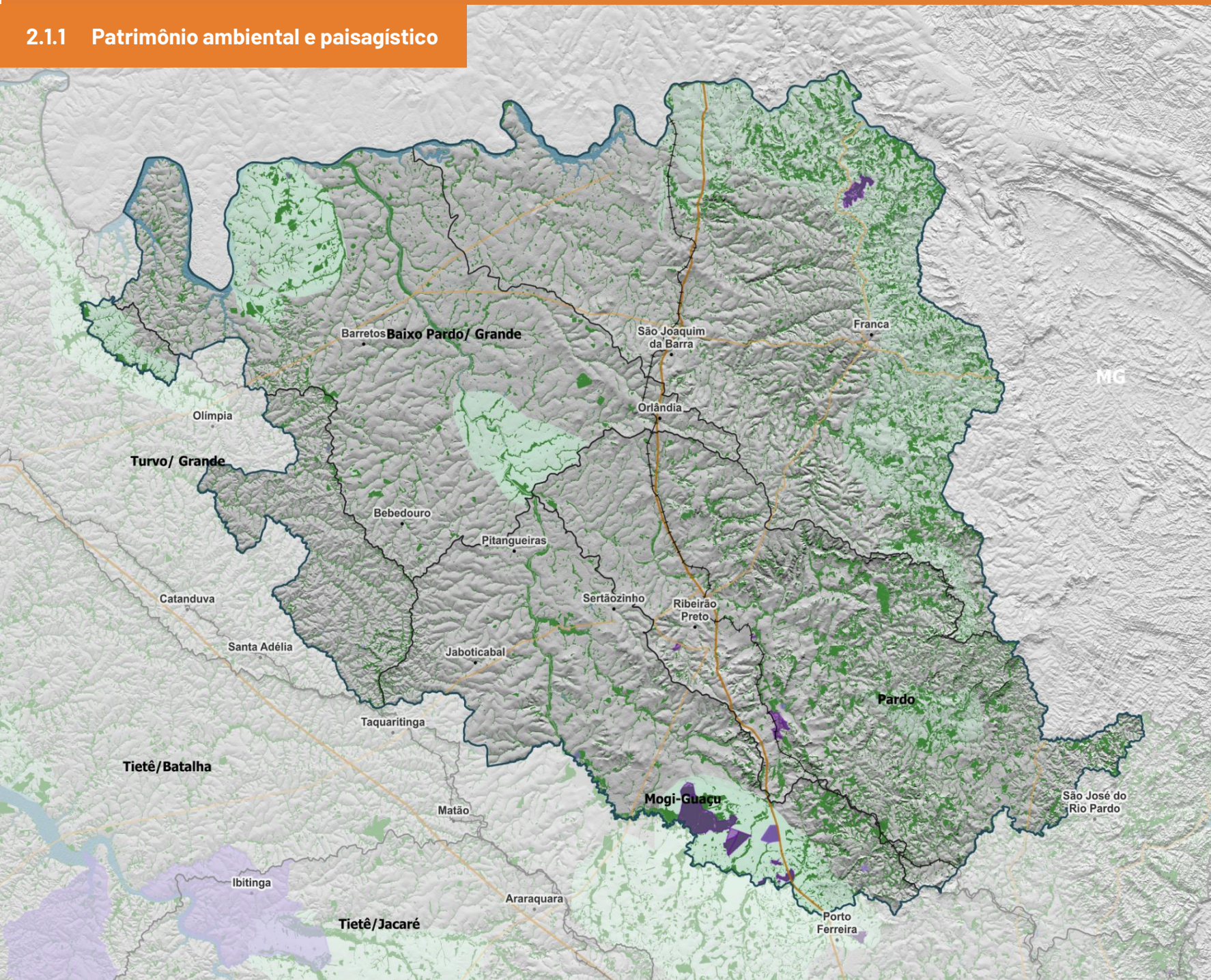
O diagnóstico da dinâmica ambiental na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos baseou-se em indicadores que sintetizam os principais aspectos da situação do meio ambiente, bem como refletem o impacto das atividades humanas no território e a capacidade de resposta das políticas públicas relacionadas.

Esse eixo temático está organizado nos seguintes blocos: **patrimônio ambiental e paisagístico, instrumentos de proteção e conectividade, recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e matriz energética.**



Fonte: <https://www.cdhu.sp.gov.br/-/cdhu-realiza-plantio-de-mais-de-2-100-mudas-de-arvores-frutiferas-em-conjuntos-habitacionais>, acesso em junho de 2025.

2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico



MEIO AMBIENTE ATRIBUTOS

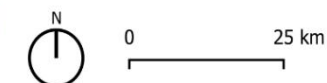
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Inventario Florestal (SEMIL, 2020)
- Unidades de Conservação (CNUC, 2025)
 - Proteção Integral
 - Uso Sustentável
- Áreas com Maior Indicação para Incremento da Conectividade (BIOTA FAPESP, 2008)
- Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Limites Estaduais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

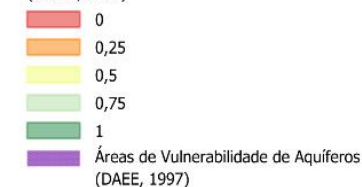
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

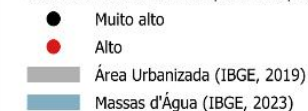
Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas-ZEE (SEMIL, 2022)



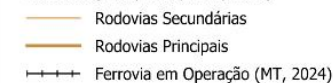
Balanco Hídrico Quali-Quantitativo (ANA, 2016)

Criticidade quali-quantitativa

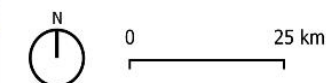
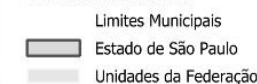
Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos incide sobre cinco Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos: UGHRI – 4 (Pardo), a UGHRI – 9 (Mogi-Guaçu), UGHRI – 15 (Turvo/Grande), UGHRI – 12 (Baixo Pardo/Grande) e UGHRI – 8 (Sapucai-Mirim/Grande).

Como apontado nos diagnósticos do PDUI-RMRP⁴ e do PDUI-AUF⁵, a Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos apresenta, de modo geral, baixo índice de vegetação nativa. Há poucas Unidades de Conservação (UCs) e áreas legisladas de proteção ambiental. As maiores UCs, em termos territoriais, já possuem plano de manejo, que caracterizam seus territórios e definem diretrizes para gestão da unidade. Os fragmentos de vegetação são encontrados, principalmente, ao longo dos cursos dos rios, áreas que já são legisladas como de proteção permanente. A existência da **Estação Ecológica Jataí**, na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), permite a proteção de um dos maiores maciços florestais da região. Destaque, também, para o **Parque Estadual das Furnas do Bom Jesus**, no município de Pedregulho, criado com a função de proteger remanescentes ameaçados do Cerrado Paulista.

A predominância histórica da agricultura e da pecuária, aliada à ausência de áreas legalmente protegidas, resultou em um **território com baixa cobertura de vegetação nativa**. Esse cenário intensifica os impactos ambientais, especialmente no contexto das mudanças climáticas.

Dentre os principais riscos ambientais e climáticos enfrentados pela região estão a perda de biodiversidade e habitats, a pressão sobre os recursos hídricos, a degradação do solo e a vulnerabilidade a riscos geológicos, sobretudo relacionados aos recursos hídricos. Esses fatores também reduzem a resiliência da região às alterações climáticas, destacando-se a **gestão dos recursos hídricos como um dos maiores desafios locais**.

Por outro lado, a área de Vulnerabilidade do **Sistema Aquífero Guarani (SAG)** perpassa toda região central e percorre as calhas dos principais rios, sobrepondo-se a extensas áreas urbanizadas como, por exemplo, o município de Ribeirão Preto, o que configura um fator de pressão sobre esse

sistema. As regiões de vulnerabilidade de um aquífero são medidas pelo grau de confinamento da água subterrânea, ocorrência de estratos de cobertura e distância até o lençol freático ou teto do aquífero.

Nota-se, assim, que a região necessita de uma estratégia de incremento de áreas verdes, sobretudo a partir de possíveis conexões entre elas, de forma a proteger a biodiversidade e aumentar o número de habitats naturais. Nesse sentido, a área de vulnerabilidade dos aquíferos pode ser uma possível linha de conexão entre os fragmentos de vegetação nativa, como também uma região de priorização para a recomposição vegetal.

Essas ações de recomposição da vegetação nativa são essenciais, também, para uma maior resiliência da região em relação ao aumento da frequência de eventos climáticos extremos, principalmente ligados a alterações do regime de chuvas e diminuição da umidade do ar.

De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo – ZEE-SP, na Zona 1 (que inclui quase integralmente a região de Ribeirão Preto – Franca – Barretos) a questão hídrica é de suma importância. Os principais fatores de pressão são a o abastecimento público e a alta demanda pela agricultura irrigada.

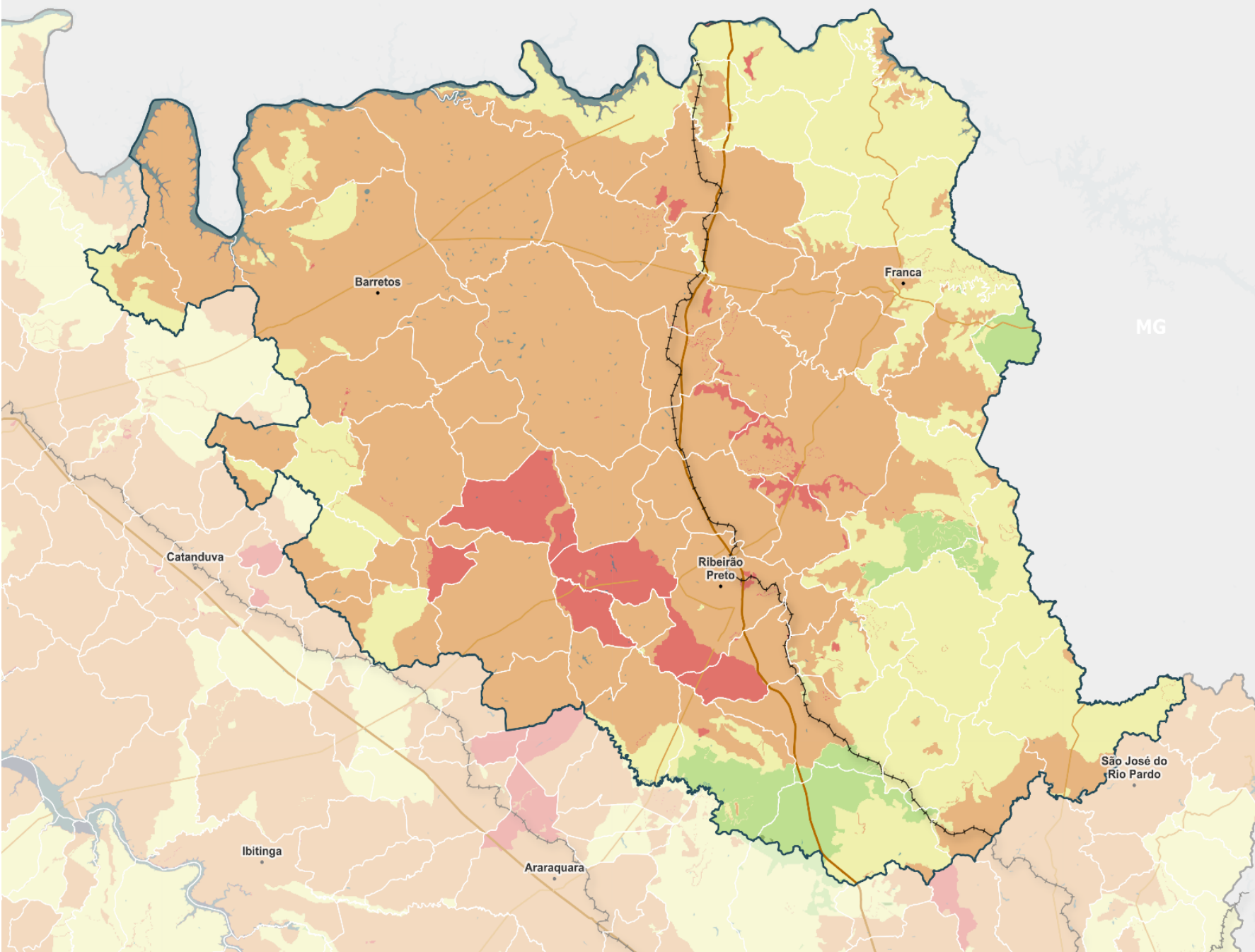
Adicionalmente, a concentração populacional em áreas de recarga de aquíferos pode impactar a quantidade e a qualidade de água para abastecimento público, situação que pode ser ainda mais agravada pelas projeções climáticas.

4 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Metrôpoles sustentáveis: cidadãos mais felizes. São Paulo: FIPE, 2022.

5 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Metrôpoles sustentáveis: cidadãos mais felizes. São Paulo: FIPE, 2022.

SALVAGUARDA DA BIODIVERSIDADE ZEE

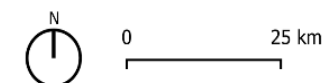
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Salvaguarda da Biodiversidade (SEMIL, 2022)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4
- 5 - melhor situação
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Limites administrativos
 - Limites Municipais
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Salvaguarda da Biodiversidade é compreendida a partir da proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, visando à sustentabilidade da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (ZEE, 2023). Essa temática é apresentada na Carta Síntese da Diretriz 3 do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. Assim como em outras Diretrizes do ZEE, 5 no total, os valores finais foram divididos em cinco classes, sendo a classe 1 a mais crítica e a 5 a mais favorável para o alcance da Diretriz.

Os atributos que compõem a Carta Síntese da Diretriz 3 estão divididos em 3 grupos. No grupo de “situação atual” foram considerados a presença de cobertura vegetal nativa e de corpos hídricos, a avaliação do grau de conservação de biomas e ecossistemas, o grau de proteção de unidades de conservação (UC), o percentual de vegetação nativa em APPs hídricas, os índices de tamanho e proximidade de fragmentos de vegetação nativa e as espécies conhecidas e ameaçadas de flora e fauna. No de “capacidade de resposta”, foram considerados a presença e a gestão de áreas protegidas, as áreas prioritárias para criação de UCs, o mapa de incremento de conectividade do Programa BIOTA/FAPESP, as áreas prioritárias para restauração da cobertura vegetal nativa, a existência de políticas territoriais, a presença de infraestruturas e aprimoramentos na gestão da fauna silvestre e a adesão dos municípios a planos de combate a incêndios. Para “pressão”, foram considerados a poluição hídrica, a supressão da vegetação nativa, as ocorrências de incêndios e queimadas, a presença de espécies exóticas invasoras, os registros de atropelamentos de fauna silvestre, a relação entre fragmentos de vegetação nativa e o uso do solo de seu entorno, o uso de agrotóxicos, as licenças para barramentos, o balanço hídrico, os Autos de Infração Ambiental (AIAs) relacionados à exploração ilegal da biodiversidade e dados demográficos.

De modo geral a região apresenta seu território nas classes 2 (de atenção) e 3 (intermediária), com algumas áreas esparsas em classes 1 (criticidade) e 4 (favorabilidade).

Os indicadores relacionados ao tema de Flora e Fauna que se destacam com níveis de criticidade na região são o de Supressão de cobertura vegetal nativa, Atropelamentos de fauna silvestre, Empreendimentos de gestão da

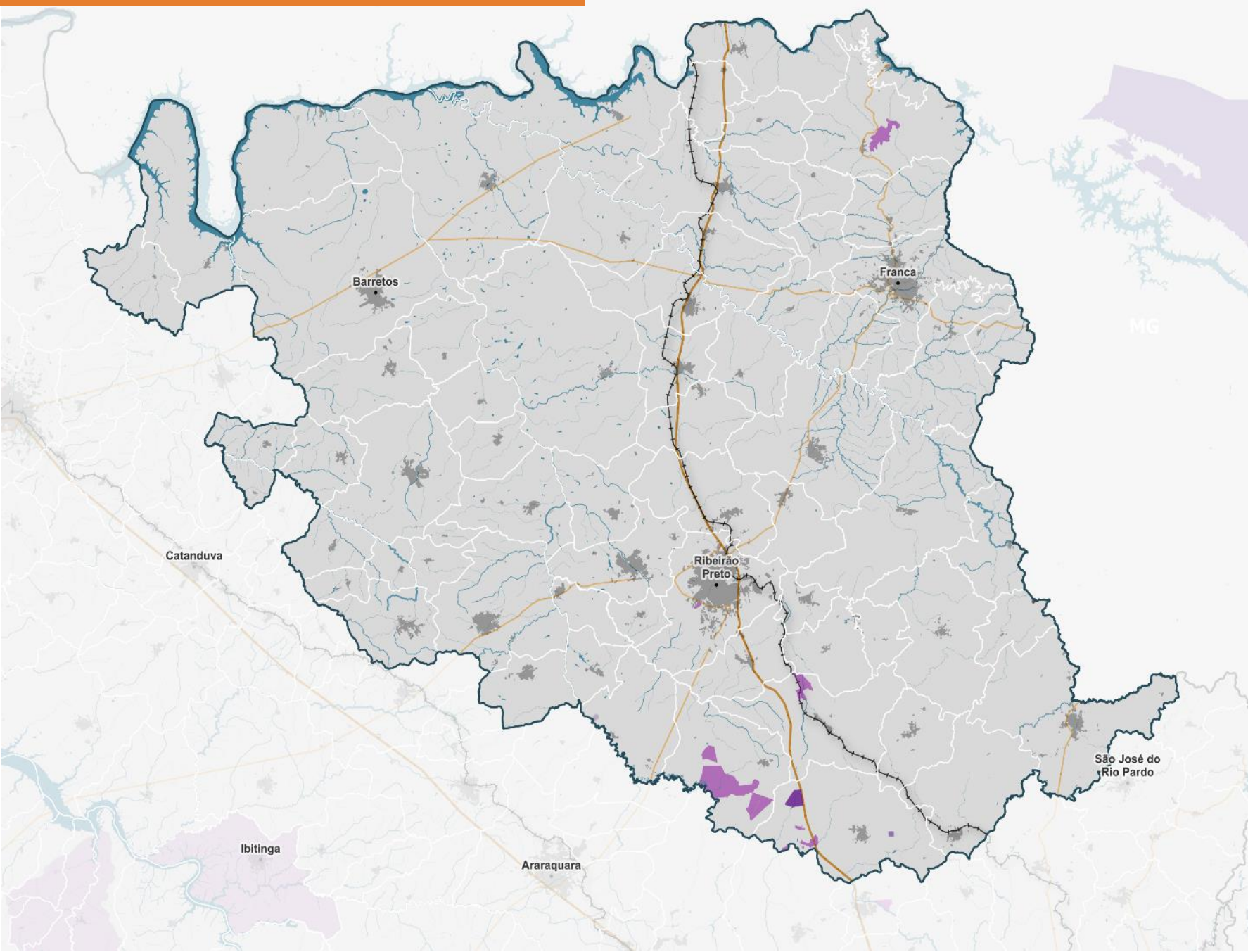
fauna silvestre e Ocorrência de javalis. Além destes, têm destaque com níveis de criticidade e de atenção os indicadores de Cobertura vegetal nativa, de Percentual de vegetação nativa, de Tamanho de fragmento de vegetação nativa, de Áreas prioritárias para restauração e incremento da conectividade da vegetação nativa, de Densidade de espécies conhecidas de fauna e flora e de Áreas prioritárias para restauração do Programa Nascentes.

2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

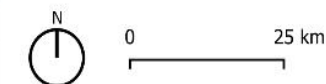
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Unidades de Conservação (ICMBio, 2024)
- Unidades de Conservação de Proteção Integral (Fundação Florestal, 2022)
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Fundação Florestal, 2022)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Limites Administrativos
- Limites Municipais



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

ÍNDICE DE COBERTURA VEGETAL NATIVA POR MUNICÍPIO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município
(Seml, 2020)

- ≤10%
- 10%<as15%
- 15%<as20%
- 20%<as50%
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IDGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Limites Administrativos
- Limites Municipais



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fiipe, 2025

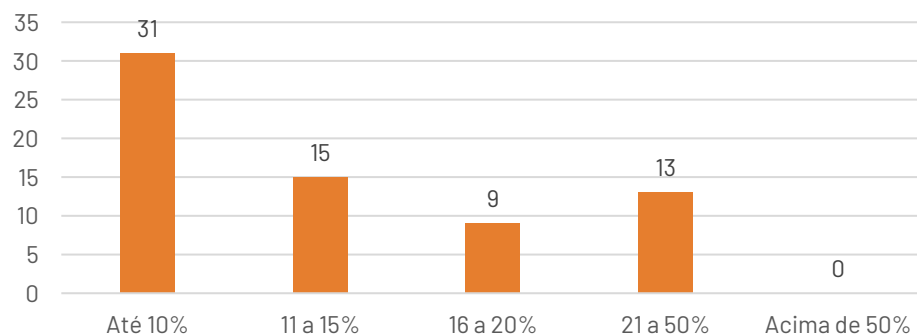
Toda a região oeste e norte do estado de São Paulo possui uma característica específica de forte alteração da cobertura vegetal natural do território⁶. Historicamente, principalmente o bioma Cerrado foi intensamente explorado diante da indução à ocupação da região centro-oeste do Brasil e do estado por meio do cultivo de culturas como o café e a cana-de-açúcar. A Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos também está inserida nesse contexto.

Dentre os 68 municípios, treze apresentaram índices superiores a 20% de cobertura vegetal e nove possuem índice de cobertura vegetal entre 16% e 20%, sendo que todos os outros 46 municípios (67,6% do total) ficaram abaixo desse percentual.

Entretanto, deve-se destacar que, a despeito dos baixos índices de cobertura vegetal e sua grande fragmentação, a região conta com um número significativo de áreas estratégicas para o incremento da conectividade, segundo o Programa Biota-Fapesp.

Nota-se, assim, um grande desafio em torno da definição de políticas públicas que possam ampliar a capacidade de restauração dos ecossistemas em ameaça.

Gráfico 4: Porcentagem de cobertura vegetal nativa no município



Fonte: Semil, 2020. Elaboração: Fipe, 2025.

A falta de atributos ambientais a serem protegidos reflete-se na presença pouco expressiva de Unidades de Conservação na região. O maior destaque é a Estação Ecológica de Jataí, Unidade de Conservação de Proteção Integral criada para proteger um fragmento de Cerrado extremamente importante.

Nesse cenário, a principal estratégia para induzir a restauração da cobertura vegetal nativa na região é utilizar instrumentos previstos no Código Florestal, Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, aplicáveis às propriedades rurais, como a delimitação orientada de Reserva Legal e a criação de Unidades de Conservação como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Monumentos Naturais (MONA).

⁶ <https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P5-21-9-22.pdf>.

2.1.3 Recursos hídricos



UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

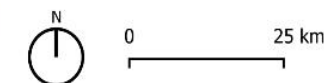
Limites UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)

- Baixo Pardo/ Grande
- Mogi-Guaçu
- Pardo
- Sapucaí/ Grande
- Tietê/Batalha
- Turvo/ Grande
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos
Limites Municipais

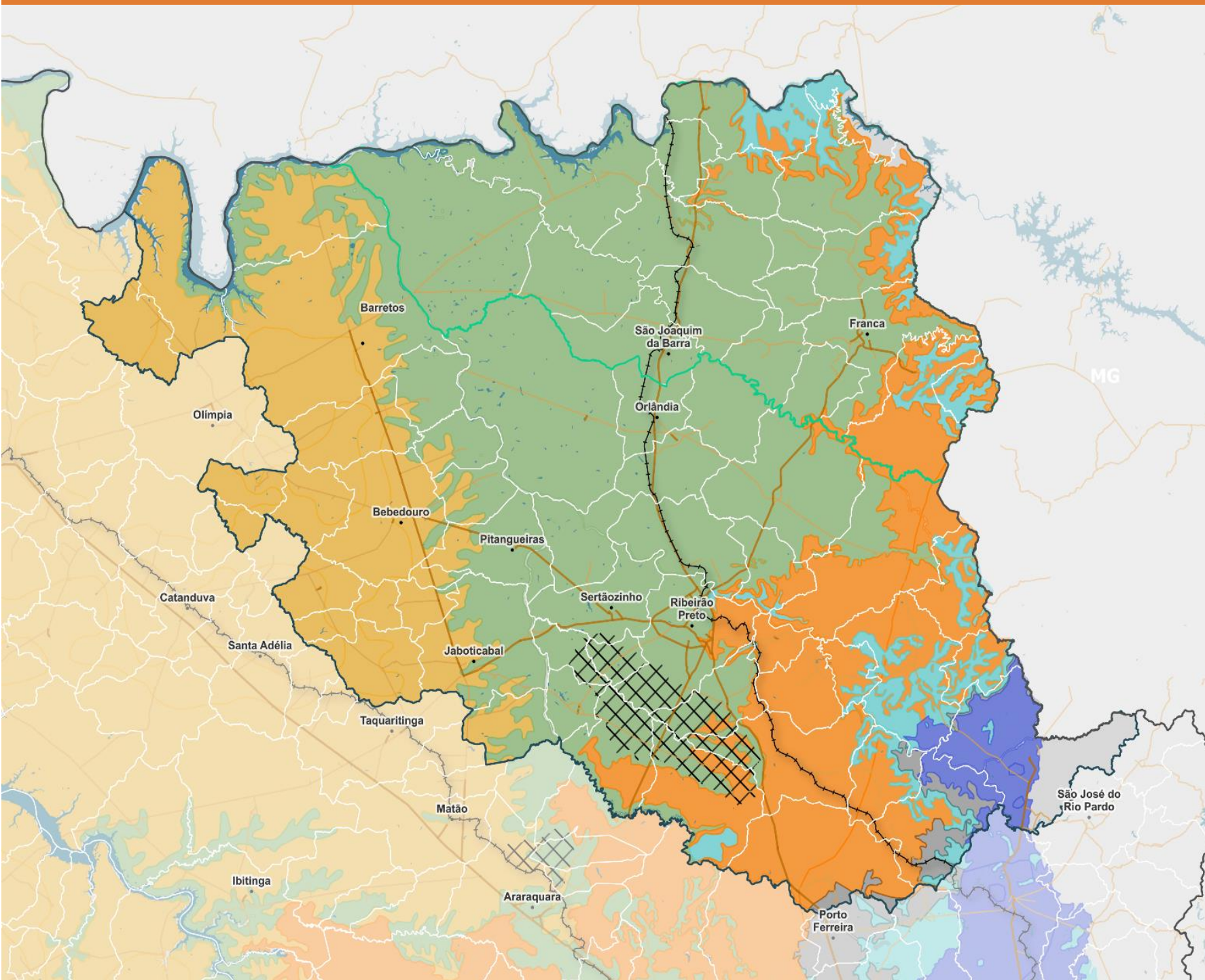


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

UNIDADES AQUÍFERAS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Unidades Aquíferas (IG, 2007)

- Bauru
- Guarani
- Serra Geral

Relevância da contribuição subterrânea na vazão dos rios - Rio Grande

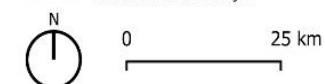
- Alta relevância
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Trecho rodoviário estadual (DER, 2024)

- Duplicada
- Pavimentada
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Unidades da Federação

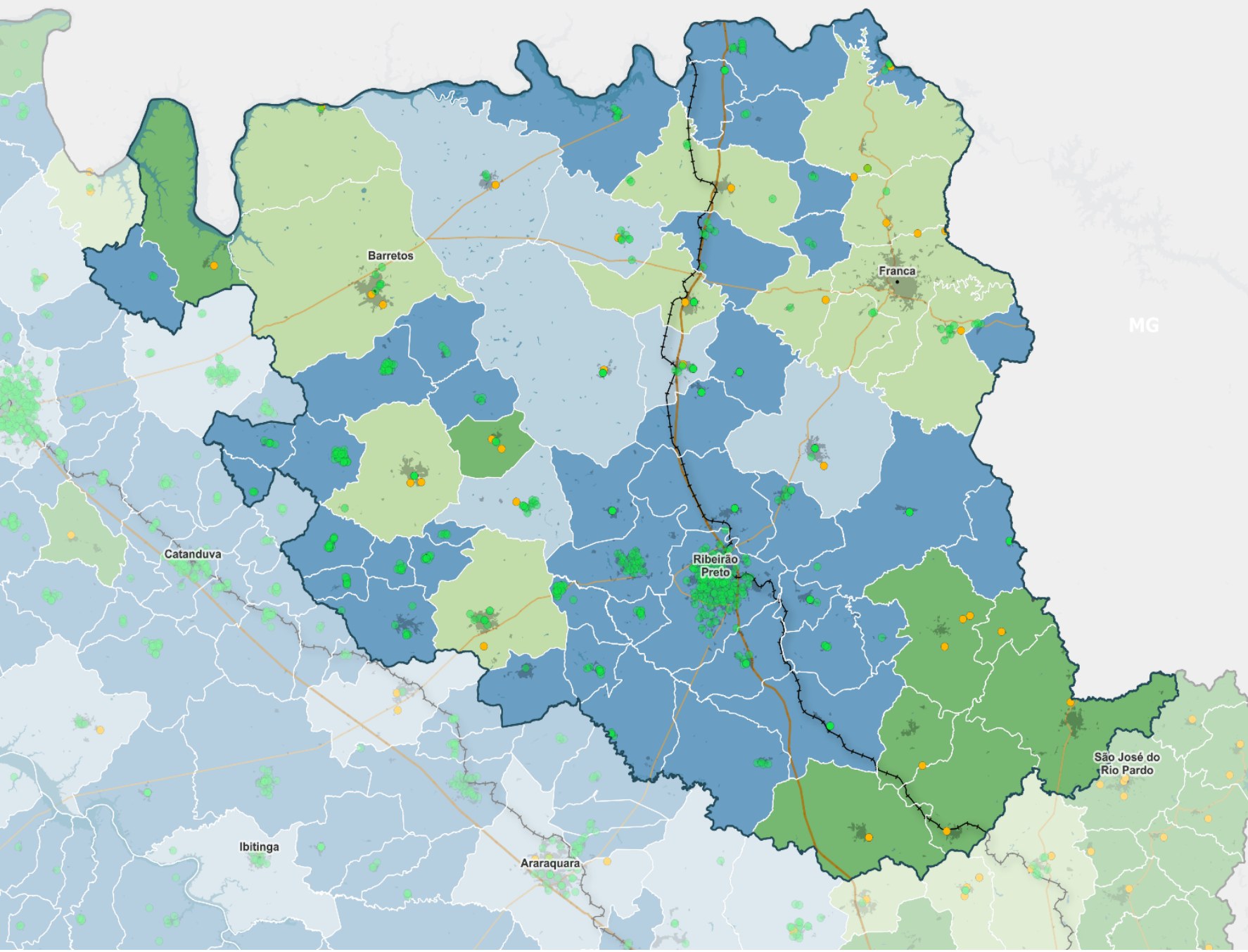


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

TIPOS DE MANANCIAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Tipo de Captação (ANA, 2021)

- Subterrânea
- Superficial

Tipos de Manancial (ANA, 2021)

- Preponderantemente Superficial
- Preponderantemente Subterrânea
- Exclusivamente Superficial
- Exclusivamente Subterrânea
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

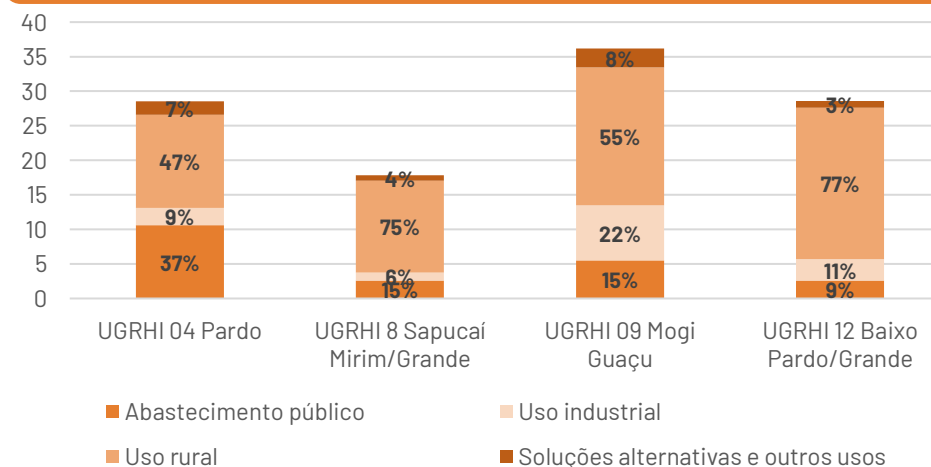
O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) tem as bacias hidrográficas como referência para o planejamento e a gestão. As bacias hidrográficas, por sua complexidade e extensão, são divididas em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs).

A maior parte do território da Região Ribeirão Preto-Franca-Barretos está localizada nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI 04 – Pardo, UGRHI 08 – Sapucaí Mirim/Grande, UGRHI 09 – Mogi Guaçu, UGRHI 12 – Baixo Pardo/Grande e um pequeno trecho na UGRHI 15 – Turvo Grande.

Analisando a distribuição do volume de água outorgado entre as UGRHs, destaca-se o uso para abastecimento público na UGRHI 04, onde está localizado o município de Ribeirão Preto.

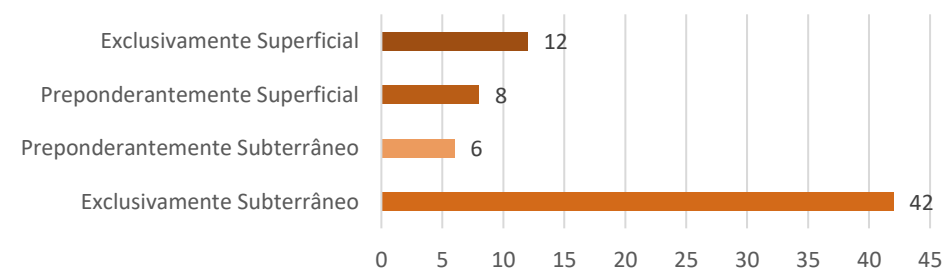
Segundo dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o abastecimento por meio de mananciais subterrâneos prevalece nos municípios da região. **Ribeirão Preto, o município mais populoso, utiliza 100% da água retirada do Aquífero Guarani para abastecimento público.**

Gráfico 5: Volume total outorgado por UGRHI e respectivos percentuais por setor de atividade



Fonte: Relatórios de Situação das UGRHs 04, 08 e 12 (2024); Relatório de Situação da UGRHI 09 (2023).
Elaboração: Fipe, 2025.

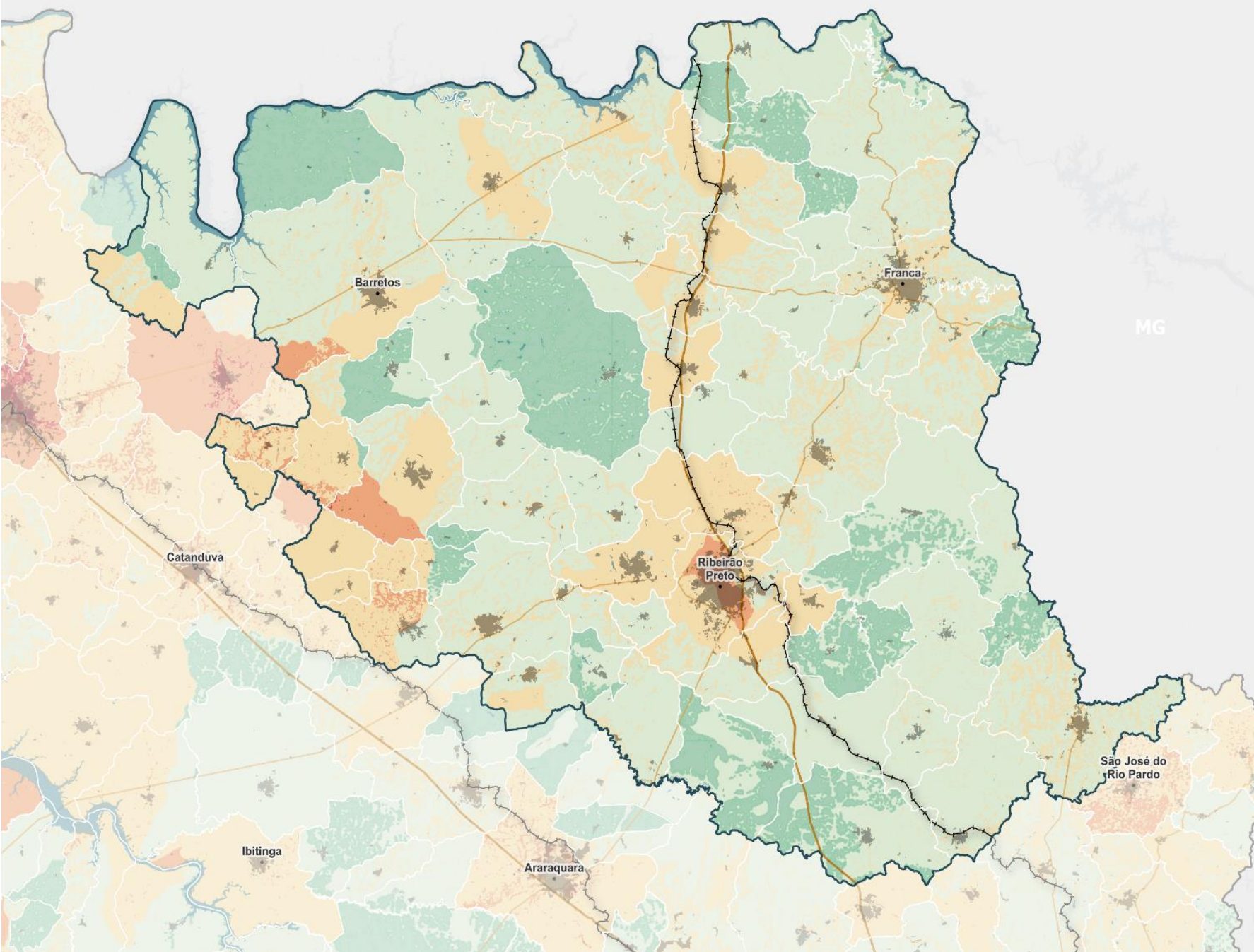
Gráfico 6: Tipo de manancial por município



Fonte: ANA, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

SEGURANÇA HÍDRICA ZEE

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Segurança Hídrica ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico (SEMIL, 2021)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4
- 5 - melhor situação

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

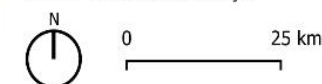
Limites administrativos

Limites Municipais

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A Diretriz 2 do ZEE, Segurança Hídrica, constitui a condição de garantia de oferta de água em qualidade e quantidade para os diferentes usos ao longo do tempo e que, portanto, atenda às necessidades humanas, propicie a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres e favoreça o desenvolvimento das atividades econômicas.

Na construção da Carta Síntese que representa a condição atual da Diretriz 2 – Segurança Hídrica foram utilizados indicadores que procuram caracterizar o cenário atual dos recursos hídricos, as pressões sobre estes e as políticas e/ou instrumentos de planejamento ambiental e territorial a eles relacionados.

Na caracterização da situação atual, foram considerados: a disponibilidade e a qualidade hídricas superficial e subterrânea; a potencialidade de vazão dos aquíferos e a vulnerabilidade natural destes à poluição e as condições para maior absorção e retenção da água no solo, como a presença de áreas impermeabilizadas ou com vegetação nativa, especialmente em APPs hídricas.

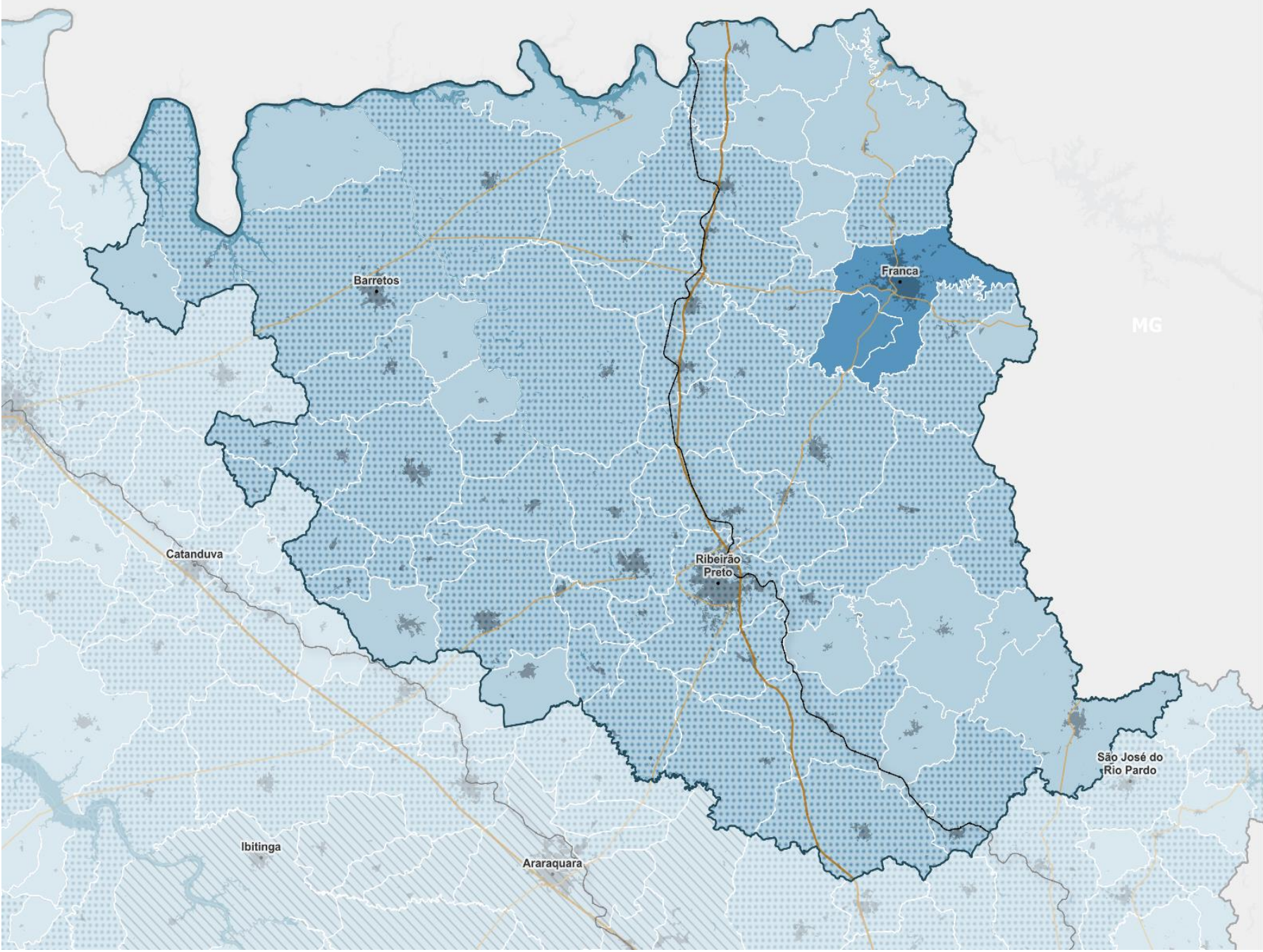
Para caracterizar a pressão sobre os recursos hídricos, foram considerados: a demanda de água pelos diferentes usuários e o balanço hídrico que resulta dessa demanda sobre a disponibilidade, os quais tendem a ser impactados pelo crescimento demográfico; a infraestrutura de saneamento, considerando o acesso à rede de abastecimento de água, as perdas de água no sistema, a coleta de esgoto e seu tratamento, entre outros.

Para avaliar a capacidade de resposta do território, foram considerados a existência de territórios sob proteção legal e/ou ambiental que poderiam favorecer a segurança hídrica; e outras políticas públicas que contribuem para a conservação e a gestão dos recursos hídricos, como a indicação de áreas prioritárias para a restauração florestal e a eficácia na indicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

A carta síntese da diretriz Segurança Hídrica apresenta resultados predominantemente favoráveis para a região, exceto nas áreas mais urbanizadas e na porção localizada na UGHRI 15 – Turvo/Grande.

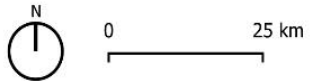
TIPO DE SISTEMA PRODUTOR

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Sistema Produtor (SEMIL, 2021)
- Integrado
 - Isolado
- URAEs (SNIS, 2021)
- 1
 - 2
 - 4
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites administrativos
- Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação

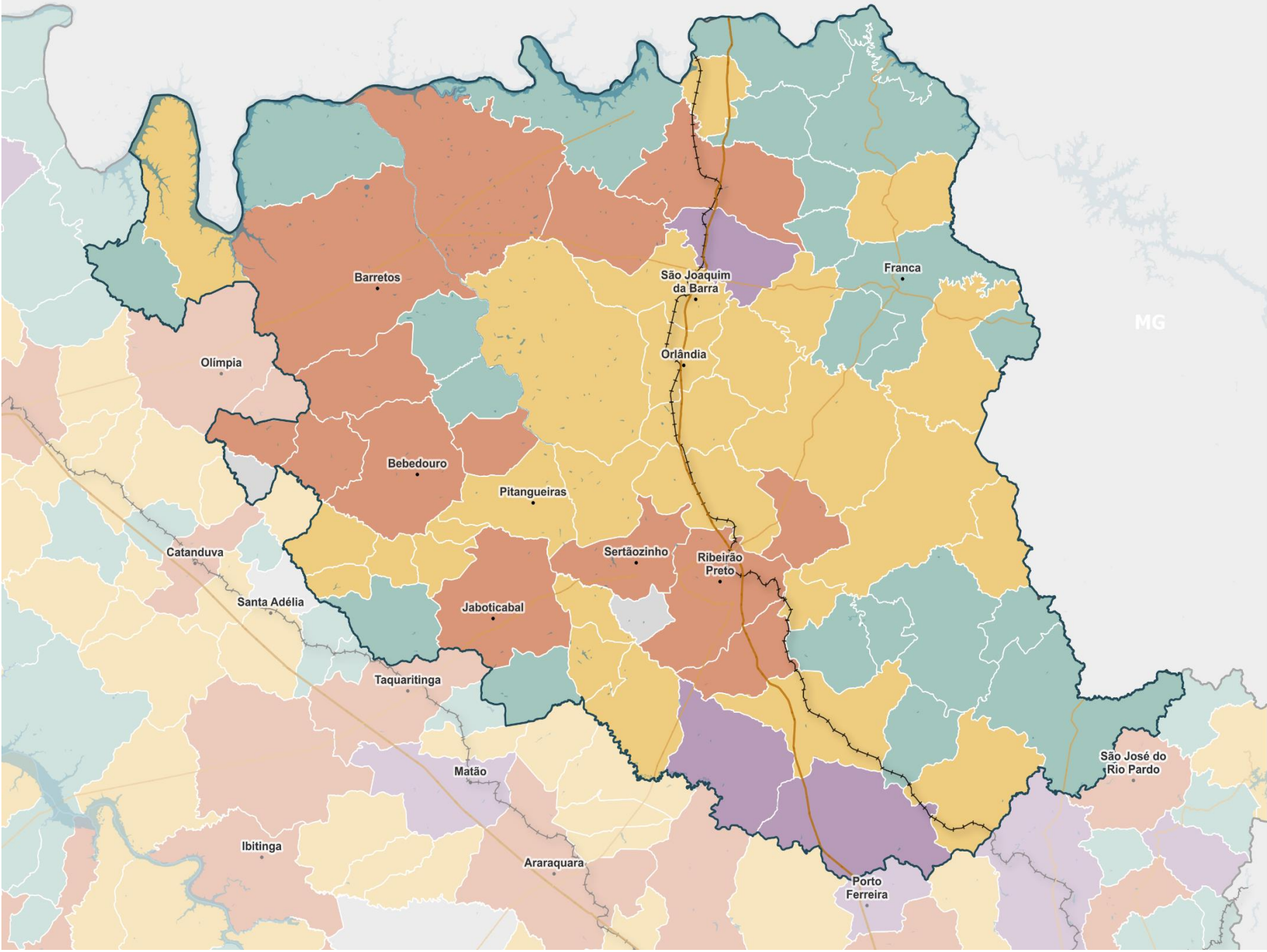


Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

PRESTADORES DE SERVIÇOS
DE ÁGUA E ESGOTO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Prestadores de serviços de água e esgoto (SNIS, 2021)

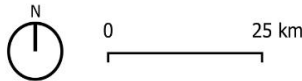
- Administração pública direta
- Autarquia
- Empresa privada
- SABESP
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



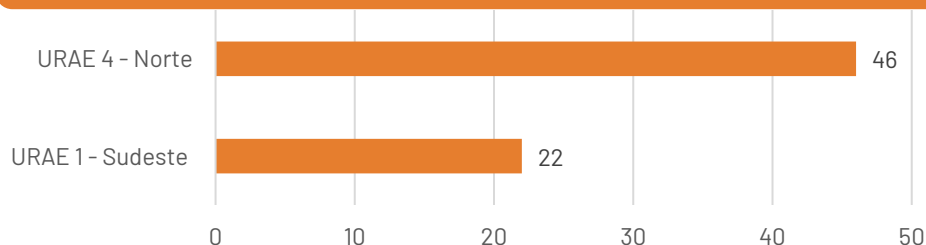
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A criação das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) no Estado de São Paulo foi formalizada pela Lei nº 17.383, sancionada em 5 de julho de 2021. A legislação estabelece quatro URAEs, agrupando municípios para a prestação integrada de serviços de saneamento básico, a fim de promover a universalização e a eficiência desses serviços.

Cerca de 67% dos municípios da região pertencem à URAE 4 – Norte e o restante pertence à URAE 1 – Sudeste, que concentra os municípios atendidos pela SABESP.

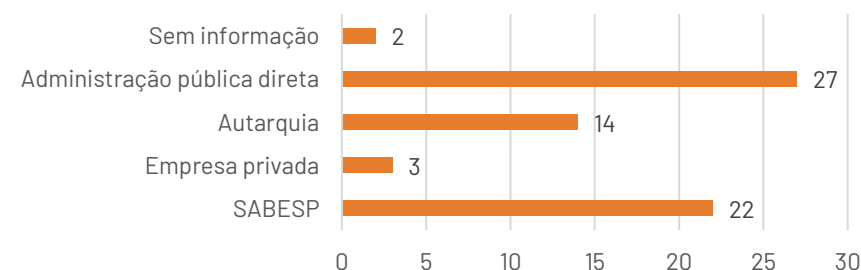
Gráfico 7: Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário



Fonte: SNIS, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

O termo *sistema produtor* refere-se a um conjunto de infraestruturas e operações destinadas à captação, tratamento e distribuição de água para o consumo humano e outros usos. Um sistema produtor normalmente envolve várias etapas e componentes, como captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água, bem como gestão e monitoramento. A operação do sistema produtor exige monitoramento contínuo da qualidade da água, do fluxo, da pressão nas redes e da demanda. O controle eficiente é essencial para garantir que o sistema opere de maneira sustentável e atenda à população de forma adequada.

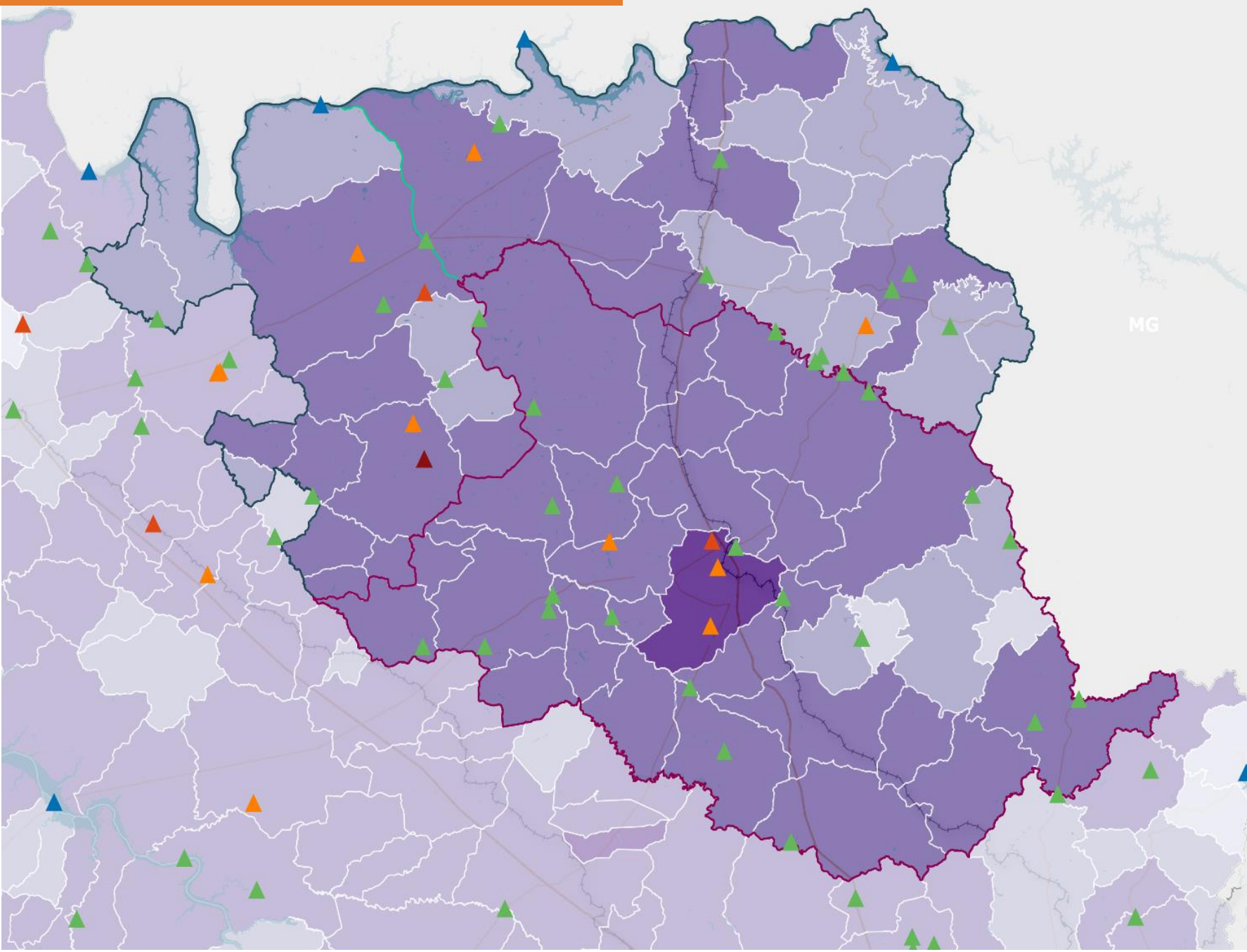
Gráfico 8: Número de municípios por tipo de prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário



Fonte: SNIS, 2021. Elaboração: Fipe, 2025.

Quase todos os municípios da região contam com sistemas produtores isolados. A exceção é o Sistema Integrado Franca-Restinga, um sistema misto (superficial e subterrâneo) que abastece os municípios de Franca e Restinga.

2.1.4 Abastecimento de água e esgotamento sanitário



ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Abastecimento de Água (IBGE, 2022)

- 50 - 75%
- 75 - 90%
- 90 - 99%
- 99 - 100%

IQA - Índice de Qualidade da Água (CETESB, 2023)

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

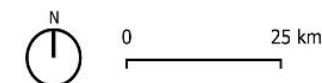
Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Limites Municipais

Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas atlas



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

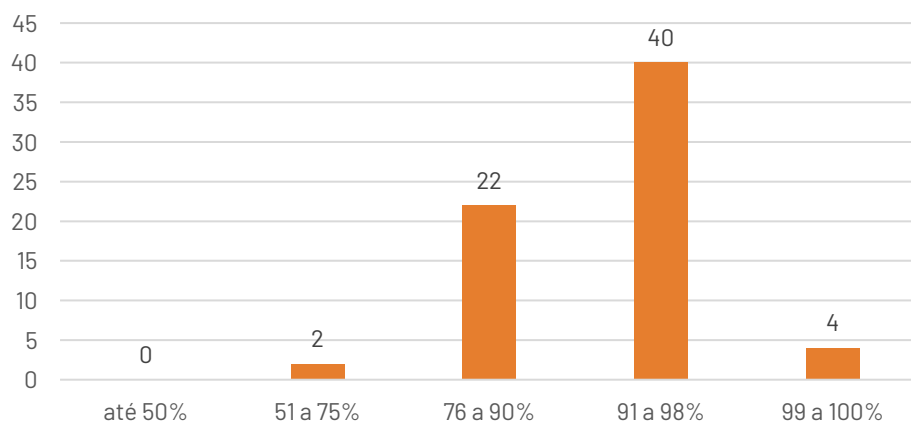
Elaboração: Fipec, 2025

O novo marco legal do saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) determina, como meta, o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável até 31/12/2033.

Na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos, os municípios de Pontal, Serrana, Sertãozinho e Ribeirão Preto já atingiram a meta. Outros 40 municípios apresentam bons indicadores, com atendimento acima de 90%, dentre eles Barretos, Batatais, Franca e Jaboticabal. Cerca de um terço (32%) dos municípios apresentam situação intermediária, com índices entre 76% e 90%. Merecem atenção os municípios de Cássia dos Coqueiros e Santa Cruz da Esperança, com índices de 70% e 71% respectivamente.

O novo marco legal de saneamento introduziu a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

Gráfico 9: Municípios por faixa de atendimento de abastecimento de água



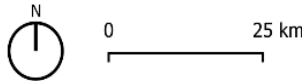
Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

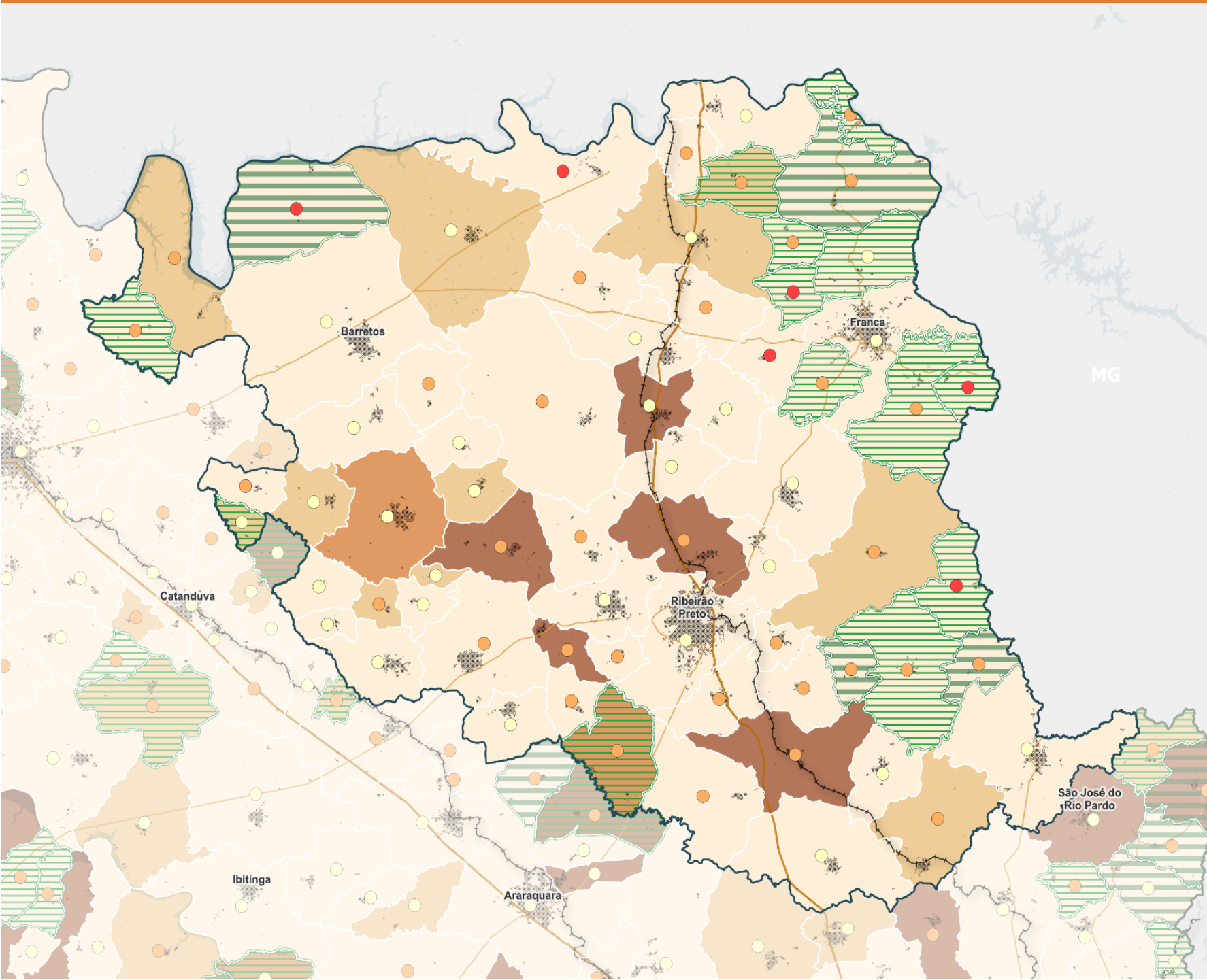
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



- LEGENDA:
- Esgotamento Sanitário (IBGE, 2022)
- 50 a 75%
 - 75 a 90%
 - Acima de 90%
- ETEs - Estações de Tratamento de Esgoto (ANA, 2019)
- Lodos Ativados
 - Processos Simplificados
 - Reatores Anaeróbios
 - Sistemas de Lagoas
 - Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites Administrativos
- Limites Municipais
 - Aglomeración Urbana
 - Regiões Metropolitanas atlas
 - Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



ICTEM

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (CETESB, 2022)

- 0,0 - 2,5
- 2,6 - 5
- 5,1 - 7,5
- 7,6 - 10

Porcentagem de domicílios rurais (Censo, 2022)

- 10 a 20%
- 20 a 73%

Porcentagem da população por faixa do CadÚnico

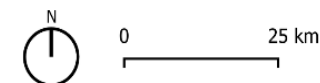
- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

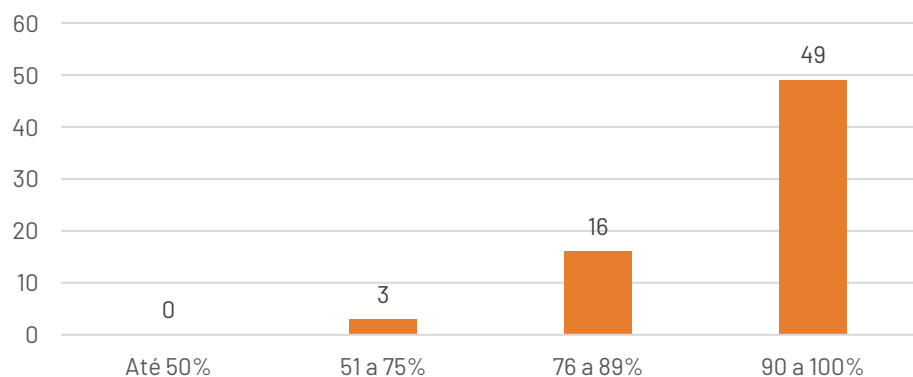
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O novo marco legal do saneamento (Lei Federal 14.026/2020) determina como meta o atendimento de 90% da população com esgotamento sanitário (coleta e tratamento) até 31/12/2033.

Na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos, 49 municípios já atingiram a meta de coleta, dentre eles Ribeirão Preto, Franca e Barretos.

Merecem especial atenção os três municípios com indicadores abaixo de 76%: Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança e Cristais Paulista.

Gráfico 10: Municípios por faixa de atendimento de esgoto

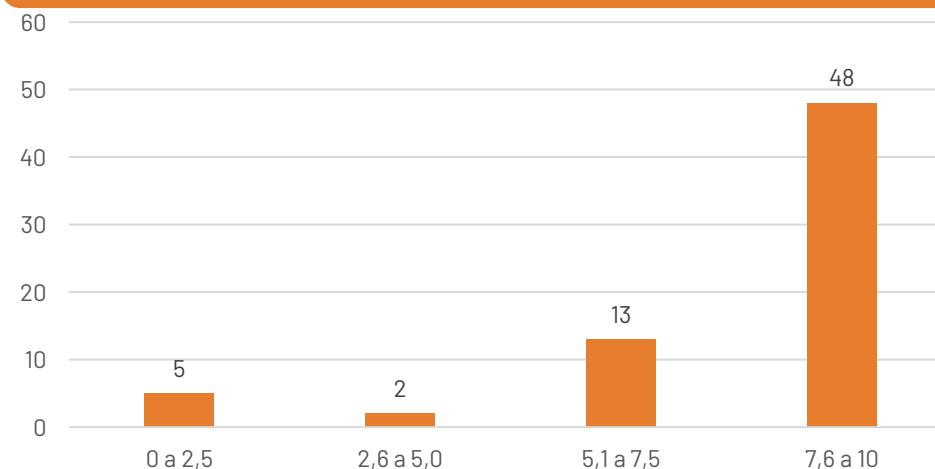


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Como a meta não se restringe à coleta, mas também considera o tratamento do esgoto coletado, para avaliar a situação do tratamento de esgoto foi utilizado o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).

O ICTEM é formado por cinco elementos: a) Coleta; b) Existência e eficiência do sistema de tratamento do esgoto coletado; c) A efetiva remoção da carga orgânica em relação à carga potencial; d) A destinação adequada de lodos e resíduos gerados no tratamento; e) O não desenquadramento da classe do corpo receptor pelo efluente tratado e lançamento direto e indireto de esgotos não tratados. O indicador varia de 0 a 10, onde quanto maior o valor melhor a situação.

Gráfico 11: Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município (ICTEM)



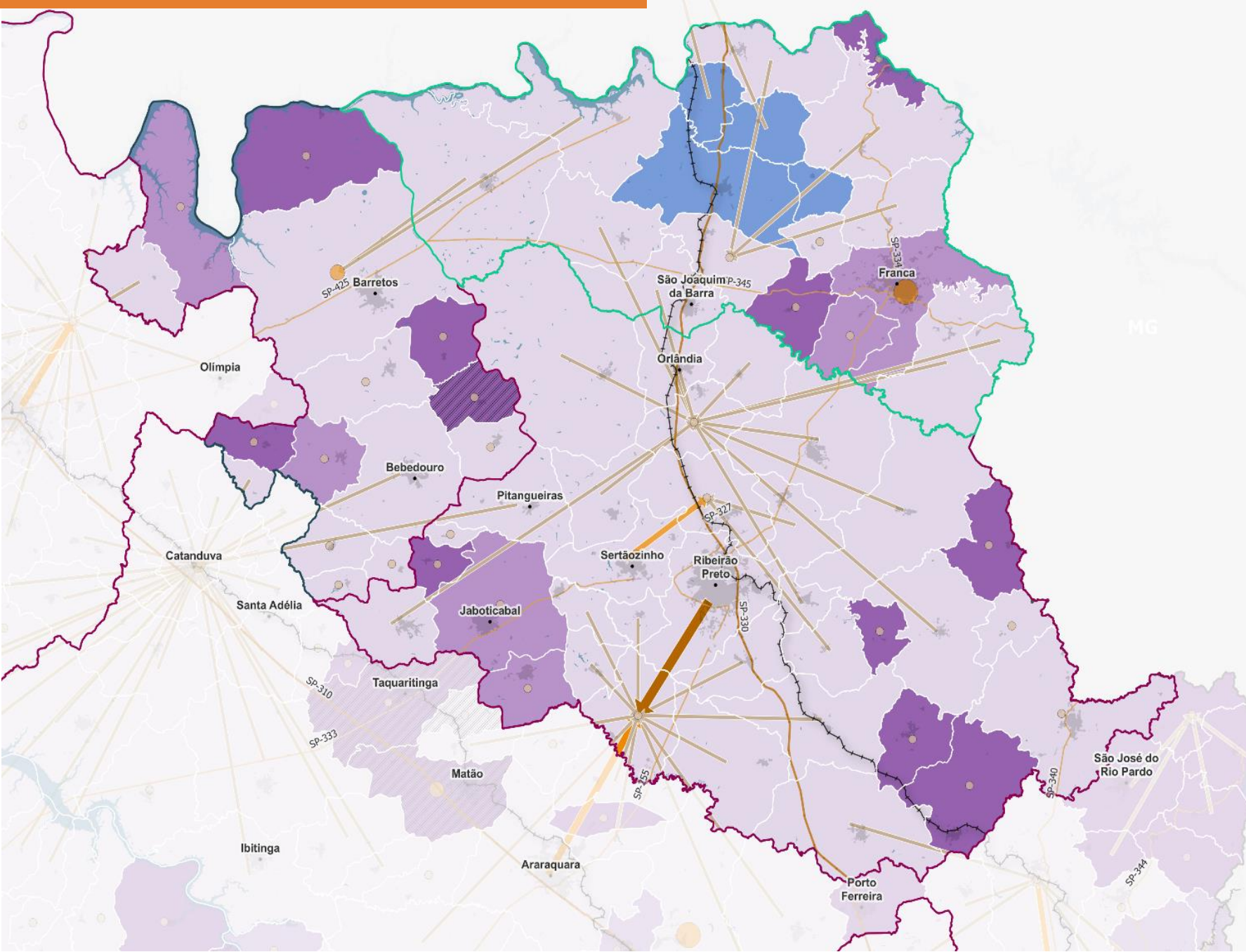
Fonte: Cetesb, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Cerca de 70% dos municípios da região (48) apresentam índices superiores a 7,6. Os demais (20) apresentam valores abaixo de 7,5 e merecem atenção:

- i. Barrinha, Jardinópolis, São Simão, Orlândia e Pitangueiras, com valor do ICTEM menor que 2,5;
- ii. Guataporã e Bebedouro, com valor entre 2,6 e 5;

Monte Azul Paulista, Guaíra, Taiaçu, Taquaral, Embaúba, Altinópolis, Buritizal, Ituverava, Guaraci, Tambaú, Viradouro, Ipuã e Barretos, com valores entre 5,1 e 7,5.

2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos



PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

RSU ton./dia - Descarte Local (CETESB, 2023)

- 0 - 56
- 56 - 177
- 177 - 376

RSU ton./dia - Descarte Intermunicipal (CETESB, 2023)

- 0 - 59
- 59 - 199
- 199 - 406
- 406 - 1231
- Municípios com IQR Inadequado (CETESB, 2023)

Vida Útil dos Aterros de Resíduos Urbanos (CETESB, 2023)

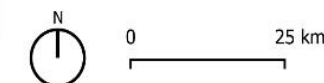
- Município dispõe em MG
- Menor ou igual a 02 anos
- Maior que 02 e menor ou igual a 05
- Maior do que 05 anos
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Segundo o **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos** (CETESB, 2023), o Estado de São Paulo apresenta 604 municípios que dispõem os resíduos urbanos de forma adequada segundo o **índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR)**, o que representa 95% do total estadual⁷. Na região de Ribeirão Preto- Franca- Barretos, dos 68 municípios, 67 (98%) dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor levemente acima da média estadual. No que diz respeito à quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados, 98,4% do total estadual é depositado em locais adequados, enquanto na região CDHU de Ribeirão Preto- Franca- Barretos, este número é de 93%.

O município de Terra Roxa (3,4) apresenta índice baixo de IQR, o que o classifica como inadequado, e dispõe seus resíduos em aterro local, que apresenta vida útil inferior a 2 anos. Apesar de apresentar índice de IQR baixo, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022), Terra Roxa (99,9%) apresenta população total atendida por coleta de resíduos domiciliares acima dos índices estadual (97,51%) e nacional (90,4%). De todos os municípios, 31 (46%) dispõem seus resíduos localmente, ou seja, no próprio município. Dos 37 (54%) municípios que dispõem seus resíduos em outros locais, todos são enviados para municípios vizinhos, sendo o principal destino Sales de Oliveira (13 municípios), Guará (3 municípios), Barretos (2 municípios), Guataporã (7 municípios), Catanduva (3 municípios), Jardinópolis (3 municípios), Casa Branca (1 município), Onda Verde (1 município) e Uberaba (4 municípios).

Com relação à vida útil dos aterros sanitários regionais, 11 estão em situação crítica, com vida útil menor ou igual a 02 anos, enquanto 06 apresentam vida útil maior que 02 anos e menor ou igual a 05 anos. Os demais aterros regionais (47) apresentam vida útil maior do que 05 anos. De todos os municípios que apresentam aterros em situação crítica, nenhum deles recebe descarte de resíduos de municípios vizinhos, sendo o descarte totalmente local.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010 e pelo

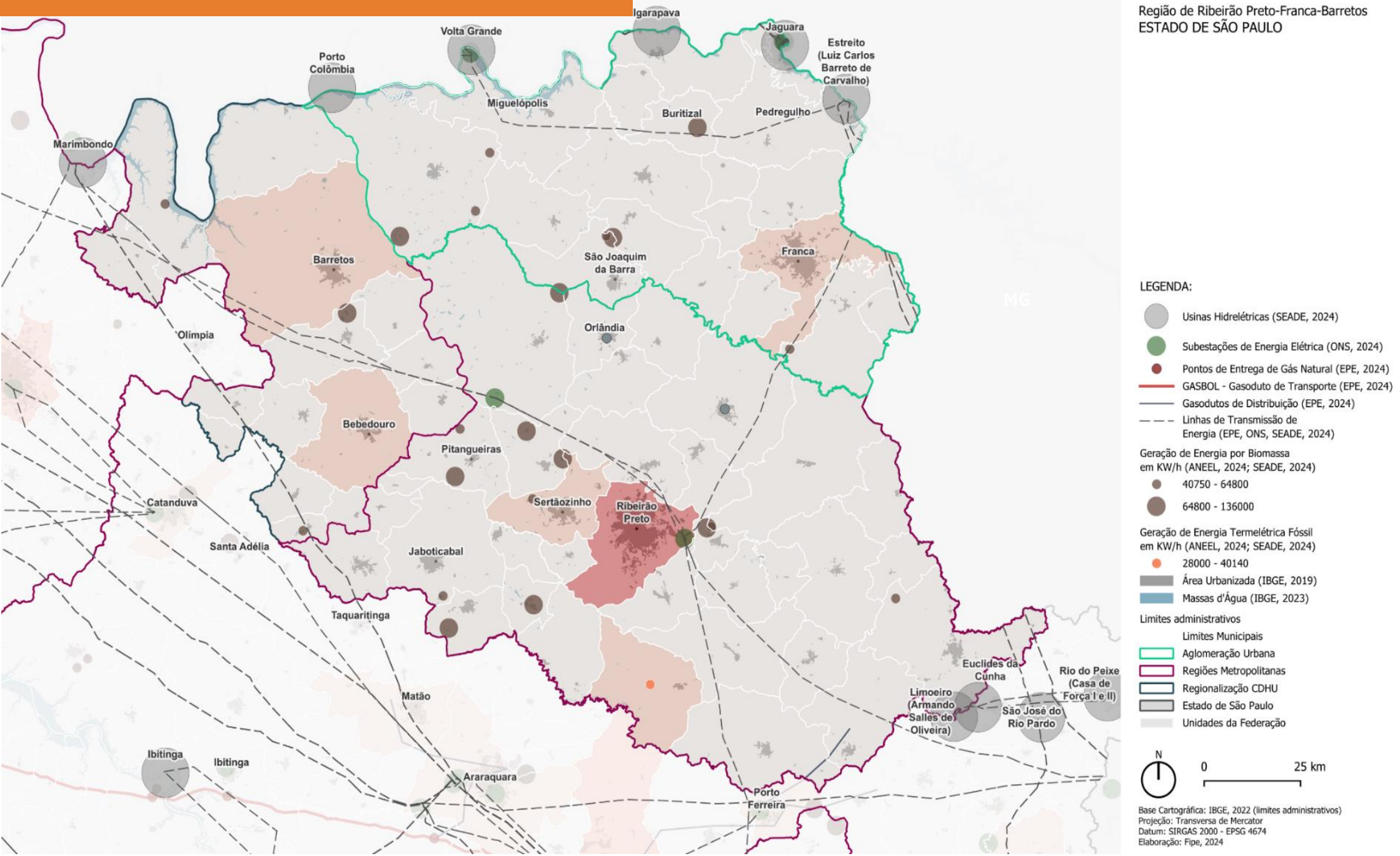
Decreto Federal nº 10.936/2022) dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A PNRS define que compete aos Estados promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como incentivar a região dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. O panorama dos fluxos intermunicipais de resíduos sólidos apresentado demonstra que, para que se atinjam os objetivos da PNRS, é necessária uma gestão regionalizada por meio de arranjos intermunicipais que viabilizem soluções mais sustentáveis para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na região.

Nesse sentido, a região dispõe de consórcios intermunicipais que executam ações relacionadas ao manejo de resíduos sólidos, tal qual o Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM). Em 2024, foi publicado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios que integram o Consórcio de Municípios da Mogiana (PIGIRS), que trata da gestão e do tratamento de resíduos sólidos de vinte municípios do Consórcio, a saber: Barrinha, Cravinhos, Dumont, Guará, Ipuã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luiz Antônio, Morro Agudo, Pradópolis, Ribeirão Preto, Rincão, Santa Lúcia, Santa Rosa de Viterbo, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaritinga.

No PIGIRS, as soluções de caráter regional são colocadas como prioritárias para os municípios consorciados, e são estabelecidos sete programas, que apresentam subprogramas, ações, metas e indicadores vinculados a eles. O Plano trata de assuntos como: apoio à gestão municipal, educação ambiental, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta seletiva, logística reversa, aterros e áreas de descarte irregular, e gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde (RSS), de resíduos da construção civil (RCC) e de resíduos volumosos (RV).

⁷ Consideram-se apenas 636 municípios nesta conta, devido ao fato dos municípios de Andradina, Aramina, Arapeí, Bananal, Buritizal, Ituverava, Jeriquara, Mirandópolis e Ribeira disporem seus resíduos fora do estado de São Paulo.

2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética



A região conta com a existência de **6 usinas hidrelétricas** de alto desempenho operacional, onde 5 estão localizadas na divisa do estado de São Paulo com Minas Gerais. A maioria da energia gerada por essas hidrelétricas é destinada a região sudeste do país, mas com foco maior nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os municípios de Miguelópolis e Pedregulho, onde localizam-se as hidrelétricas de Volta Grande e Estreito, destacam-se por ter como principal atividade de valor adicionado o setor de “Eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”.

O destaque maior na geração de energia é em **usinas termelétrica por biomassa**. A região é uma das mais significantes no cultivo e produção de cana-de-açúcar do estado, e por isso, há um grande volume de usinas para produção de etanol e energia. Ao todo são 11 usinas com alto potencial de produção e operação, sendo que 3 delas estão entre as 10 maiores do estado de São Paulo, Bonfim, Vale do Rosário e Mandu, nesta ordem. Este tipo de geração de energia, é uma fonte renovável que apresenta grande ganho do ponto de vista ambiental, pela forma de aproveitamento de resíduos da produção da própria região.

Vale destacar o município de Buritizal, com principal atividade de valor adicionado o setor de “Eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”, devido à presença da Usina Buriti em seu perímetro.

Usinas termelétricas são instalações industriais que geram energia elétrica a partir da queima de combustíveis fósseis, biomassa ou material radioativo e pode gerar diversos impactos ambientais. A geração de energia por biomassa pode gerar menor quantidade de poluentes em relação a usinas que utilizam combustíveis fósseis, mas ainda assim, emitem gases de efeito estufa. Além disso, vale ressaltar que as termelétricas são grandes consumidoras de água devido a necessidade de resfriamento de seus sistemas, portanto, podem gerar problemas hídricos, principalmente em regiões com disponibilidade desfavorável de água doce.

A região não conta com a existência de **usinas fotovoltaicas** para comercialização de energia.

Com relação ao consumo energético, Ribeirão Preto se destaca como maior consumidor, seguido por Franca e Barretos, nesta ordem. O volume de energia que o município de Ribeirão Preto consome é quase 3 vezes maior do que o segundo maior consumidor da região, que é o município de Franca.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

O eixo Desenvolvimento socioterritorial promove análises integradas entre aspectos demográficos, econômicos, sociais e espaciais, visando dar subsídios para a leitura das características de desenvolvimento desta porção do território paulista. Neste sentido, apresenta cruzamento de dados provenientes de diagnósticos dos Cadernos Temáticos de Dinâmica econômica e demográfica; Dinâmica urbana e centralidades; Infraestrutura urbana e social; e Transporte e Mobilidade.

A dinâmica demográfica da região é marcada pelo predomínio de municípios com baixo crescimento populacional, sendo que a região metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) abriga aqueles com maiores incrementos. Por outro lado, o ritmo de crescimento dos domicílios foi superior à média estadual, impulsionado pela ampliação de 37% dos domicílios totais na RMRP. Este crescimento se reflete na alta expansão da mancha urbana, indicando um padrão de ocupação polinuclear.

A importância da RMRP é de grande relevância tanto na indústria, como nos serviços e na agropecuária. A presença da aglomeração urbana de Franca (AUF) também contribui para o desenvolvimento local.

Essa região do PDUH é a maior produtora de cana-de-açúcar do estado, assim como é destaque na cultura de café, concentrada na aglomeração urbana de Franca. Por essa razão, os segmentos industriais mais importantes estão relacionados à atividade, predominando, em toda a região, a fabricação de produtos alimentícios (que inclui a fabricação de açúcar).

Os dois principais polos industriais estão na região metropolitana, Ribeirão Preto e Sertãozinho. A RMRP é também importante centro de referência de serviços de saúde, com um Arranjo Produtivo Local, associado ao único Parque Tecnológico da região, em Ribeirão Preto. Ressalta-se, ainda, o município de Barretos, também de grande relevância como centro de serviços de saúde.

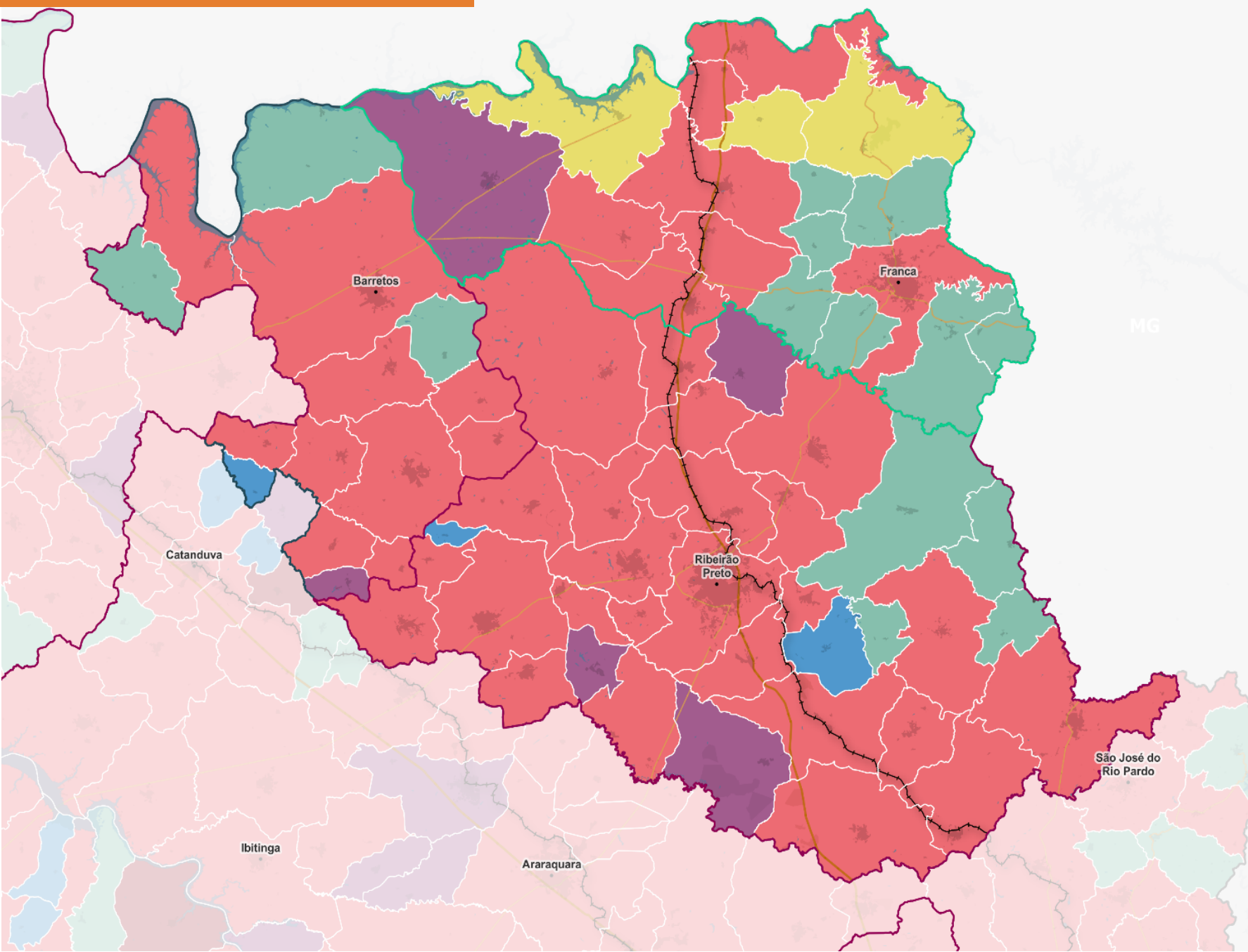
No entanto, as maiores oportunidades de emprego, assim como elevado número de instituições de ensino, encontram-se no município nesse mesmo município, apesar de haver boa oferta de universidades nos outros dois polos

da região, Franca e Barretos. Faz-se necessária, portanto, a formulação de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento dos demais municípios da região.



Empreendimento CDHU Conjunto Habitacional Augusto Andruccioli – Pontal. Fonte: CDHU.

2.2.1 Perfil econômico dos municípios



ATIVIDADE DE MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Atividade com maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

ATIVIDADE DE SEGUNDO MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Atividade com segundo maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Indústrias de transformação
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A região Ribeirão Preto-Franca-Barretos tem, como impulsionador de seu desenvolvimento, a presença da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), a primeira criada fora do território da Macrometrópole Paulista. Representa 66,5% do Produto Interno Bruto regional, sendo que o município polo responde, sozinho, por 32,2% do PIB. A Aglomeração Urbana de Franca (AUF) também desempenha importante papel, correspondendo a 21,4% do PIB. Os outros polos regionais são Franca, Sertãozinho e Barretos.

Seu perfil econômico é diversificado, abarcando atividades agrícolas, indústria, serviços e turismo. O Valor Adicionado (VA) predominante é o do setor de Serviços, o que é natural dado que engloba os segmentos mais variados da atividade, representando 63% do VA total da região.

Deve-se ressaltar que a RMRP é importante polo prestador de serviços, especialmente nas áreas de saúde e educação e no comércio. Barretos também tem relevância no setor de saúde, sendo referência no tratamento oncológico.

O mapa da atividade de maior Valor Adicionado (VA) demonstra essa variedade de atividades. A predominância é dos Demais Serviços, mas a Indústria de Transformação já aparece como principal atividade em cinco municípios.

A Agricultura, incluindo as atividades de apoio e a pós-colheita, predomina em 13 municípios, a maior parte na AUF.

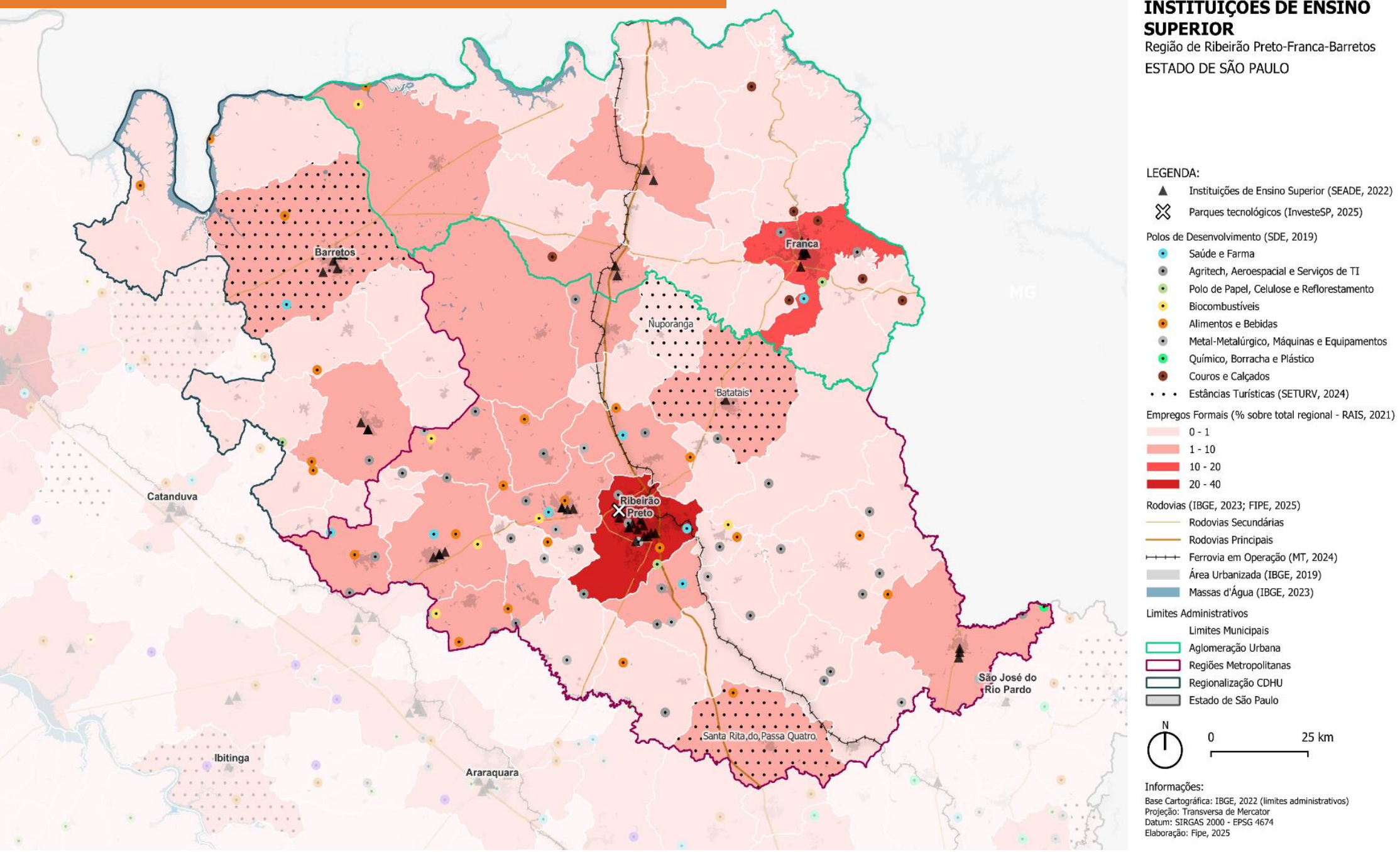
Importante notar que o setor de Eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação predomina em três municípios: Buritizal, onde se encontra importante usina de geração de energia a partir de biomassa, e Miguelópolis e Pedregulho, nos quais se localizam usinas hidrelétricas.

O mapa da atividade de segundo maior VA já mostra mais variedade, inclusive realçando-se a importância do Comércio nos polos de Ribeirão Preto e Franca, e da Indústria de Transformação em Barretos e Sertãozinho.

A análise combinada desses dois mapas permite a identificação de cadeias de complementariedade, revelando a interação entre setores econômicos. Embora o setor de serviços represente o maior VA na maioria dos polos

urbanos, essa predominância oculta outras atividades essenciais. O mapeamento do **segundo maior VA** complementa o diagnóstico ao evidenciar as especializações produtivas locais, fornecendo uma visão mais precisa das cadeias econômicas que estruturam o desenvolvimento socioterritorial do Estado.

2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior



A diversificação de atividades produtivas é evidenciada pela distribuição dos Polos de Desenvolvimento, mapeados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. O principal polo é o **Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI**, contemplando 29 municípios, seguido pelo de **Alimentos e Bebidas**, com 23 municípios. São setores relacionados à atividade agrícola, condizendo com a importância da região no estado neste setor.

No entanto, a maior quantidade de polos localiza-se na RMRP, especialmente no município sede e em Sertãozinho e Jaboticabal. Ressalta-se, também, a presença dos polos de desenvolvimento de **Couros e Calçados** apenas na AUF, região de tradição deste segmento industrial. Em Barretos e em alguns municípios da RMRP, localizam-se os polos de desenvolvimento do setor de **Saúde e Farma**, referência na região, como já mencionado anteriormente.

Em Ribeirão Preto, o grande polo regional, localiza-se o SUPERA Parque de Inovação e Tecnologia, que abriga empresas de diversos setores, com destaque para Saúde, Bioenergia e Tecnologia da Informação. Foi criado por meio de parceria entre a Universidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. É gerido pela Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde de Ribeirão Preto (FIPASE), fundação pública vinculada à prefeitura, e conta com incubadora de empresas, centro de tecnologia, centro de negócios, polo de inovação em software, além da associação do Arranjo Produtivo Local (APL) da Saúde.

A distribuição das instituições de ensino superior na região se relaciona com o padrão observado nas atividades produtivas, sendo que nove das 11 instituições públicas (81%) e 28 das 35 instituições particulares (80%) encontram-se localizadas na RMRP e na AUF. Os municípios que mais concentram instituições de ensino superior são Ribeirão Preto, Franca e Barretos, que também abrigam campus do IFSP (Barretos), UNESP (Franca), USP (Ribeirão Preto) e FATEC (Franca e Ribeirão Preto).

2.2.3 Atividade agrícola

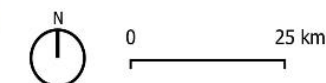
PARTICIPAÇÃO DA CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



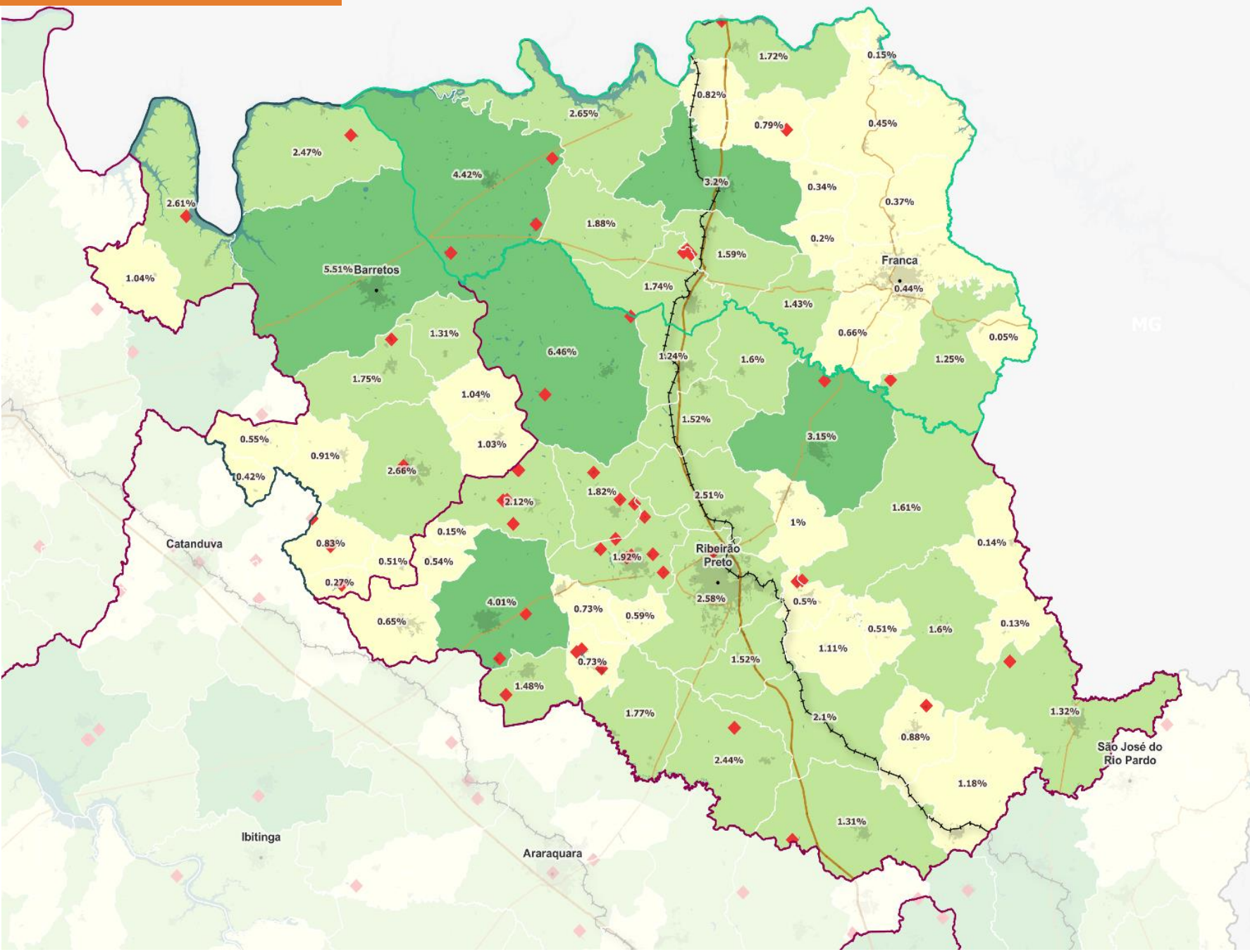
LEGENDA:

- ◆ Geração de Energia Movida a Bagaço de Cana de Açúcar
- Participação da Cultura de Cana na Região (% Área Colhida na Região - IBGE, 2023)
 - 0 - 1,2
 - 1,2 - 3
 - 3 - 8
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Aglomeración Urbana
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

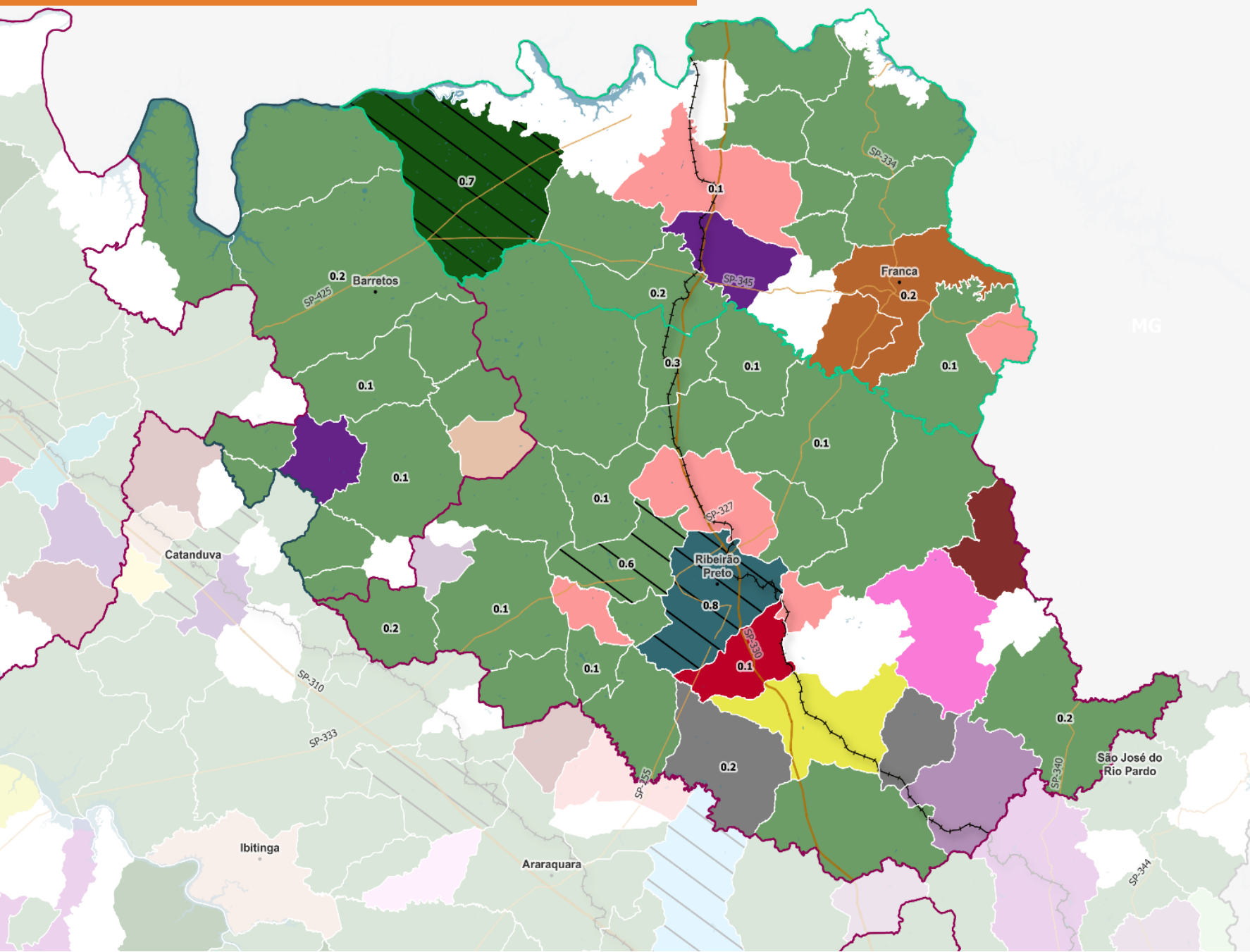
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A região é a maior produtora de cana-de-açúcar do estado, responsável por 26% da quantidade produzida, concentrada na RMRP, que responde por 52% da produção, embora a cultura seja de importância em toda a região. Por essa razão, na RMRP localizam-se muitas usinas de geração de energia movida a bagaço de cana-de-açúcar. Entre 2003 e 2023, a área colhida aumentou 53% na região como um todo.

A AUF é destaque na cafeicultura, representando 45% da quantidade produzida no estado e 68% na região. No período de 2003 a 2023, a região ultrapassou as duas maiores produtoras (Bauru-Marília-Araraquara e Piracicaba-Campinas-Jundiaí), tendo aumento de 61% na área colhida.

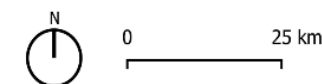
2.2.4 Setor de maior Valor de Transformação Industrial (VTI)



SETOR DE MAIOR VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO
LEGENDA:

- Rótulos - Participação Estadual do VTI Municipal (% acima de 0.1% - SEADE, 2021)
- Municípios com Maiores VTIs da Região (SEADE, 2021)
- Setor de Maior VTI (SEADE, 2021)
- Sem VTI
 - Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel
 - Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo
 - Fabricação de Produtos Alimentícios
 - Fabricação de Biocombustíveis
 - Fabricação de Produtos Químicos
 - Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Farmacêuticos
 - Fabricação de Produtos Têxteis
 - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados
 - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios
 - Fabricação de Móveis
 - Metalurgia
 - Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos
 - Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos
 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos
 - Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos
 - Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovia em Operação (MT, 2024)
 - Massas d'Água (IBGE, 2023)
 - Limites Municipais
 - Aglomerado Urbano
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

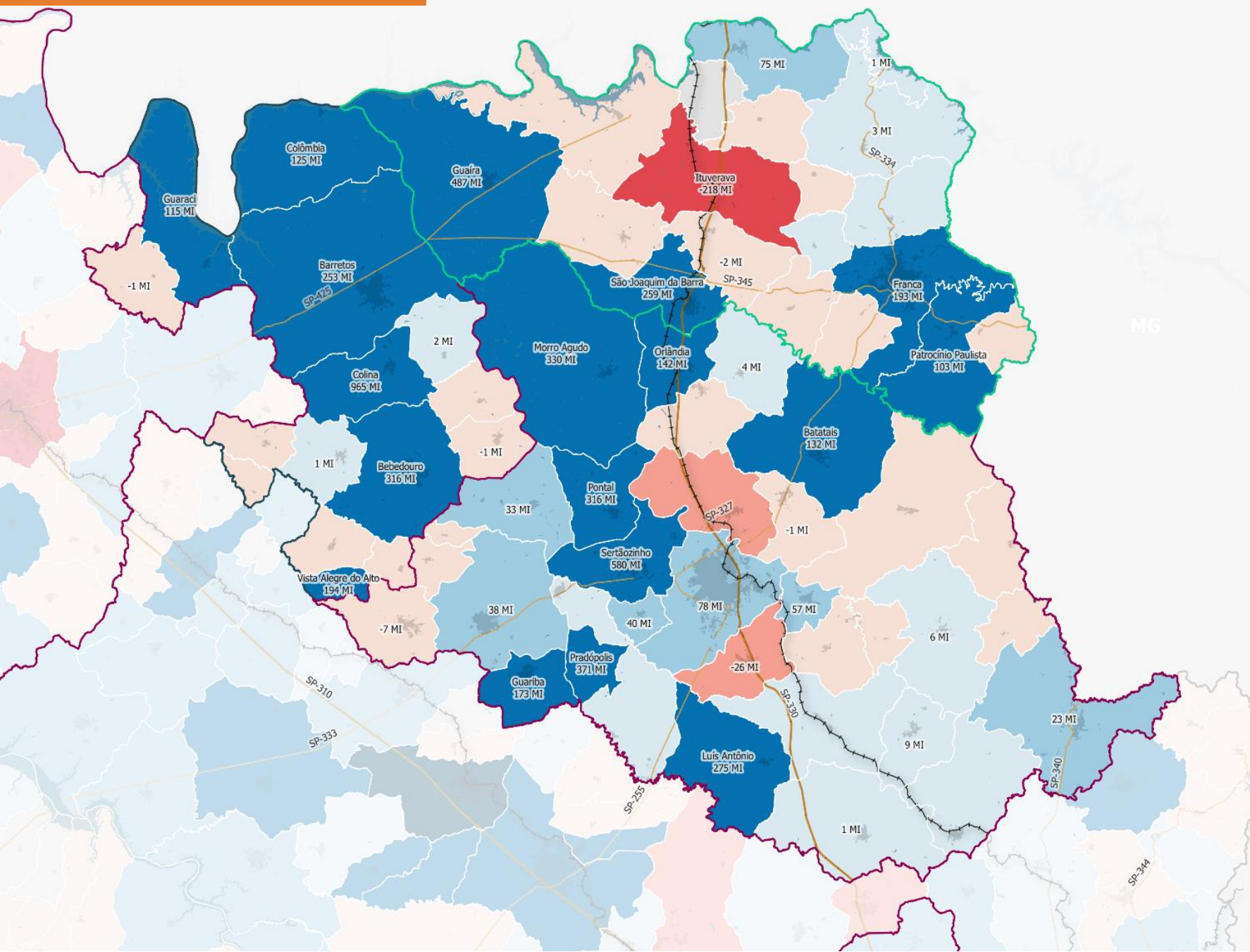
O setor industrial da região representou 4,75% do Valor Adicionado (VA) da indústria do Estado de São Paulo em 2021, o que é o quarto menor percentual entre as nove regiões analisadas. Quando é analisado o histórico desse indicador, percebe-se que há um aumento da participação da região no VA da indústria do estado. Em 2010 a região de Ribeirão-Franca-Barreto representava 4,30% do VA industrial do Estado, em 2021 esse valor aumentou 0,45% pontos percentuais, um aumento de 10,5% na participação do PIB industrial do Estado de São Paulo.

Para analisar o setor industrial também se utiliza o Valor de Transformação Industrial (VTI), que é um indicador que representa a diferença entre o valor da produção e o custo dos insumos consumidos no processo produtivo. O VTI de Ribeirão-Franca-Barreto é o quarto menor do estado entre as regiões analisadas, representando 5,41% do VTI estadual.

Os municípios com maior percentual de VTI na região são Ribeirão Preto (14,4%), Guairá (12,0%) e Sertãozinho (10,2%). Os setores que se destacam são fabricação de produtos alimentícios (43,7%), fabricação de biocombustíveis (13,9%) e fabricação de produtos químicos (7,3%).

Através do VTI verificou-se o principal setor industrial de cada um dos 68 municípios da região e, nessa análise, se destacam os setores de fabricação de produtos alimentícios que são os maiores em 55,8% dos municípios da região e em segundo lugar observa-se a fabricação de produtos químicos com 9,8% dos municípios da região.

2.2.5 Saldo do comércio exterior



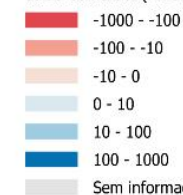
SALDO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

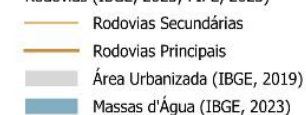


LEGENDA:

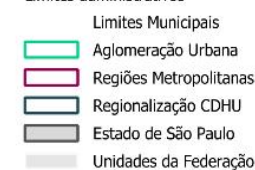
Saldo Comercial (MI US\$ - IBGE, 2023)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites administrativos



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

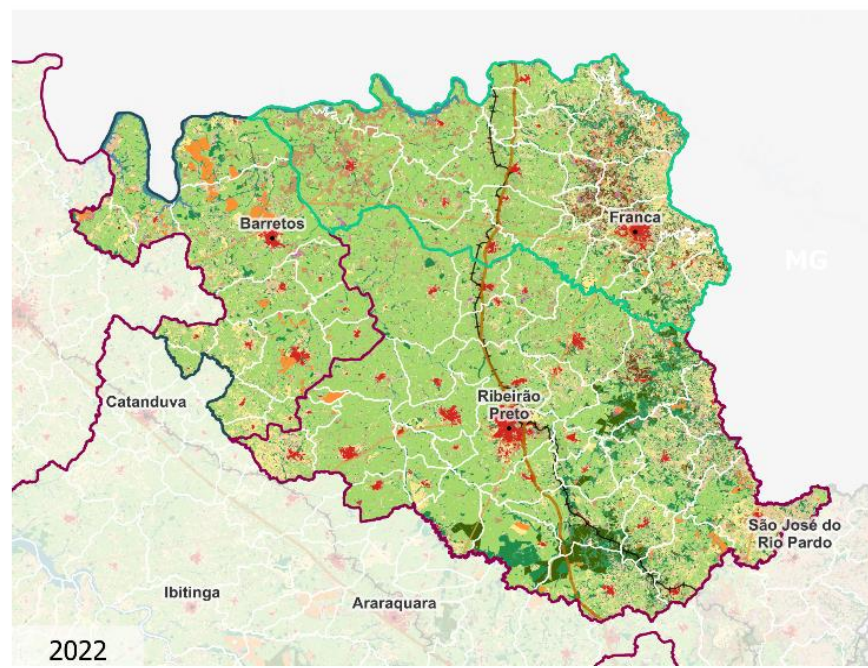
Em 2023, a região de Ribeirão-Franca-Barreto exportou US\$ 6.287.372.221 e importou US\$ 863.101.935, tendo um superávit na sua balança comercial de US\$ 5.424.270.286. A região representou 8,3% das exportações e 1,2% das importações do Estado de São Paulo.

As cidades que mais exportam na região são Colina (US\$ 978.100.666), Sertãozinho (US\$ 626.345.970), Guaiúra (US\$ 488.108.734). Os municípios que mais importam são Ribeirão Preto (US\$ 282.093.098), Ituverava (US\$ 218.835.981) e Cravinhos (US\$ 67.004.120).

A balança comercial do Estado de São Paulo se divide em dois grupos distintos, nas regiões industrializadas (Região Metropolitana de São Paulo, junto das regiões de Piracicaba-Campinas-Jundiaí e Itapeva-Sorocaba) há um forte déficit no saldo do comércio exterior de US\$ -21.340.406.709.

Em compensação, as regiões do norte e oeste do estado são superavitárias, com forte presença do agronegócio, que é voltado para exportação e onde há um superávit de US\$ 25.495.383.056, o que gera um saldo positivo para o estado de US\$ 4.154.976.347 na balança comercial.

2.2.6 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada



DINÂMICA DE USO DO SOLO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Uso do Solo (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Silvicultura
- Pastagem
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Mosaico de Usos
- Mineração
- Rio, Lago e Oceano
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O território paulista apresenta forte antropização em seus espaços urbanos, rurais e naturais, que se caracterizam pela continuidade e interação entre estas categorias e conformam zonas de transição com dinâmicas econômicas que mesclam produção rural à economia urbana. A série histórica de uso e cobertura da terra mostra as transformações da paisagem no período de 1990 a 2022, a partir dos dados do MapBiomas Brasil (2024).

O levantamento indica que a agropecuária engloba 81,2% de área da região, somando 2.376.974,6 hectares em 2022, quarto maior volume entre as nove regiões do Estado, com montante semelhante à região de São José do Rio Preto. As classes de agricultura passaram por grandes transformações nesta região, enquanto as pastagens (-4,53% ao ano), as outras lavouras temporárias e perenes (-3,15% ao ano), a soja (-2,32% ao ano) e o mosaicos de uso⁸ (-0,80% ao ano) tiveram decréscimos de área, a **cana-de-açúcar teve um robusto crescimento** (2,43% ao ano). Com isso, passou a ocupar 48% do território regional, alcançando 1.404.518,50 hectares que estão distribuídos por todos os municípios da região, e representam 25,2% da área destinada ao cultivo de cana no Estado de São Paulo, segunda posição entre as regiões analisadas. Estas transições se deram especialmente nas porções leste e nordeste da região, com o cultivo de cana se estendendo de Ribeirão Preto e Jaboticabal para o norte, acompanhando as rodovias SP-326 e SP-330.

As lavouras de **café e citrus também apresentaram significativo aumento** no período total de análise. A taxa regional anual de crescimento do café foi 9,65%, impulsionada pela expansão desta cultura na porção leste, nas proximidades da divisa com Minas Gerais. O cultivo de cítricos também teve crescimento de área nesta região, mas o montante mais expressivo se deu na porção oeste da região, no entorno de Barretos e Bebedouro. Outra lavoura cuja taxa de crescimento anual se destaca na região é a **silvicultura** (2,75%), mais presentes na porção leste da RMRP.

Na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos, as **classes naturais, ocupam 16,3% de toda superfície da região**. No contexto das regiões analisadas no

8 A legenda detalhada define a classe Mosaico de Usos, para o contexto da Mata Atlântica como “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura. Pode incluir áreas de ocupação periurbana, como chácaras, sítios e condomínios.” (Disponível em: Legenda Coleção 9 - Descrição Detalhada).

Estado, este é um montante intermediário de cobertura natural⁹, representando 8,3% da vegetação natural presente em São Paulo em 2023. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição destas áreas cuja distribuição está pulverizada pelo território, sobretudo nas áreas de preservação permanente junto aos corpos hídricos, mostrando a pressão dos usos rurais sobre os espaços da natureza.

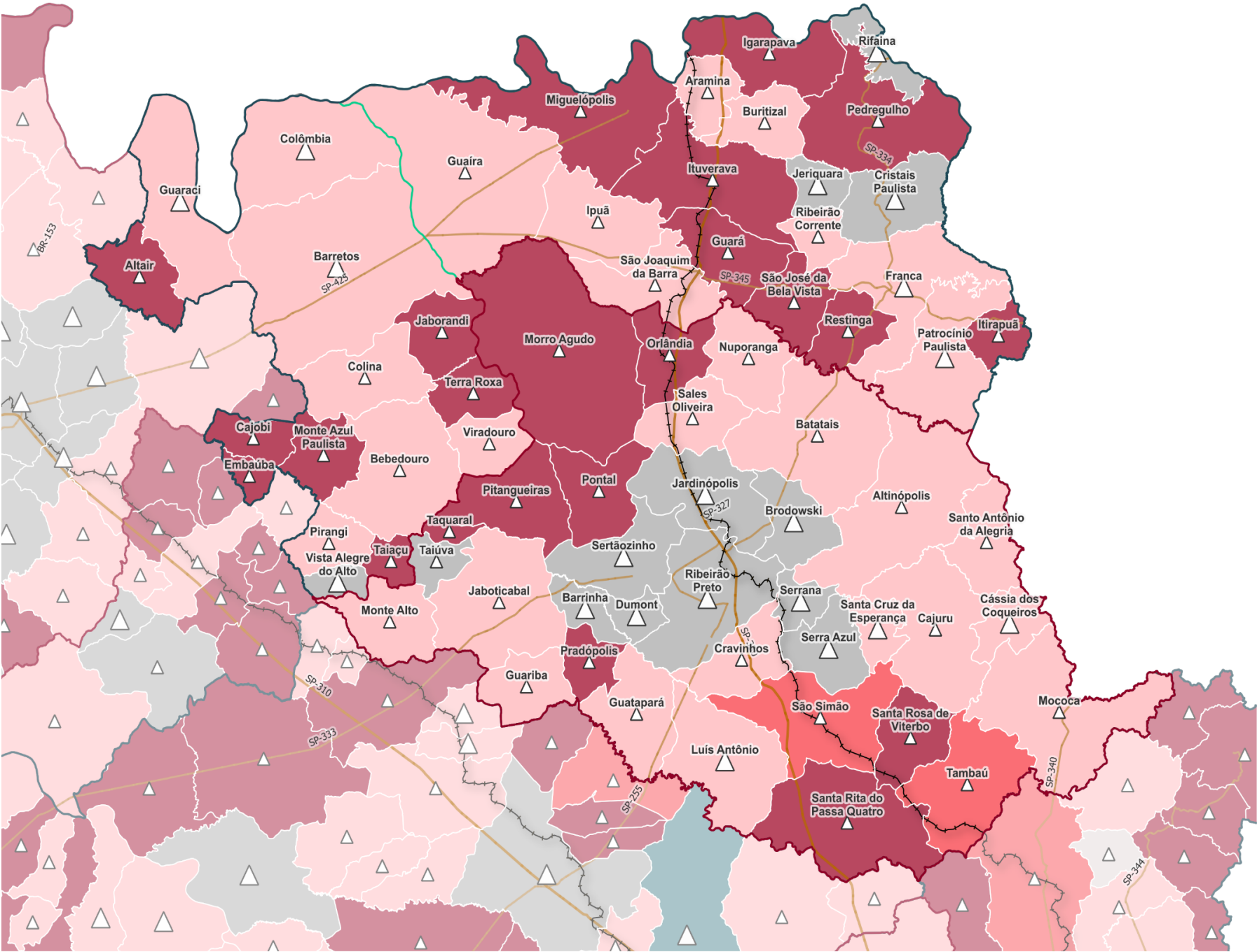
A **mineração** também teve um incremento de área importante e se concentra na cidade de São Simão, tendo taxa de crescimento anual de 4,93% para o período analisado.

Para o período de análise, a região apresentou a quarta taxa de crescimento das **áreas urbanizadas**, dentre todas as nove regiões estudadas no PDUH, correspondente a 2,71% ao ano. Deste modo, em 2023 a região contribui com 8,2% da urbanização paulista, o que equivale à 2,25% da área total da região. O crescimento dos núcleos urbanos foi mais acelerado entre as décadas de 1990 e 2000, 4,32%, sobretudo expandindo as áreas urbanizadas da RMRP e das centralidades de Franca e Barretos. Nas décadas subsequentes o modelo de ocupação assume ritmo menos intenso, passa para 2,24% entre 2000 e 2010, e chega a 1,76% entre 2010 e 2022.

9 Para as análises considerou-se que a cobertura natural é entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH. Para Bauru-Marília-Araraquara engloba as seguintes classes do Mapbiomas Brasil: formação florestal, formação savânica, campos alagados e formação campestre.

CARACTERIZAÇÃO DA
EXPANSÃO URBANA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Total de Domicílios 2010/2022 (IBGE, 2024)

△ Crescimento de Domicílios Abaixo da Média Regional

△ Crescimento de Domicílios Acima da Média Regional

Relação entre TCGA População e Área urbanizada
(IBGE, 2024; Mapbiomas, 2024)

Decrescimento pop. e expansão urb. alta

Decrescimento pop. e expansão urb. baixa

Crescimento pop. baixo e expansão urb. alta

Crescimento pop. alto e expansão urb. alta

Crescimento pop. alto e expansão urb. baixa

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias principais

Rodovias secundárias

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Limites Municipais

Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

N

0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

O processo de expansão da área urbanizada de um município, não está ligado unicamente às variações da dinâmica populacional e demanda por novas moradias. Uma ampla gama de aspectos sociais, econômicos, de acessibilidade, oferta de infraestrutura, contribuem para consolidação de vetores de crescimento da mancha urbana. Considerando a busca por cenário de **resiliência urbana**, seria esperado que este processo de expansão urbana estivesse pautado por demandas justificáveis. Entretanto, o que se observa em muitos casos é a reprodução de uma lógica de produção do espaço urbano sobre áreas de menor valor da terra, sobretudo através de loteamentos, que prioriza o ganho financeiro individual em detrimento dos ônus públicos gerados pelo espraiamento urbano.

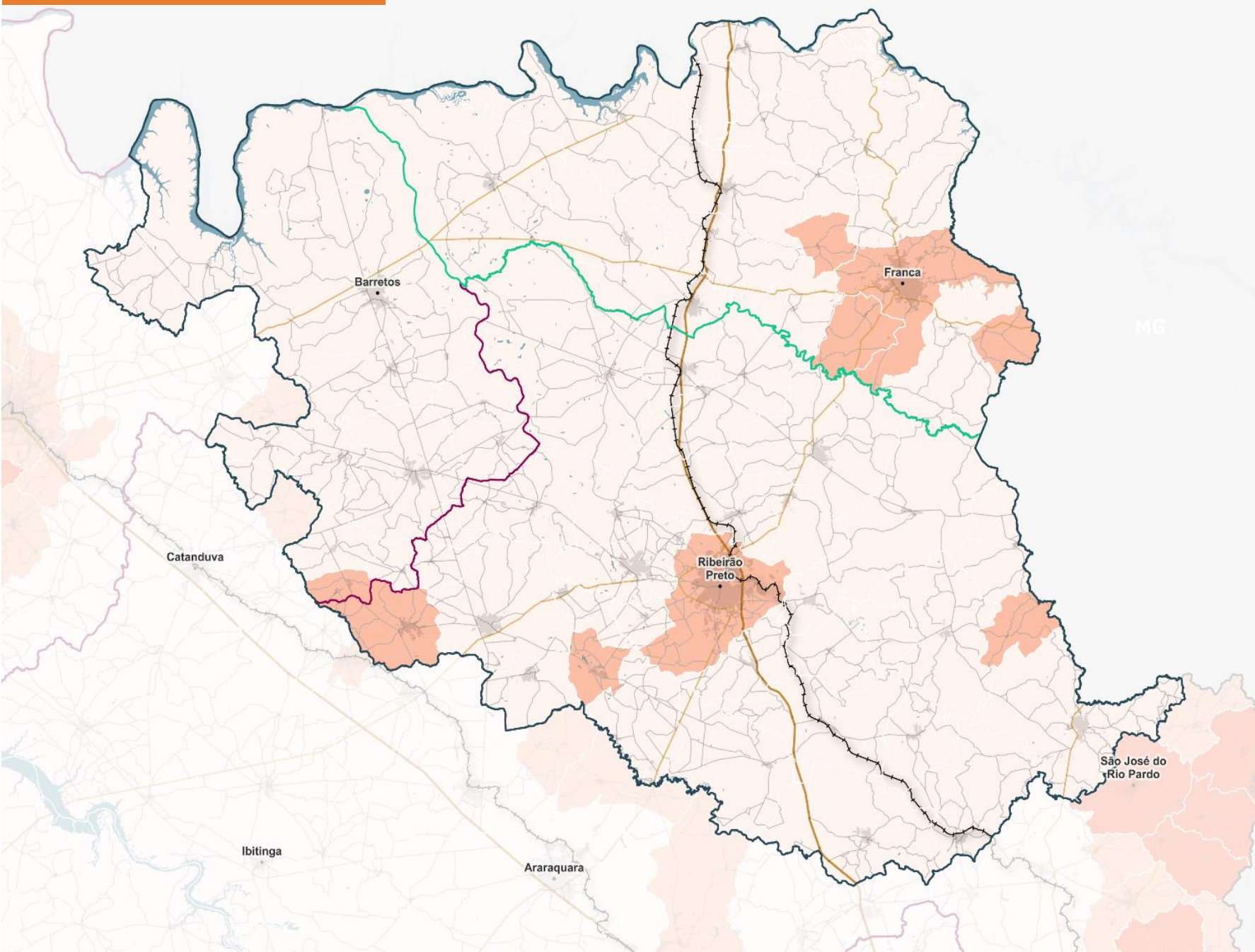
Na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos, o crescimento urbano acelerado é predominante em 66 das 68 cidades que a compõem. Em contrapartida, a dinâmica demográfica aponta para a preponderância do baixo crescimento populacional, aliado ao decréscimo habitacional em diversas cidades. Quando analisadas em conjunto, as **taxas de crescimento da população, do número total de domicílios e das áreas urbanizadas**, considerando os dados dos Censos Demográficos, de 2010 a 2022 e a evolução da mancha urbana do MapBiomas, observam-se três grandes tendências:

- I. Municípios com baixo crescimento da população, crescimento dos domicílios totais abaixo da média da região, porém com alta expansão urbana. Localizados, sobretudo no limite entre a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e a Aglomeração Urbana de Franca, se estendendo até o entorno de Bebedouro, bem como na porção sul da RMRP, próximo a Jaboticabal. São municípios de pequeno porte, com população majoritariamente inferior a 50 mil habitantes, com exceção de Batatais, Mococa, Jaboticabal e Bebedouro cuja população está entre 65 e 80 mil habitantes. Entretanto, observa-se grande número de loteamentos, conjuntos habitacionais e condomínios fechados, produzidos junto as bordas da mancha urbana, pressionando a expansão em detrimento da ocupação dos vazios existentes na malha consolidada. Barretos e Franca seguem a mesma lógica de ocupação dispersa e urbanização de áreas

periféricas, mas apresentaram um crescimento de domicílios acima da média regional.

- II. Municípios com população decrescente, ampliação do número de domicílios abaixo da média regional e expansão urbana alta. Localizados, em sua maioria, na porção nordeste da RMRP, entre Sertãozinho e Barretos, em conjunto com o eixo central e norte da AUF. Engloba exclusivamente cidades de pequeno porte cujas sedes conformam um núcleo urbano principal, ao qual se somam pequenas manchas esparsas. O crescimento urbano observado está ligado à oferta de lotes nas franjas de municípios, indicando a conexão da dinâmica imobiliária com o mercado de terras nesta região.
- III. Municípios com crescimento de domicílios acima da média regional, alto crescimento populacional e da mancha urbanizada. Localizados no entorno imediato de Ribeirão Preto, em conjunto com Cristais Paulista e Jeriquara, ao norte de Franca. Englobam pequenas cidades, conectadas por uma densa rede de estradas vicinais, com crescimento impulsionado por estas duas centralidades regionais, conformando uma ocupação dispersa e polinuclear.

2.2.7 Dinâmica demográfica



DENSIDADE POPULACIONAL RURAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

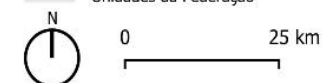
Densidade Populacional Rural (hab/100ha)
(IBGE, 2022)

- 0 - 4,5
- 4,5 - 9
- 9 - 20

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Estradas vicinais (IBGE, 2023)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

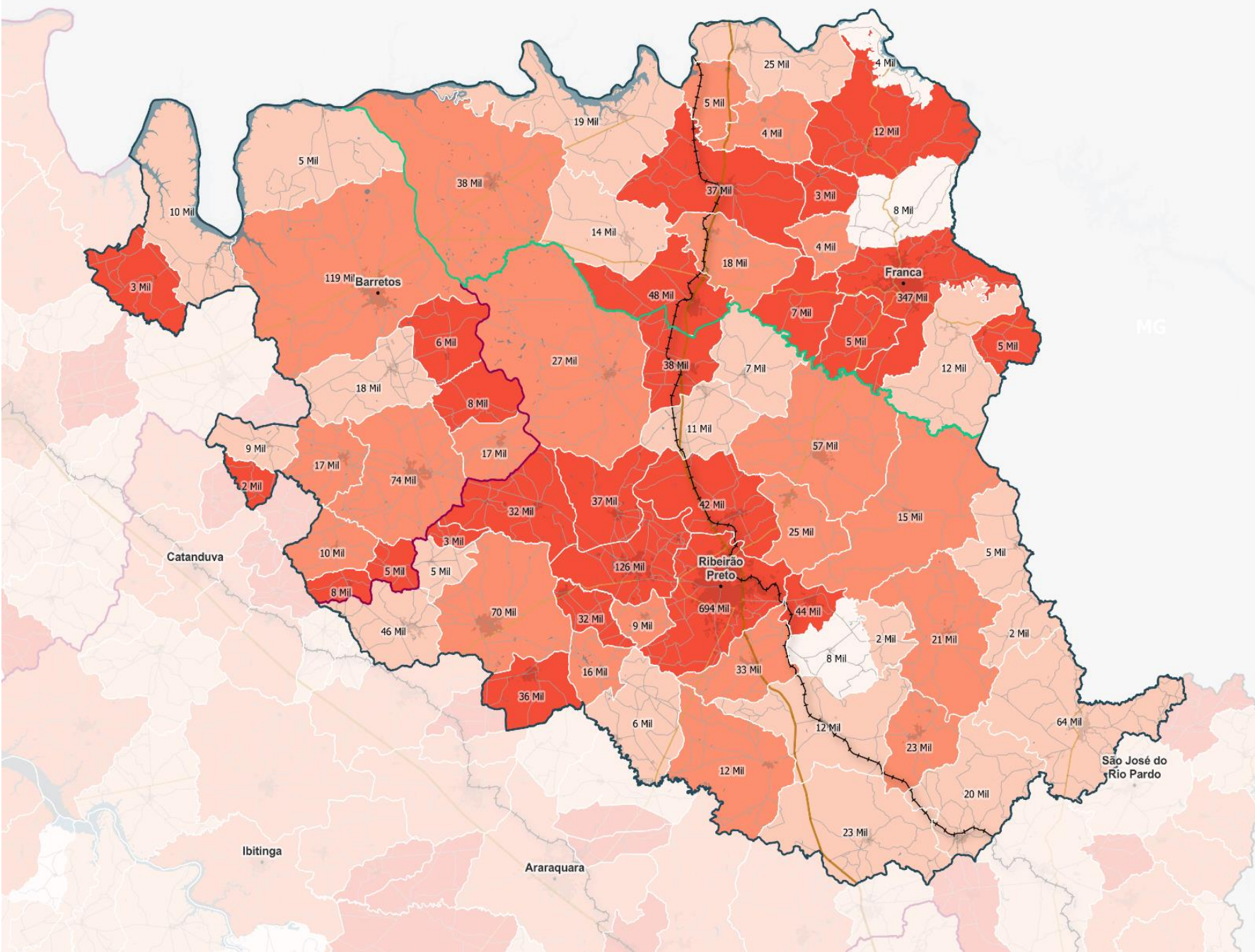


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

DENSIDADE POPULACIONAL URBANA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional urbana (hab/ha - IBGE, 2022)

- 2,5 - 13,5
- 13,5 - 23,5
- 23,5 - 30
- 30 - 50

NNN População urbana (Mil - IBGE, 2022)

• Centralidades regionais (REGIC, 2018)

— Estradas vicinais (IBGE, 2023)

— Rodovias simples (IBGE, 2023)

— Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)

— Ferrovia em operação (MT, 2024)

— Área urbanizada (IBGE, 2019)

— Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

— Limites Municipais

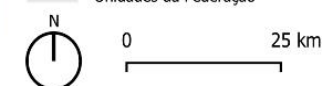
— Aglomeração Urbana

— Regiões Metropolitanas

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

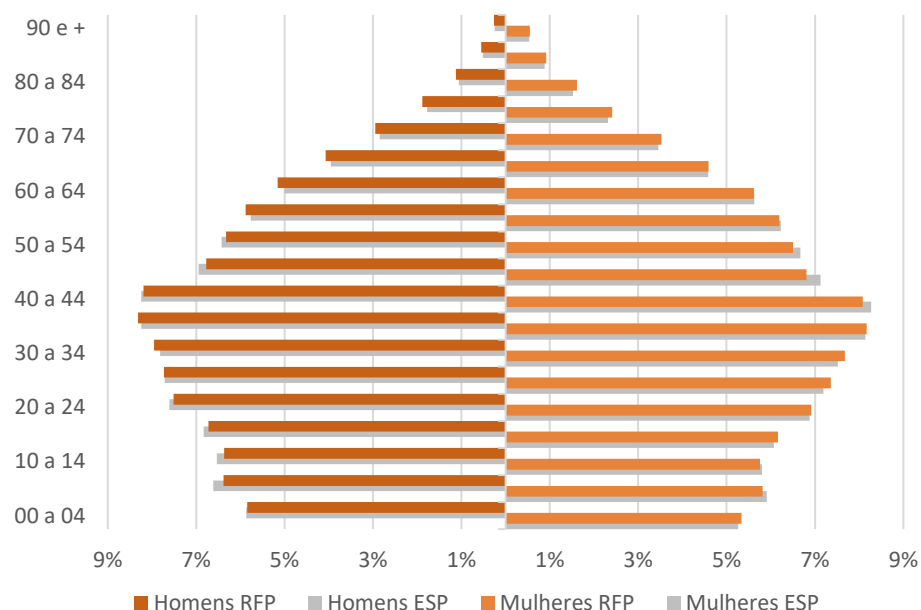
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A região de Ribeirão-Franca-Barreto abriga 5,9% da população estadual e apresentou, entre 2010 e 2022, uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população de 0,62%, valor muito similar ao crescimento observado no Estado (0,61%). O perfil demográfico da população residente na região é demonstrado pela pirâmide etária a seguir, que compara os dados regionais aos estaduais.

Gráfico 12: Pirâmide etária da região - RFB



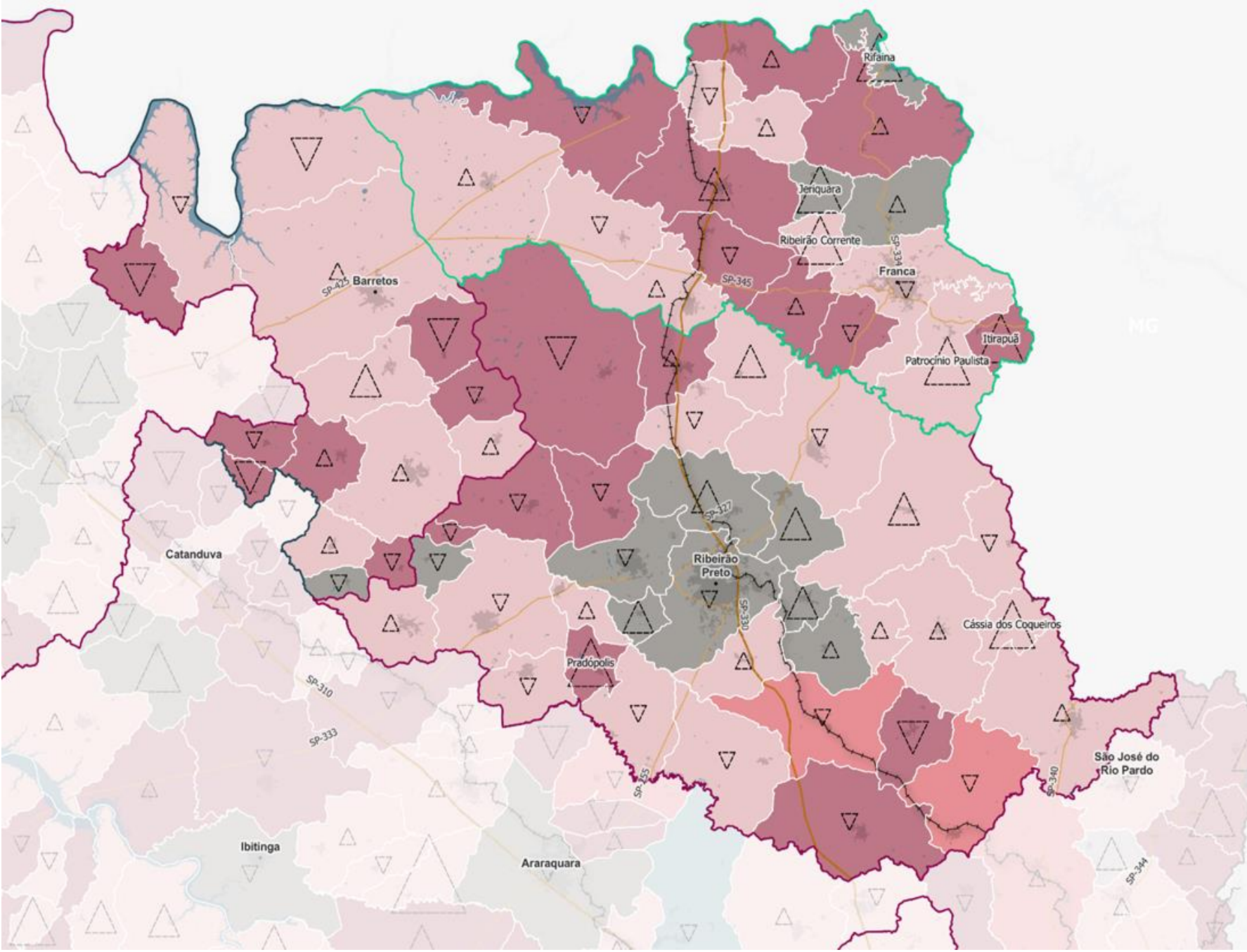
Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

A região apresenta 12,3% das pessoas com mais de 65 anos e entre crianças e adolescentes de até 14 anos a região tem 17,7% da população, o que é que é a quarta maior taxa das áreas analisadas, apesar de ser 0,3 pontos percentuais menor que a taxa do Estado de São Paulo (18,0%). O índice de envelhecimento da regional, indicador que compara o número de idosos com

os de crianças e adolescentes, está em 69,2, o que mostra que essa é uma região com uma população maior de jovens do que idosos.

Essa é uma região onde 96,5% das pessoas vivem em áreas urbanas e 3,5% vivem em áreas rurais. Tanto a análise de situação da população, quanto o cálculo de densidade urbana e rural, consideraram a classificação dos setores censitários do Censo 2022. Importante frisar que as taxas de densidade estão correlacionadas à extensão territorial do município, quanto menor a área do município, maior a tendência a uma elevada densidade.

As cidades com maior densidade urbana estão majoritariamente concentradas na RMRP e AUF, com destaque para: Pontal (49,2 hab/ha), Serrana (46,7 hab/ha) e Restinga (39,8 hab/ha). Em relação as regiões com maior densidade rural, se destacam os municípios de Franca (0,09 hab/ha), Pradópolis (0,08 hab/ha) e Ribeirão Preto (0,06 hab/ha).

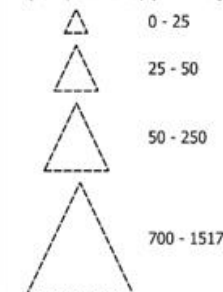


DINÂMICA DE EXPANSÃO URBANA E ECONÔMICA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO

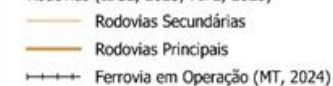
Varição de Participação do PIB na Região
(% - ↑ Aumento; ↓ Diminuição - IBGE, 2022)



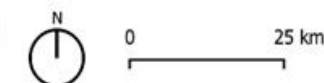
Relação entre TCGA População e Área urbanizada
(IBGE, 2024; Mapbiomas, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O mapa de dinâmica e expansão urbana e econômica cruza indicadores populacionais, urbanos e econômicos. O objetivo é verificar se há relação entre aumento populacional, expansão urbana e crescimento econômico.

Para tanto, foram calculadas a taxa geométrica de variação da área de mancha urbana, a TGCA da população e a variação da taxa de participação dos municípios no PIB total da região. A região correspondente a este caderno apresentou TGCA de 0,62%, que é muito similar a TGCA do Estado de São Paulo (0,61%). Os municípios com maiores TGCA são Jeriquara (1,69%), Cristais Paulista (1,68%) e Jardinópolis (1,55%).

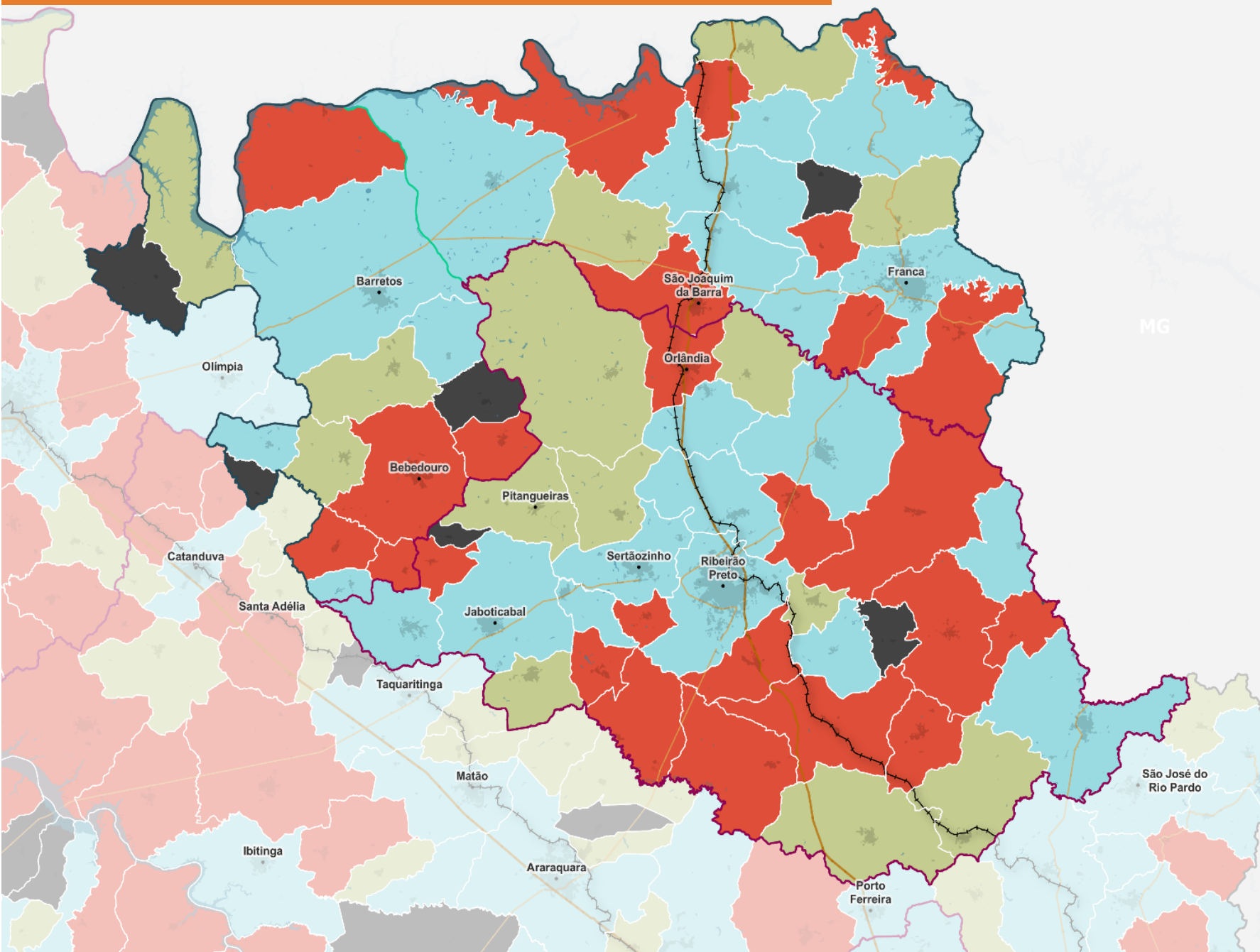
Essa é uma região com alta taxa de expansão da mancha urbana, sendo que 97,0% dos municípios tiveram alta expansão da mancha urbana (acima de 1,0%) entre 2010 e 2022. Nesse quesito os municípios com maior expansão da área urbana são Rifaina (4,90%), Guaraci (3,87%) e Santa Cruz da Esperança (3,75%).

A região representa 4,6% do PIB do Estado de São Paulo em 2021, um aumento de 9,1% da sua participação em relação a 2010. Os municípios em que o PIB teve os maiores aumentos de participação do PIB na região são os de Ribeirão Corrente (115,5%), Cássia dos Coqueiros (114,7%) e Rifaina (101,4%).

Em síntese, nos municípios em que houve redução da população (TGCA negativa) no período, ocorreu, também, em 68,0% dos casos, queda na parcela de participação do PIB das cidades em relação a região. Já onde a TGCA foi positiva, em 62,8% dos casos, houve crescimento da participação no PIB regional.

Nas localidades em que se verificou forte aumento da expansão urbana, 53,0% dos municípios também apresentaram acréscimo da participação no PIB total. Enquanto, em 100,0% dos municípios que tiveram uma expansão urbana reduzida, houve diminuição da participação no PIB regional.

2.2.8 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações



TIPOLOGIA HABITACIONAL COM MAIOR AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

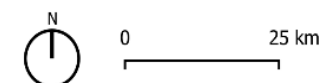
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

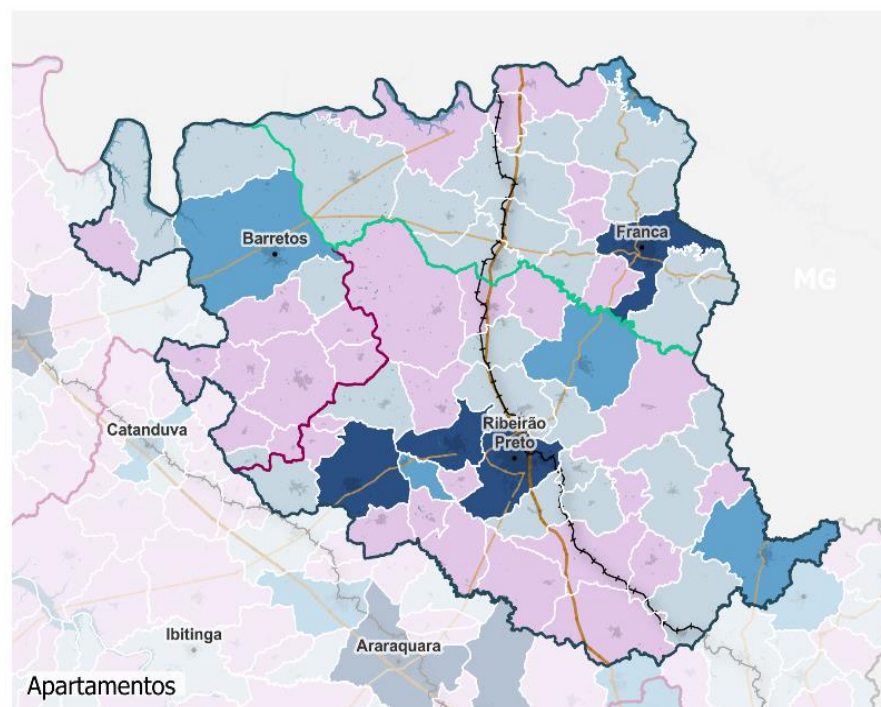
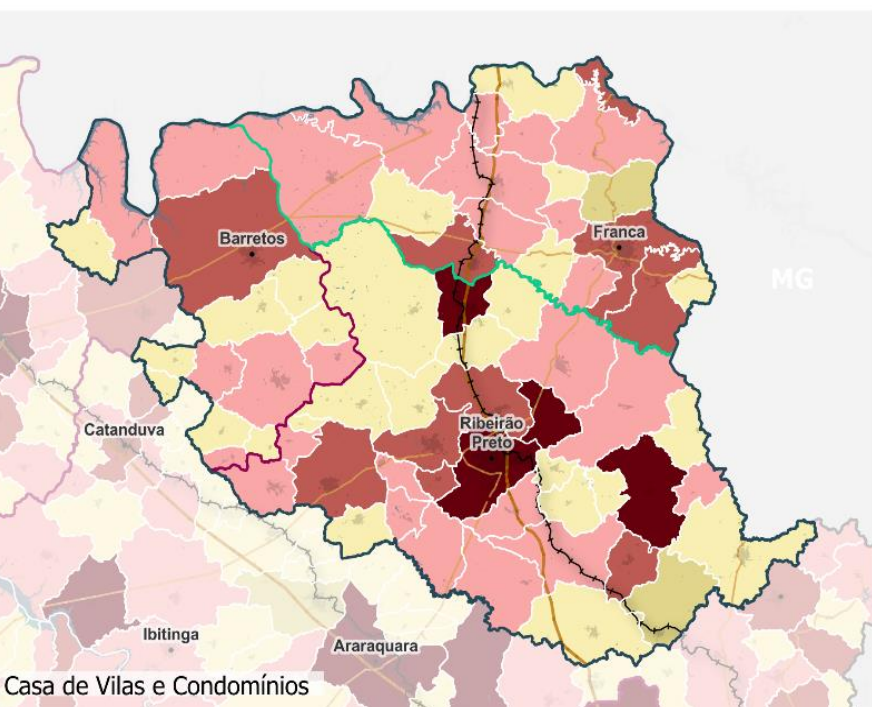
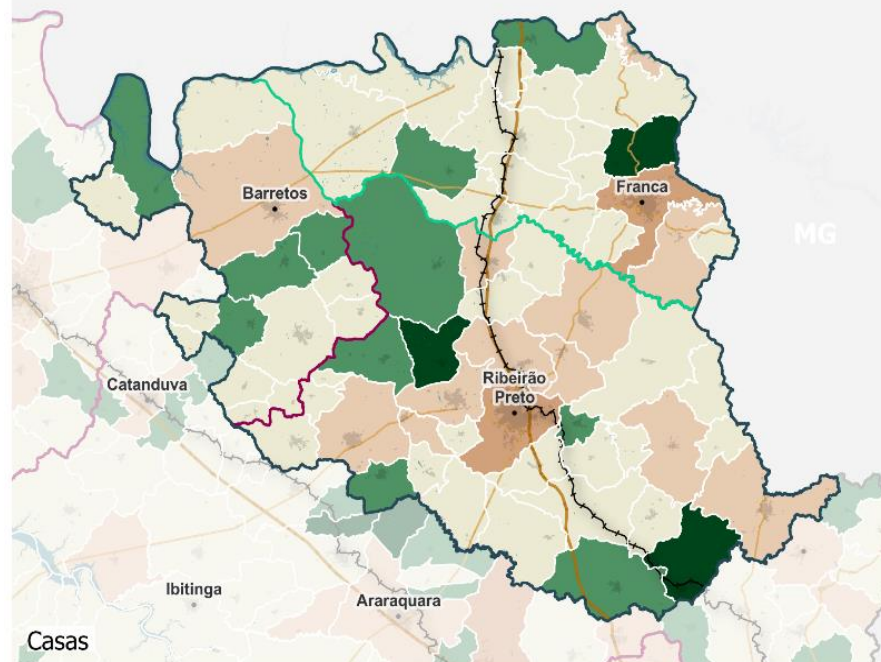
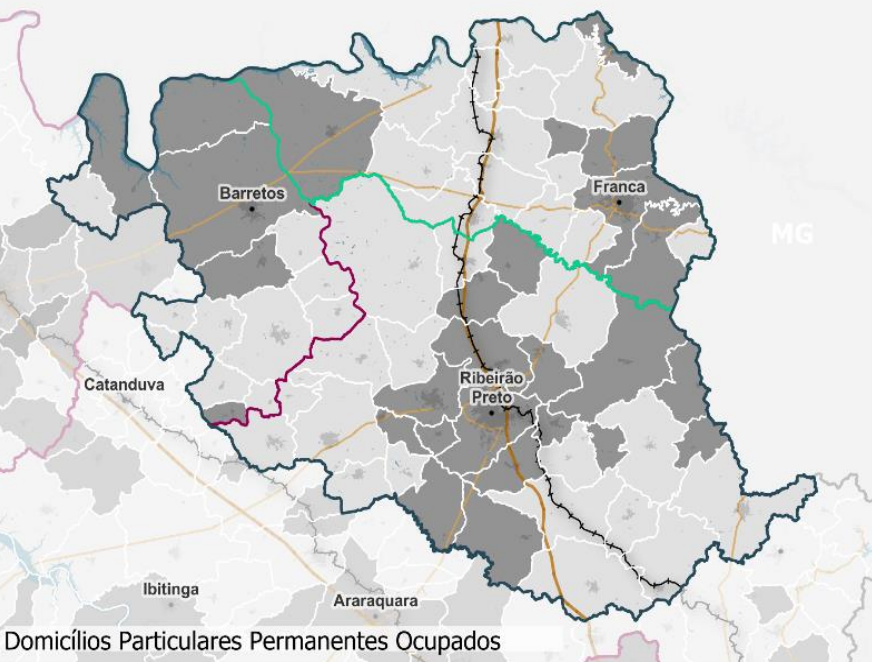
Tipologia Habitacional com Maior Aumento Percentual de Participação entre 2010 e 2022 (IBGE 2010; 2022)

- Apartamentos
- Casa
- Casas de Vila e Condomínio
- Sem Variação Positiva
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
- Limites Municipais
- Aglomerado Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



VARIAÇÃO DA TIPOLOGIA HABITACIONAL EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

Varição dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (% - IBGE 2010; 2022)

- 0 - 22
- 22 - 42
- 42 - 111

Varição de Participação da Tipologia "Casa" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 18,4 - -10,5
- 10,5 - -2
- 2 - 0
- 0 - 1
- 1 - 9,6

Varição de Participação da Tipologia "Casa de Vila e Condomínios" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 9,3 - -0,5
- 0,5 - 0
- 0 - 0,5
- 0,5 - 1,5
- 1,5 - 9,3

Varição de Participação da Tipologia "Apartamentos" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 1 - 0
- 0 - 1
- 1 - 5
- 5 - 17,5

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

++++ Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

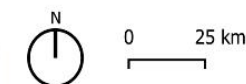
Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

Aglomerado Urbano

Regiões Metropolitanas



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

Considerando os dados referentes aos Censos de 2010 e 2022, conclui-se que houve aumento no total de domicílios particulares permanentes ocupados dos tipos casas, casas de vila ou condomínio e apartamentos no estado de São Paulo. A tipologia “casas” teve aumento percentual de 16,9%, no Estado de São Paulo, totalizando 12.538.074 domicílios em 2022. A região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos representou 6,3% do aumento total do estado, um incremento de 115.310 domicílios do tipo casa na região.

Em todo o estado, a tipologia “apartamentos” teve aumento de 76%, totalizando 3.239.424 domicílios em 2022, sendo que a região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos representou 5,3% do aumento total do estado, equivalente a um acréscimo de 74.823 domicílios em “apartamento”. Por fim, a tipologia “casas de vila ou condomínio” foi a que teve o maior aumento percentual no Estado de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2022, de 105,7%, totalizando 374.755 domicílios em 2022. A região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos representou 5,8% deste aumento com um acréscimo de 11.138 domicílios da tipologia “casas de vila ou condomínio”.

Analisando as tipologias com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios, em 36,7% dos municípios da região o maior aumento percentual foi domicílios classificados como “casas de vila ou condomínio”. Já em 33,8% das cidades analisadas, houve um maior aumento percentual dos domicílios permanentes ocupados classificados como “apartamentos”. E em 20,6% dos municípios o principal aumento em pontos percentuais foi de “casas”. Ainda, 8,8% dos municípios não apresentaram mudanças positivas de participação das tipologias, em todos os casos são municípios em que a tipologia “casa” representa o total dos domicílios e apesar do aumento no estoque de moradias, apenas casas foram construídas.

A análise dos novos dados censitários, sugerem que na última década houve ampliação da verticalização nas cidades com maior contingente populacional, como Ribeirão Preto, Franca e Barretos, além de Sertãozinho, limítrofe a Ribeirão Preto. Os condomínios também ampliaram sua participação em volta das grandes cidades, tanto nas cidades menores, como nas maiores.

O incremento da tipologia de condomínios merece destaque em função de seu modelo de urbanização, predominantemente localizado nas bordas dos municípios, acessíveis por rodovias (que se tornam avenidas urbanas), gerando poucos espaços públicos abertos à população bem como grandes extensões de barreiras físicas (muros e cercas) que desarticulam ou se isolam do tecido urbano preexistente.

Assim, na prática, o que se observa com este espraiamento é um maior ônus da urbanização às gestões municipais, que precisam estender a oferta de serviços públicos – educação, saúde, transporte público, abastecimento e saneamento, coleta de lixo – até áreas mais distantes, ampliando também a demanda pelo uso de meios de transporte individuais. São gastos com novas infraestruturas que não acompanham o aumento de arrecadação municipal gerado pela expansão da mancha, além de pressionarem áreas rurais e de preservação.

O estímulo ao aumento das densidades populacionais, a ocupação dos vazios urbanos e a utilização de tipologias mais verticais, em detrimento ao espraiamento horizontal de baixa densidade, deve ser priorizado como modelo de urbanização, visando ao aumento da eficiência do uso da terra urbana em função da valorização decorrente das novas infraestruturas de mobilidade e equipamentos sociais.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS E DOMICÍLIOS VAGOS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Lançamentos imobiliários 2016-2024 (Geobrain, 2024)

- Horizontal
- Vertical

Empreendimentos hab. 2010-2024 (Graprohab, 2024)

- Condomínios
- Loteamentos e Conjuntos habitacionais

Percentual de domicílios não ocupados (uso ocasional + vagos) em relação ao total de domicílios (IBGE, 2022)

- 6,9 - 17,1%
- 17,1 - 23,9%
- 23,9 - 32,4%
- 32,4 - 44,3%
- 44,3 - 66,2%

Aglomeração Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Limites Municipais (São Paulo)

Municípios (Nomes) com buffer

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Ferrovias em Operação (MT, 2024)

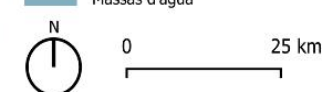
Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Estado de São Paulo

Massas d'água



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A análise da dinâmica imobiliária considera o cruzamento do percentual de domicílios não ocupados, que é composto por domicílios vagos mais domicílios de uso ocasional, segundo dados do Censo 2022, com as solicitações de avaliação de empreendimentos habitacionais no colegiado Graprohab¹⁰, entre 2010 e 2024, e dados dos lançamentos do mercado imobiliário¹¹, para o período de 2016 a 2024.

Dentre os dados do **Graprohab**, Ribeirão Preto-Franca-Barretos apresenta o quinto menor montante de empreendimentos avaliados pelo colegiado, uma participação de 9,2% no total do Estado. Em relação aos tipos de empreendimentos, se destaca o percentual de desmembramentos (17,6%), segunda maior participação no Estado de São Paulo, e de loteamentos (15%), equivalendo a quarta maior participação no Estado de São Paulo. A participação no total estadual de conjuntos habitacionais (4,4%) é baixa em comparação as demais regiões, sendo equivalente a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Em relação aos percentuais de condomínios (3%), a participação é intermediária no contexto estadual.

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto apresenta as maiores quantidades de empreendimentos avaliados, 65,2% do total regional, agrupando um grande volume de condomínios (82,2%) e loteamentos (62,3%) na região Ribeirão Preto-Franca-Barretos.

A Aglomeração Urbana de Franca, reúne 22,6% dos empreendimentos avaliados, com destaque para os conjuntos habitacionais (40%) e desmembramentos (38,5%). A cidade de Ribeirão Preto tem a maior participação no total regional, 14,3% dos empreendimentos. Destacam-se também Franca (6,9%), Sertãozinho (6,2%), Barretos (4,6%) e Jardinópolis (4,2%), que estão entre as cidades com maiores quantidades de empreendimentos avaliados na região, indicando uma dinâmica de produção habitacional de maior intensidade na RMRP e cidades mais populosas.

10 Considerando a evolução das ferramentas de geoinformação, os dados fornecidos pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) não estão universalmente georreferenciados, portanto, os mapas refletem uma parcela dos empreendimentos totais. Os dados numéricos, entretanto, se relacionam a toda amostra de análises submetidas ao colegiado.

11 Os dados de lançamentos imobiliários da iniciativa privada são levantados por diferentes empresas e sindicatos da construção civil, apresentando algumas limitações como a abrangência do universo de

Alinhado com esta leitura, os dados de **lançamentos de mercado imobiliário** reúnem levantamentos de onze cidades da região: Ribeirão Preto, Franca, Barretos, Monte Alto, Sertãozinho, Serrana, Mococa, Batatais, Guaira, Pitangueiras e Guariba. Os empreendimentos horizontais, sobretudo os loteamentos abertos e fechados, estão distribuídos em maior volume por todas as cidades, demonstrando a expansão e dispersão das manchas urbanas induzidos pela malha rodoviária capilarizada.

Franca e Ribeirão Preto são destaques, respectivamente com 38.805 e 37.086 unidades em empreendimentos horizontais, enquanto Sertãozinho (17.657) e Barretos (15.696), apresentam produção imobiliária horizontal em uma faixa semelhante. Para os oito anos de levantamento, Mococa, no limite da RMRP, próxima à São José do Rio Pardo, produziu 5.779 unidades em empreendimentos horizontais, enquanto em Pitangueiras e Serrana, que conformam um eixo junto à Sertãozinho e Ribeirão Preto, os lançamentos horizontais foram superiores à 4,4 mil unidades.

Em relação à verticalização, observa-se uma polarização dos lançamentos nas centralidades regionais, sendo que há expressiva concentração dos empreendimentos verticais em Ribeirão Preto, 67.089 unidades. Segundo dados para as cem cidades analisadas, a sede da RMRP foi a quarta cidade com maior volume de produção vertical no Estado, ficando atrás apenas de São Paulo, Campinas e Sorocaba. As unidades verticais ribeirão-pretanas foram aproximadamente 7 vezes superiores à Franca (9.234) e 24 vezes maior do que as de Barretos (2.771), segundo e terceiro município com maior dinâmica de lançamento de empreendimentos verticais dentre as cidades analisadas nesta região.

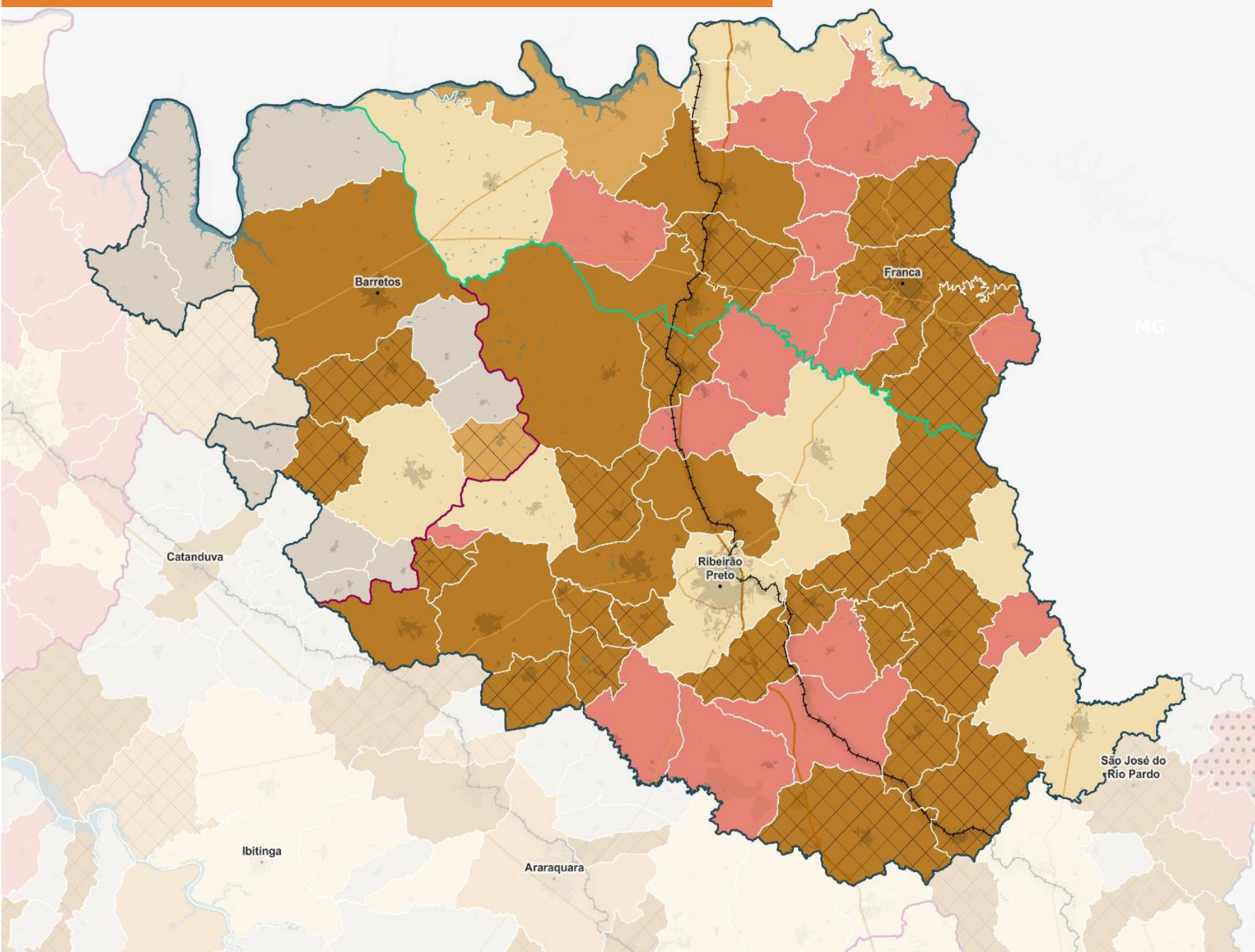
Comparando essa análise com dados de número de domicílio do Censo 2022, observa-se a ocorrência não desprezível de vacância e de uso ocasional domiciliar na região. Considerando a média estadual de **domicílios não**

cidades estudadas e falta de uma estatística global para todo o Estado de São Paulo. Buscando incorporar um contexto desta dinâmica produtiva no PDUH, utilizou-se como base levantamento da Geobrain (2024) para 100 cidades paulistas abrangendo metrópoles, grandes cidades e cidades médias, em diferentes regiões, a fim de representar um panorama geral da produção imobiliária privada no Estado.

ocupados, soma dos domicílios particulares permanentes vagos e domicílios particulares permanentes de uso ocasional, em relação aos domicílios totais (17,2%), a região apresenta 54,4% dos seus municípios com taxas de não ocupação superiores à estadual, sendo que a média para toda a região é igual a 16,8%, a terceira mais baixa do Estado de São Paulo.

Diante desta análise destaca-se o município de Rifaina, localizado ao norte da região junto à Represa de Jaguara do Rio Grande, onde a relação entre os domicílios não ocupados e os domicílios ocupados é próxima de um, ou seja, a quantidade de domicílios permanentes ocupados é quase equivalente à de domicílios não ocupados, sendo que o percentual de não ocupação em relação ao total de domicílios está acima de 47%.

2.2.9 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial



ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



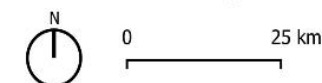
LEGENDA:

Situação dos Planos Diretores (CDHU, 2024)

- × Planos anteriores a 2015 pendentes de revisão
- Sem Plano Diretor
- Com obrigatoriedade e sem Plano Diretor
- Plano Diretor anterior a 2008
- Plano Diretor entre 2009 e 2014
- Plano Diretor posterior a 2015
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- +++ Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

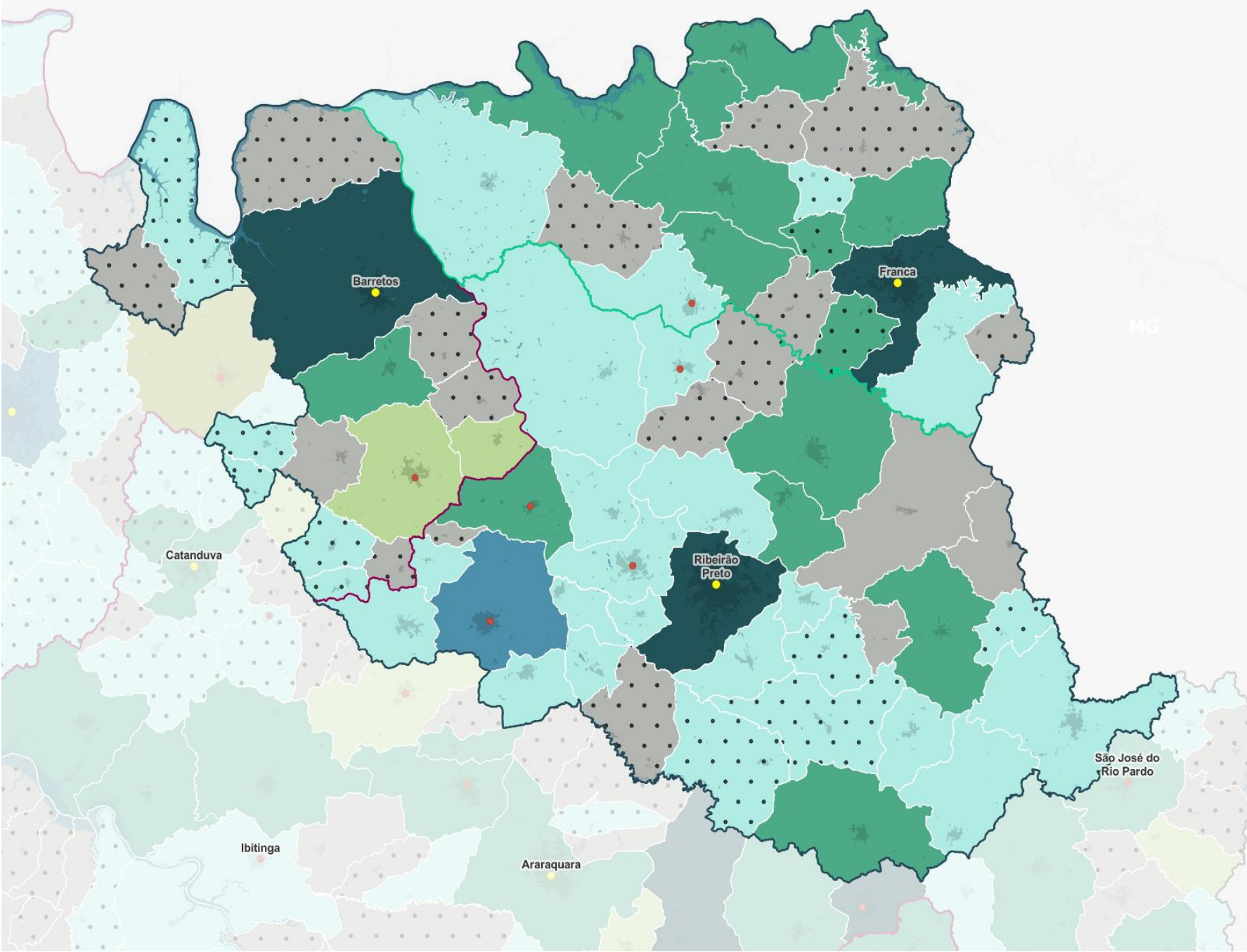


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



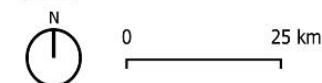
LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional A
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Instrumentos de política habitacional (CDHU, 2024)

- LUOS, PLHIS e ZEIS
- LUOS e PLHIS
- PLHIS e ZEIS
- LUOS e ZEIS
- Apenas LUOS
- Apenas ZEIS
- Inexistência de LUOS, PLHIS e ZEIS
- Inexistência de Plano Diretor (CDHU, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Um dos principais desafios da região é a demanda por ampliação dos marcos regulatórios do desenvolvimento urbano, em especial quanto ao ordenamento territorial, já que **20,6% dos municípios não possuem plano diretor (PD) nem lei de uso e ocupação do solo (LUOS).**

Na região, 40% dos municípios estão enquadrados nos critérios de obrigatoriedades de elaboração de PD previstas no Estatuto da Cidade, no entanto, a grande maioria (70,9%) dos que apresentam essa obrigatoriedade, o possuem.

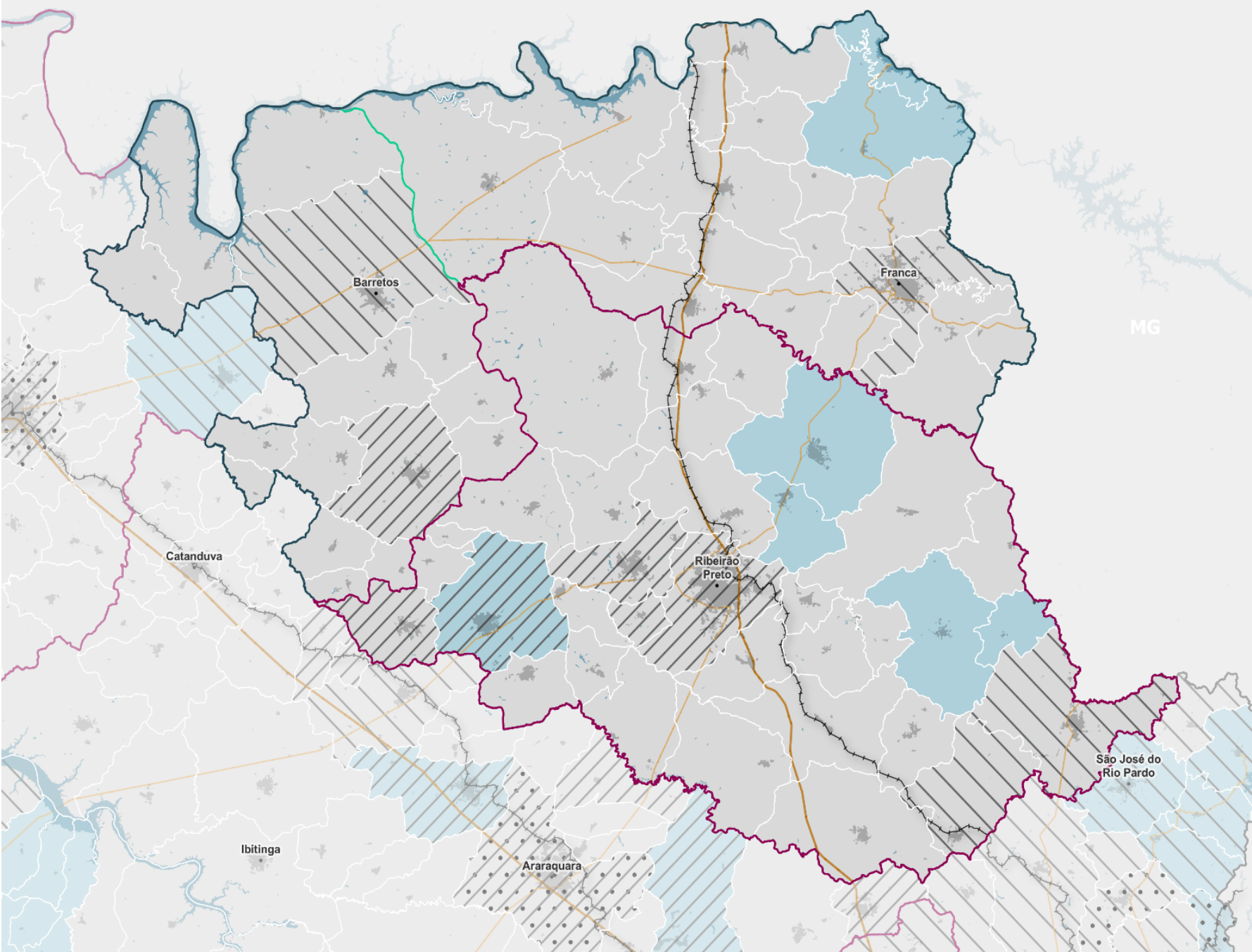
Dos municípios que não apresentam obrigatoriedade de PD, 03 municípios o possuem (23%).

Quando analisada a data de elaboração dos planos diretores, nota-se que 69% deles têm datas anteriores a 2008, indicando também uma forte demanda pela revisão destas normas. Dos 12 municípios que apresentam Taxa de Crescimento Geométrico Anual (TGCA) maior que uma na região, somente três deles possuem PD aprovados pós 2008.

Em relação aos marcos e instrumentos relacionados especificamente à habitação, sobretudo a **habitação de interesse social**, a baixa incidência também se destaca. Somente 04 municípios apresentam **Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. A demarcação de Zonais Especiais de Interesse Social (ZEIS) é mais comum dentre os municípios da região, mas está presente em apenas 29% dos municípios.

MUNICÍPIOS COM CARTA DE SUSCETIBILIDADE E LEVANTAMENTO DE RISCO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Mapeamento de Áreas de Risco 1:3000 (IPA, 2022)

- Municípios que apresentam um levantamento de risco
- Municípios que apresentam até seis levantamentos de risco

Mapeamento de Áreas de Risco 1:25.000 (IPA, 2022)

- Municípios que apresentam uma carta
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

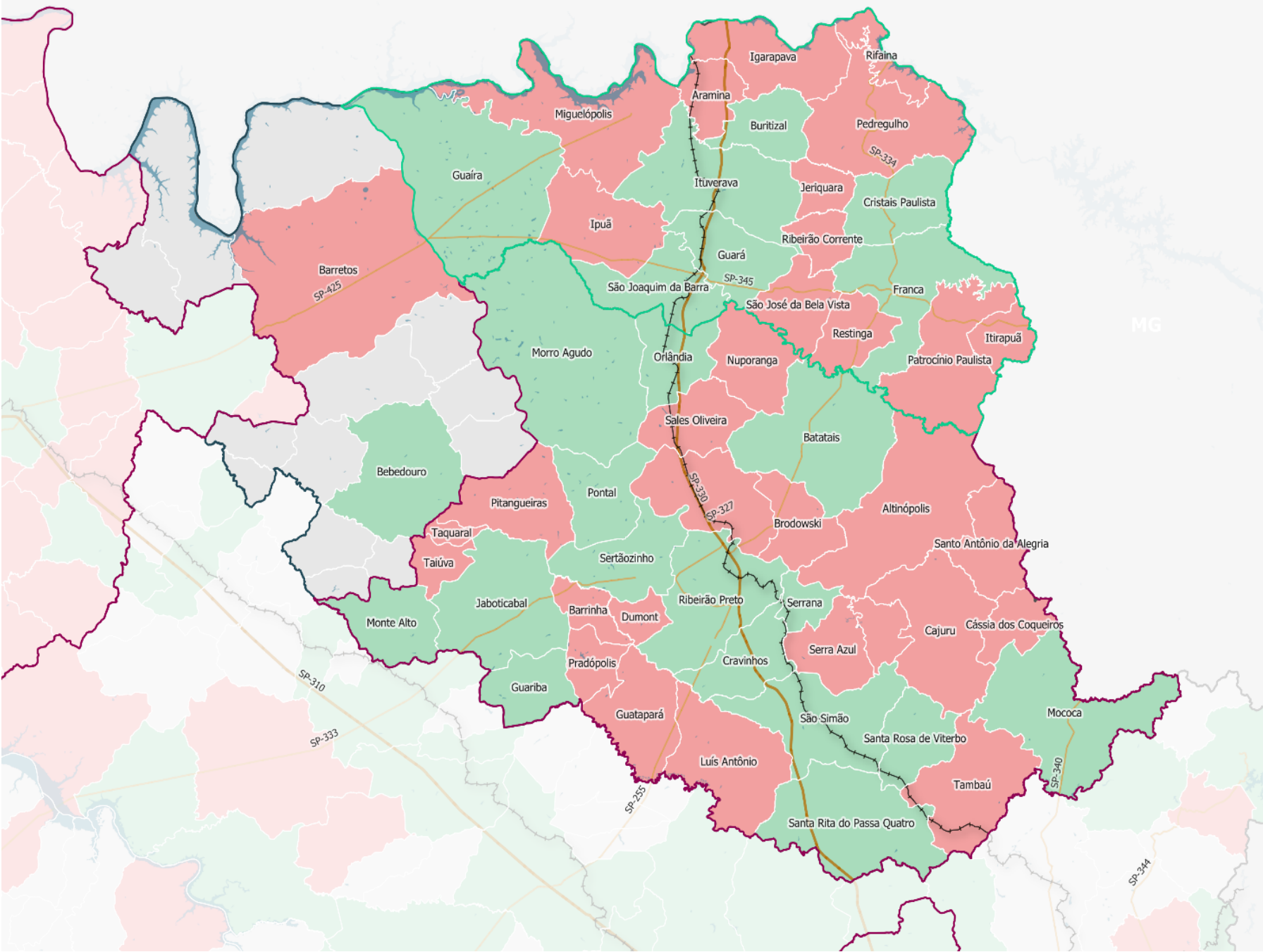
Outros marcos regulatórios importantes são as **cartas de suscetibilidade, cartas de aptidão, cartas geotécnicas, levantamentos de risco de desastres** municipais ou regionais. Estes instrumentos servirão de base para a correta mensuração dos riscos geo-hidrológicos presentes no município, dando base para as ações em cada uma das áreas identificadas, de acordo com a classe de riscos identificados e serão uma das bases para a elaboração dos **Planos Municipais de Redução de Riscos** (PMRRs).

E de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001) é necessário ainda que os municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos possuam em seus planos diretores medidas e levantamentos específicos para lidar com essas áreas identificadas.

Na região apenas 23,5% dos municípios possuem instrumentos de levantamento de risco, mas nem todos em uma escala mais detalhada do território (1:3000), há seis municípios que possuem apenas levantamentos em escala 1:25.000. Nessa região nenhum município possui Plano Municipal de Redução de Riscos – PMMR. O fato da maioria dos municípios da região não possuírem instrumentos de levantamento de riscos faz ainda com que o levantamento dos municípios com domicílios em área de risco não esteja disponível.

PLANOS DE MOBILIDADE
(PLANMOB)

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação dos Planos de Mobilidade na Região
(CDHU, 2024)

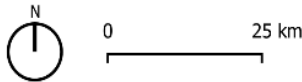
- Elaborado
- Não Elaborado
- Sem Obrigatoriedade

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A integração do desenvolvimento urbano às infraestruturas de transporte e mobilidade é uma estratégia de planejamento que busca criar cidades mais compactas, incentivando o uso do transporte público, a caminhabilidade e o uso misto do solo.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal no 12.587/2012) estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana municipais (PlanMob) para municípios com mais de 20 mil habitantes, municípios inseridos em Regiões Metropolitanas e municípios turísticos, entre outros.

Entre outras questões, seu artigo sexto coloca como diretrizes a prioridade dos meios não motorizados sobre os motorizados e do coletivo sobre o individual. Além disso, explicita a necessidade de integração com a política de desenvolvimento urbano o que acarreta um desejável diálogo entre os PlanMobs e os Planos Diretores.

A mesma legislação vincula a obtenção de recursos federais para o setor (como do Orçamento Geral da União – OGU), à existência desses planos, representando sua elaboração em importante instrumento de viabilização de obras e ações.

Apesar da presença da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) e a consequente exigência de elaboração de **Planos de Mobilidade** nas cidades que a integram, um número relevante de municípios dessa RM não possuem esse instrumento. Dos 34 municípios que formam essa RM, apenas 15 dispõem dessa legislação e outros 19 ainda têm essa exigência por cumprir.

Territorialmente a carência se observa, sobretudo, na porção central do território, envolvendo praticamente todas as cidades entre Ribeirão Preto e Pedregulho (inclusive), cidade externa à RMRP, pelo eixo da SP-334¹²

Além destas, não possuem essa legislação, apesar de sua obrigatoriedade, na parte leste da área analisada, os municípios de Itirapuã e Patrocínio Paulista, externos à região metropolitana em questão e Altinópolis, Santo Antônio da

Alegria, Cássia dos Coqueiros, Cajuru, Serra Azul e Santa Cruz da Esperança integrantes daquela.

Respectivamente, nas porções sudeste e sudoeste desta área estudada, os municípios com essa pendência, todos integrantes da RMRP, são Tambaú no primeiro caso e Barrinha, Dumont, Pradópolis, Guataporã e Luís Antônio no segundo.

Completando o quadro de ausências de planos de mobilidade na área analisada, além de Barretos, que se configura como importante centralidade, ao norte, tem-se os municípios de Ipuã, Miguelópolis, Aramina, Igarapava e Rifaina.

Dessa forma, conclui-se que, ao mesmo tempo em que se impõe o desafio de ampliar o número de municípios que atendam ao padrão mínimo de mobilidade em relação às exigências legais, coloca-se a oportunidade de construção de uma política setorial regional que imprima uma nova realidade e um novo patamar para essa área.

¹² Tratam-se dos municípios de Jariquara, Ribeirão Corrente, São José da Bela Vista, esses externos à RMRP. Além dos municípios de Restinga, Nuporanga, Sales Oliveira, Jardinópolis e Brodowsky, todos integrantes da RMRP.

2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE

O eixo “Infraestrutura Urbana e Social e Mobilidade” é baseado nas interrelações entre **equipamentos sociais, transporte, mobilidade e dinâmica urbana**, seguindo a premissa de que estes elementos estão diretamente conectados.

Na área em questão, a influência e a relação com a mobilidade na estruturação territorial, se dá a partir da expansão histórica da cafeicultura, viabilizada, por sua vez, pela implantação da malha ferroviária que interligava o Porto de Santos, estabelecido como eixo principal inicial.

De fato, na atualidade, a Rodovia Anhanguera (SP-330) é a única rodovia identificada como “Principal” na metodologia adotada, que se consolida como um dos principais eixos de mobilidade, acompanhando o traçado da antiga linha ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que interliga a região e o Estado de São Paulo ao Triângulo Mineiro, facilitando o deslocamento de pessoas e cargas.

Além disso, em relação ao transporte de cargas, a região possui um eixo ferroviário consolidado conectando o estado de Minas Gerais ao porto de Santos. Aliado ao sistema rodoviário principal, (com destaque à Rodovia Anhanguera) consolida-se como um importante corredor logístico de transporte de cana de açúcar, soja, milho e combustíveis.

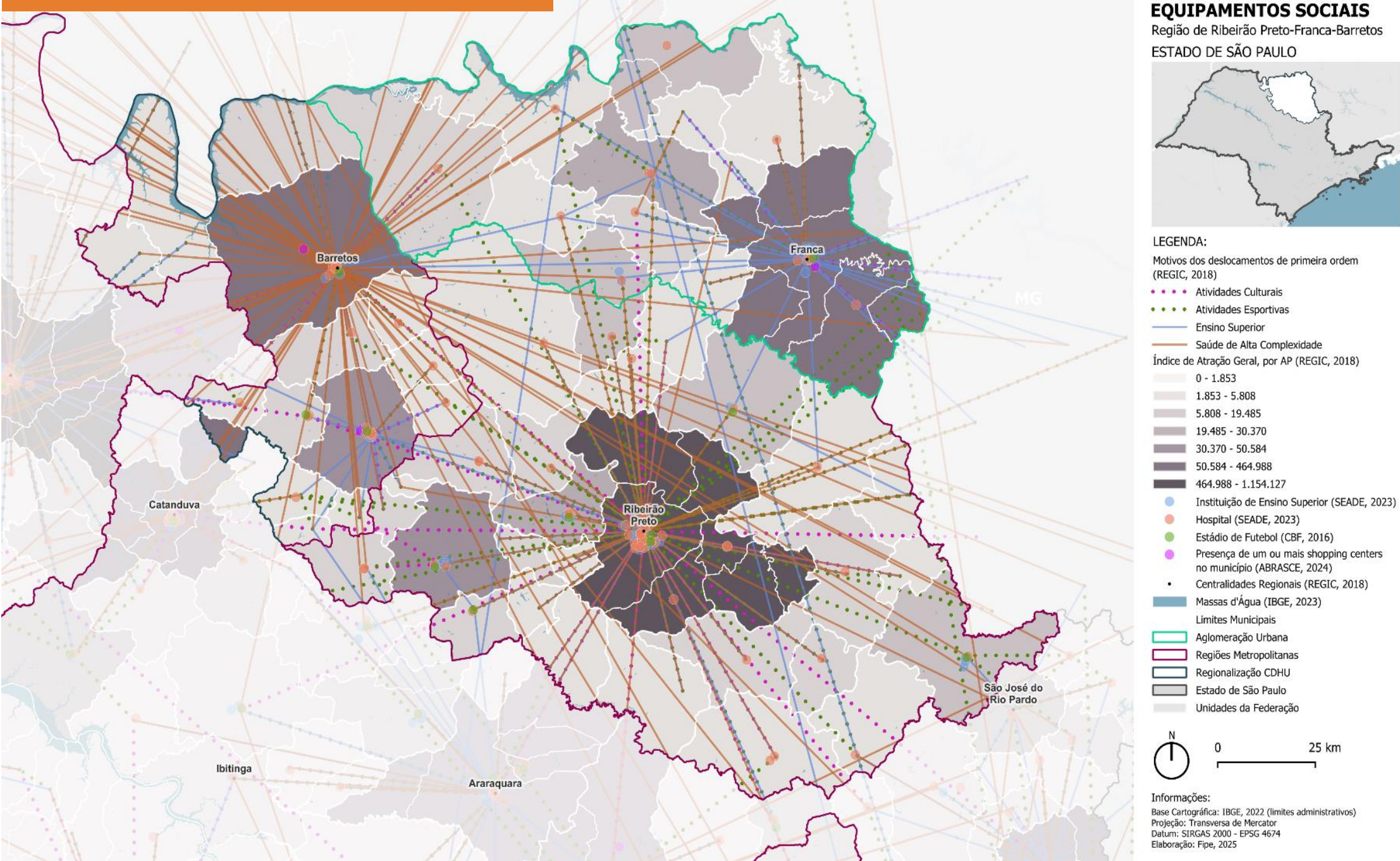
Merece atenção a intensa movimentação de caminhões de transporte de cana nas rodovias da região de Ribeirão Preto devido à grande produção de cana-de-açúcar, principal atividade econômica local. A região concentra diversas usinas que demandam transporte constante da matéria-prima durante a safra e o transporte rodoviário é mais acessível às áreas rurais.

Além da circulação de carga, a malha rodoviária também viabiliza os deslocamentos pendulares de estudantes que buscam os polos universitários da região. Esse movimento é intenso e ocorre principalmente entre municípios vizinhos.



Fonte: <https://mobilidadesampa.com.br/2022/01/tarifa-de-onibus-sao-jose-do-rio-preto-2022/>, acesso em dezembro de 2024.

2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais



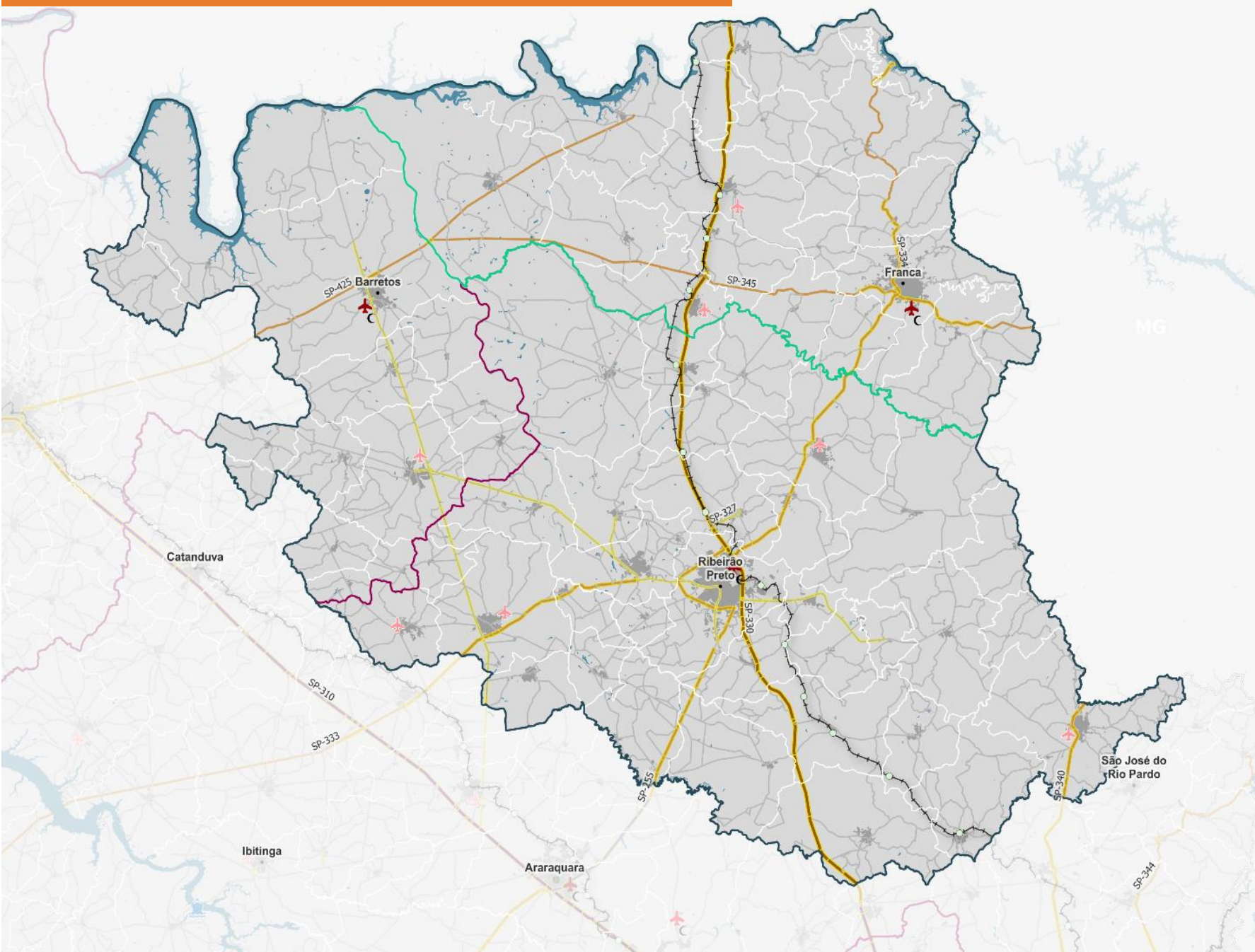
A análise dos **equipamentos sociais**, integrada aos fluxos identificados pela Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018), mostra que o Arranjo Populacional de Ribeirão Preto, Barretos e o Arranjo Populacional de Franca são as principais centralidades da região CDHU, que apresentam as maiores concentrações de equipamentos sociais e atraem o maior número de deslocamentos de pessoas dos municípios vizinhos (pertencentes ou não à região).

Dos 68 municípios da região, todos apresentam, ao menos, uma UBS em seu território, e 39 apresentam hospitais que realizam atendimento de alta complexidade, sendo que o AP Ribeirão Preto concentra 29 deles (33% do total de hospitais da região). Os deslocamentos por motivo de **saúde de alta complexidade** na região concentram-se no AP Barretos (52%), e no AP Ribeirão Preto (30%). Apesar do AP Ribeirão Preto concentrar a maior parte dos hospitais, em Barretos encontra-se hospital especializado no tratamento oncológico, atraindo o deslocamento de pessoas para o local.

A região dispõe de dois campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP), dois campi de Universidades Federais, um campus da USP, além de 06 FATECs e 35 Universidades Particulares, que estão localizadas, majoritariamente, no AP Ribeirão Preto, Barretos e AP Franca. As localizações que mais atraem deslocamentos para **ensino superior** na região são o AP Franca (35%) e o AP Ribeirão Preto (34%).

Com relação aos deslocamentos por motivos de **esporte e de cultura e lazer**, as localidades que mais atraem pessoas são AP Ribeirão Preto (64% dos deslocamentos para atividades esportivas e 66% dos deslocamentos para atividades culturais) e o AP Franca (13% e 16%, respectivamente).

2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos



INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE E CONCESSÕES

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação de Concessão da Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

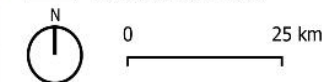
- Demais Aeródromos - Não Concedidos
- Aeroporto Regional com Voos Regulares Concedido

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Estações e Pátios Autoassistidos

Infraestrutura e Competência de Gestão da Malha Rodoviária (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Simples
- Est. Terciária Duplicada
- Rod. Secundária Simples
- Rod. Secundária Duplicada
- Rod. Principal Duplicada
- Est. Terc. Simp. Priv. ou Concessionada
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas de água
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min.Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- ✈ Demais Aeródromos
- ✈ Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

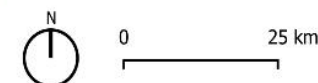
- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Estações e Pátios Autoassistidos

Corredores Logísticos Rodoviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar
- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho Para Exportação
- Veículos
- Combustíveis

Corredores Logísticos Ferroviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Combustíveis
- Massas d'água
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Analizados conjuntamente, os dois mapas anteriores, evidenciam o papel estratégico da malha rodoviária e ferroviária, tanto na estruturação do território como no escoamento da carga da região ou daquela oriunda de outros estados da federação.

Conforme mencionado anteriormente, a Rodovia Anhanguera (SP-330), destaca-se como um dos principais eixos de mobilidade passando pelo município de Ribeirão Preto, sede da região metropolitana.

Além dela, as rodovias Cândido Portinari (SP-334) e Brigadeiro Faria Lima (SP-326), ambas enquadradas como secundárias na metodologia adotada, atingem as centralidades de Franca e Barretos, respectivamente, que, por sua vez, interligarem-se entre si através da Rodovia Fábio Talarico (SP-345).

A **malha ferroviária** existente em grande parte do trecho margeia a SP-330, evidenciando a sucessão no papel estruturador semelhante adquirido pela rodovia à medida que, paulatinamente, substituía o modo ferroviário.

Esse contexto é ratificado quando se observa o trajeto percorrido pelas cargas na região. Além da Rodovia Anhanguera e da linha férrea que corre ao seu lado, o destaque fica para a Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP-326).

No primeiro caso, tem-se uma extensa variedade de produtos que passam por ela, variando desde automóveis e combustíveis até produtos agrícolas como a cana-de-açúcar, a soja ou o milho, voltados, sobretudo, para o mercado internacional.

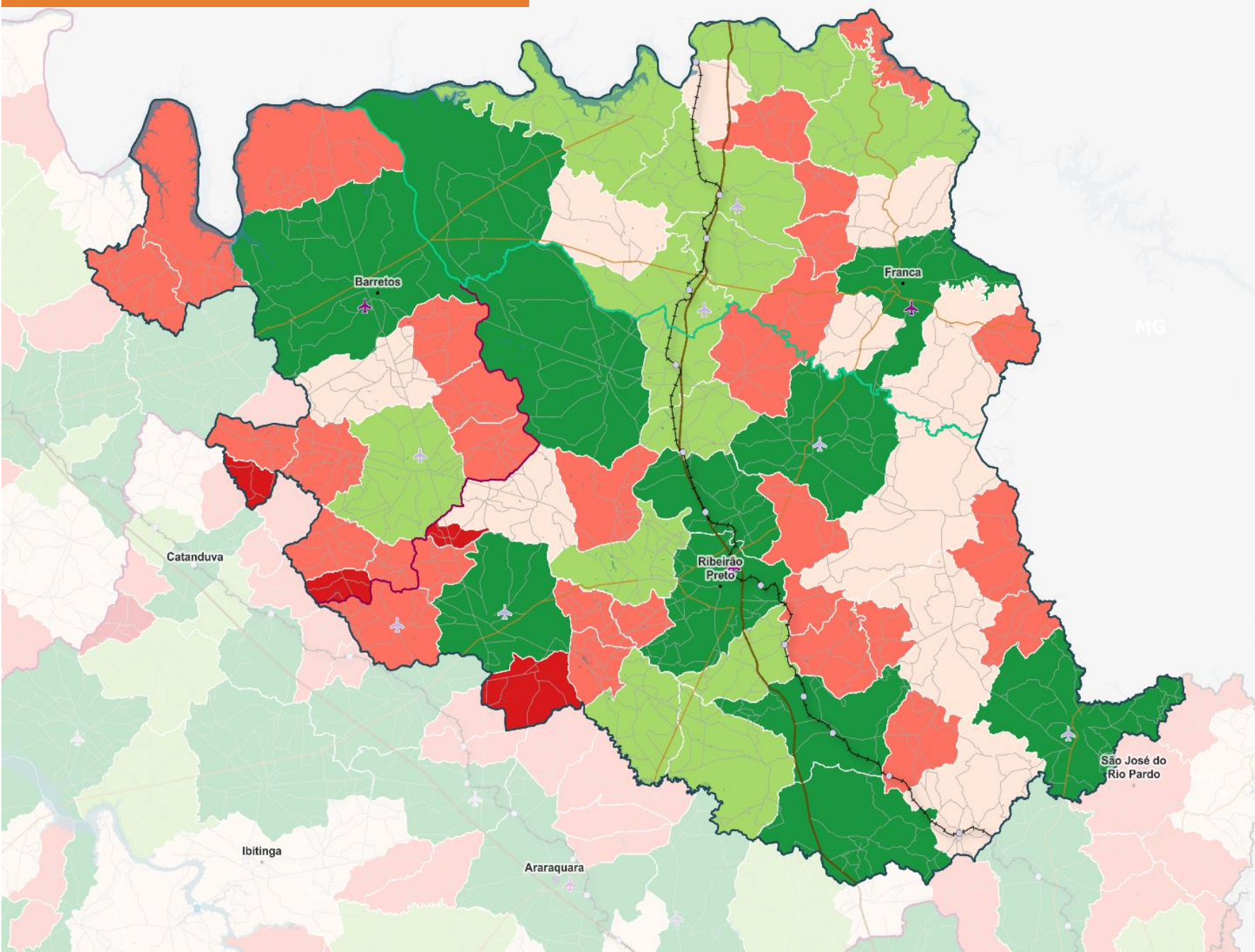
Já o modo ferroviário paralelo à Rodovia Anhanguera é responsável pelo escoamento, principalmente, da soja e do milho voltados tanto para o consumo interno como para a exportação. O modo ferroviário é ainda responsável pelo atendimento interno de combustíveis.

Finalmente, pela SP-326, passam os mesmos produtos agrícolas que são transportados através da Rodovia Anhanguera.

Pelo panorama aqui apresentado, ratificado pela análise dos mapas anteriores, pode-se avaliar uma limitação dos eixos de carga dessa área devido a sua pouca capilaridade em relação aos eixos inter-regionais, representando um potencial desafio para sua ampliação.

No entanto, há que se ter em conta também se tratar de eixos que envolvem e interligam regiões distantes, sobretudo o Estado de Minas Gerais e o Porto de Santos, consolidadas ao longo de mais de um século e fruto de uma dinâmica econômica estrutural, o que, dessa forma, implica em dificuldades na construção de uma outra alternativa viável.

2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional



SÍNTESE DO POTENCIAL DE CONECTIVIDADE E ACESSIBILIDADE - MÉDIA REGIONAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Potencial de Conectividade e Acessibilidade (FIPE, 2024)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Na Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Demais Aeródromos
- Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

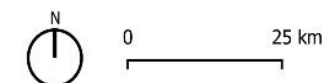
- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Estações e Pátios Autoassistidos

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Estradas Terciárias
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Nesse estudo buscou-se mensurar os níveis de potencial de mobilidade e acessibilidade do ponto de vista da infraestrutura de rodoviária, ferroviária, aeroportuária e hidroportuária.

Foram considerados aqui tanto os **fatores de indução** (presença de rodovias e entroncamentos rodoviários, paradas ferroviárias, portos e aeroportos) quanto as **barreiras inibidoras** da mobilidade como as rodovias e ferrovias que cortam a mancha urbana dos municípios da região.

Objetivou-se a construção de um índice que contemplasse, concomitantemente, a “acessibilidade” (enquanto possibilidade de alcance e acesso), como a “conectividade” (que considera, aspectos que fragmentam o território, dificultando esses deslocamentos). O resultado traz um panorama que permite identificar os locais com maior tendência a ter seus deslocamentos intra e inter-regionais facilitados.

Na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), além do município de Ribeirão Preto – principal centralidade – que tende a ter índices de acessibilidade e conectividade elevados, outros seis municípios apresentam índices “muito acima da média regional”: dois ao sul, São Simão e Santa Rita do Passa Quatro; um a sudeste, Mococa; um a oeste, Jaboticabal; e dois a nordeste da RMRP, Jardinópolis e Batatais¹³.

Fora da RMRP, Franca e Barretos, ambas centralidades regionais e com aeroportos com voos regulares em seus territórios¹⁴, os municípios de São José do Rio Pardo, Jaboticabal, Batatais, Guaira e Morro Agudo também estão neste patamar mais alto do índice construído.

A explicação para essa situação, em todos estes exemplos, se dá, sobretudo, pela malha de Estradas Terciárias presentes em seus territórios, caracterizados pela amplitude e pela vasta extensão territorial.

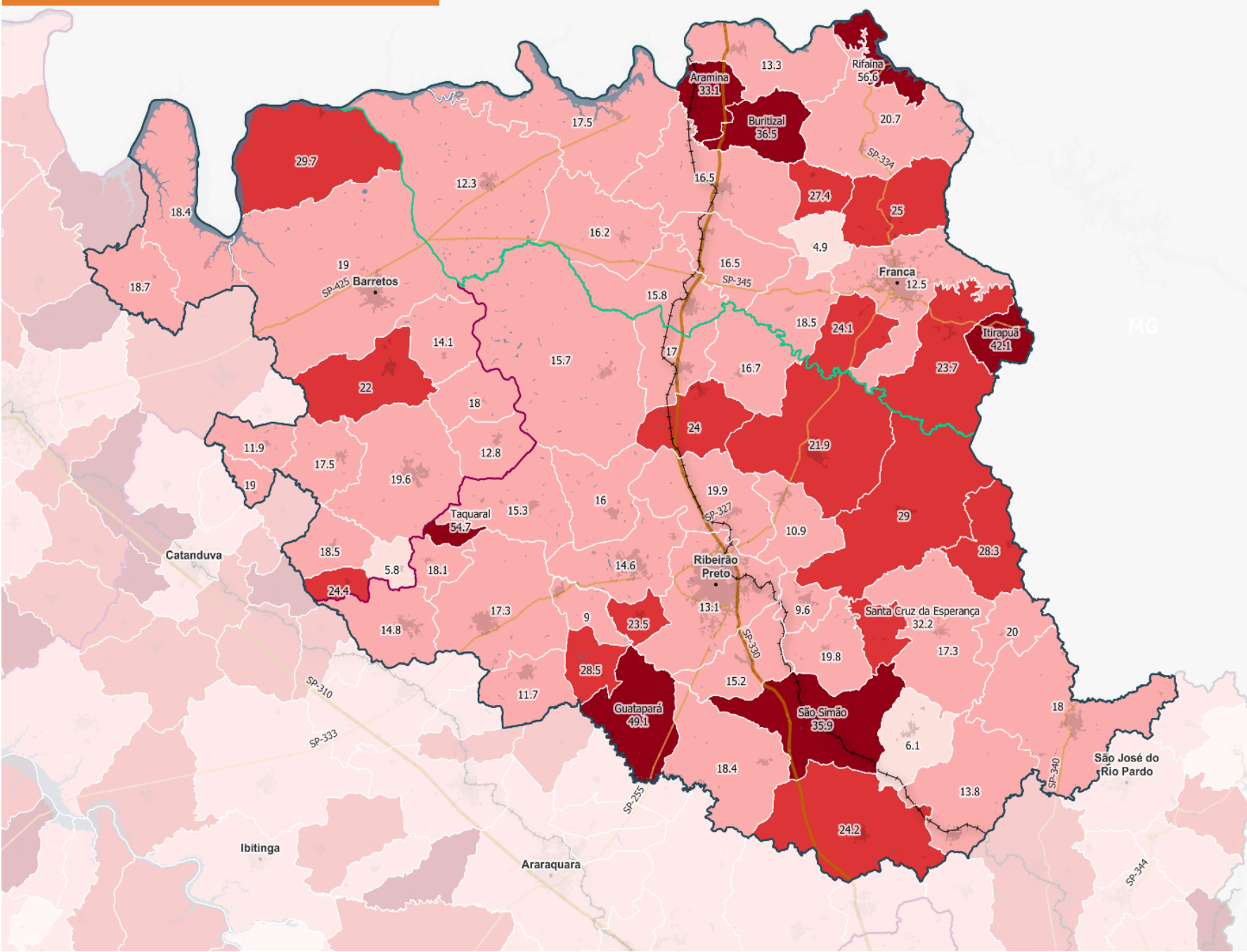
Em oposição, são nos municípios com menores extensões territoriais onde se observa que o índice está “muito abaixo da média regional”. Trata-se dos municípios de Guariba, Taquaral, Vista Alegre do Alto e Embaúba.

Importante notar que a relação entre a extensão territorial e os maiores índices de acessibilidade e conectividade se deve à inexistência de manchas urbanas contínuas, o que poderia representar relevante fator de inibição, além de uma distribuição uniforme da rede de Estradas Terciárias.

¹³ Importante ressaltar que Jaboticabal e Batatais dispõem, de aeródromos em seus territórios.

¹⁴ Este um fator de indução pela metodologia adotada.

2.3.4 Acidentes no sistema viário



ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes Anualizados (Infosiga, 2015-2023)

- Óbitos Muito Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Acima da Média Estadual
- Óbitos Muito Acima da Média Estadual
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

A fraca adesão aos planos de mobilidade já apresentada poderia justificar uma média de óbitos no trânsito por habitante superior àquele verificado no Estado de São Paulo. Porém, o que se vê nesse território é uma predominância de municípios com “óbitos abaixo da média estadual”.

Ainda assim, encontram-se sete municípios com “óbitos muito acima da média estadual”. Em todos eles há a exigência de elaboração de Planos de Mobilidade, mas, apenas em dois, São Simão e Butitizal, essas leis já foram apresentadas, de modo que, não obstante os altos índices constatados, os municípios de Guataporã, Taquaral, Aramina, Rifaina e Itirapuã continuam sem seus planos de mobilidade elaborados.

Além destes, outros quinze municípios estão com “óbitos acima da médias estadual”, com maior incidência na parte leste da área que, mesmo tendo em parte uma região metropolitana, configura-se como uma das porções do território com menos presença de planos de mobilidade.

Assim, aqui se coloca o desafio e a oportunidade de se trabalhar a porção leste do território de forma conjunta a fim de se viabilizar uma redução nos óbitos aqui verificados.

Porém, a análise da relação entre destes dois fatores (óbitos e ausência de planos de mobilidade) deve ser aprofundada tendo em conta as médias regionais e os locais de maior incidência dos acidentes.

ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NA REGIÃO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes Anualizados (Infosiga, 2015-2023)

- Óbitos Muito Abaixo da Média Regional
- Óbitos Abaixo da Média Regional
- Óbitos Acima da Média Regional
- Óbitos Muito Acima da Média Regional
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

ÓBITOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO - VIÁRIO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes
Atualizados (Infosiga, 2024)



Tipo de Viário na Ocorrência de Óbitos
(Infosiga, 2015-2024)

- Exclusivamente em Vias Urbanas
- Majoritariamente em Vias Urbanas (Acima de 55%)
- Óbitos Igualmente Presentes em Vias Rodoviárias e Urbanas
- Majoritariamente em Vias Rodoviárias (Acima de 55%)
- Exclusivamente em Vias Rodoviárias
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como visto no bloco anterior, não se verificou uma correlação direta entre a presença de PlanMob e o menor número de acidentes no trânsito, a priori. Nesse sentido, deve ser analisado também o peso do local de ocorrência desses acidentes.

Considerando os locais com as maiores médias, pode-se observar que, ainda que na porção norte existam municípios que apresentam maior incidência deste tipo de acidente no sistema viário municipal, em todos aqueles com média muito acima (estadual ou regional) observa-se a **ocorrência majoritária nas rodovias**.

Nesse contexto, ainda que seja importante a busca por melhorias e soluções para o âmbito local, devem ser priorizadas medidas na escala estadual. Essas medidas podem, concomitantemente, incentivar o fortalecimento institucional municipal na área de mobilidade (com a elaboração de Planos de Mobilidade, entre outras medidas), ao mesmo tempo que promovam ações e medidas nas rodovias locais que visem a diminuição de óbitos. Essas ações incluem, entre outras, atenção aos locais de travessias de pedestres, duplicações de vias e segregação física entre as pistas de direções opostas.

Por fim, por se tratar em grande parte de município vizinhos, com áreas contíguas, devem ser incentivados convênios para ações conjuntas que possibilitem uma profunda mudança no quadro atual de óbitos em acidentes de trânsito.

2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

A inserção da lente climática para a leitura da vulnerabilidade socioterritorial tem uma importância crescente no período atual. As análises feitas no Diagnóstico do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC dão um quadro da situação no Estado e pode ser consultado para um maior aprofundamento e para compreensão das bases da política climática no Estado, que é composta também pelo Plano de Ação Climática - PAC 2050 que trata principalmente das estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa visando atingir emissões líquidas zero até 2050.

Essas análises podem ser complementadas pela síntese feita no **Índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas - ICAR** e pelos cruzamentos de informações feitos para alguns dos passos realizados neste Índice, referência para a seleção e priorização de municípios no Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

Outro subsídio para o tema de adaptação às mudanças climáticas é o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**, que para essa região é representado majoritariamente pelos municípios da Zona de Gestão 1 (excluindo os municípios que fazem parte da RA Central). O ZEE apresenta diretrizes para as Zonas indicadas, levando em conta projeções climáticas feitas para o Estado de São Paulo. São apresentados aqui, brevemente, duas projeções climáticas para 2050 em um cenário pessimista (RCP 8,5), de altas emissões de gases de efeito estufa, para todo o Estado de São Paulo. Nos mapas a seguir está destacada a Região de Ribeirão Preto – Franca – Barretos, em comparação com o conjunto do Estado, para uma compreensão dos cenários críticos e principais desafios a serem enfrentados.

O primeiro mapa apresenta, neste cenário, um aumento de temperatura média de 4 °C em toda a região. Já o segundo mapa mostra uma diminuição da precipitação total anual de até 500 mm em Franca, uma das maiores diminuições no Estado em comparação com outras regiões, associado a um aumento de até 10 dias no período de estiagem em partes do território.

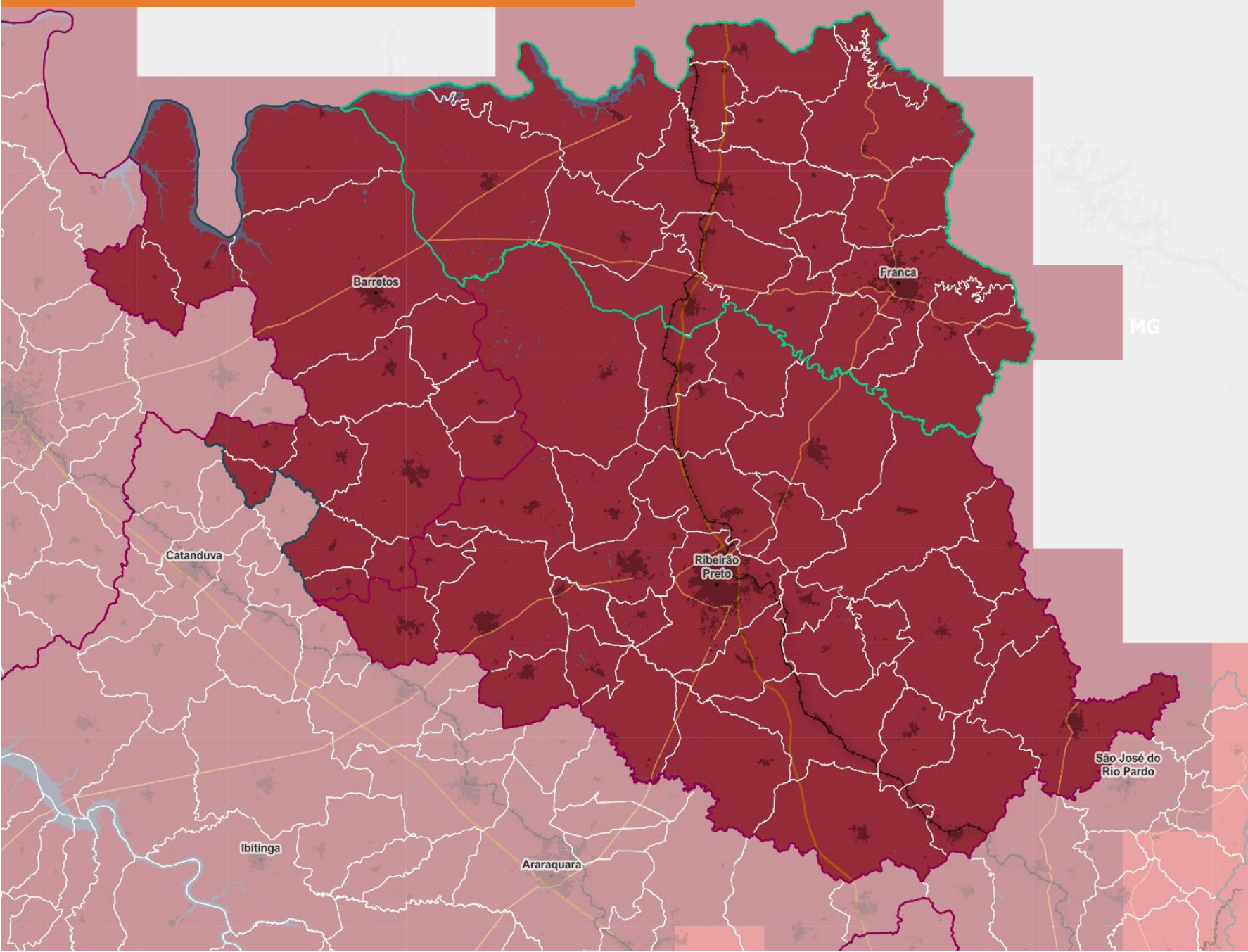
No entanto, os indicadores relativos à precipitação extrema ainda indicam tanto um aumento quanto redução, em amplitude de 237 mm em partes da região, podendo ter como consequência o aumento das possibilidades de desastres. Somam-se à estas projeções, também no cenário RCP 8,5, um aumento de até 181 dias na duração das ondas de calor e uma redução de até 10 dias na duração das ondas de frio. Todas essas projeções podem reforçar ainda mais a ocorrência de incêndios na região, em situação mais crítica em municípios da RA de Barretos e da Aglomeração Urbana de Franca.

Essas projeções indicam a elevação das temperaturas médias, a redução de precipitação e aumento de estiagem para a região e **podem ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica e na provisão de serviços ecossistêmicos**. Tais impactos refletem-se, também, consequentemente, na produção agropecuária, que tem grande importância na região, além de impactar a produção de alimentos e matéria-prima para o setor produtivo, agravar a insegurança alimentar e a saúde pública da população da região.



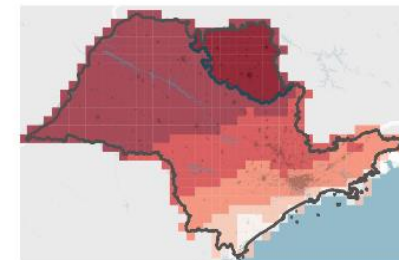
Fonte: Divulgação CDHU - placas fotovoltaicas em casas populares.

2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas



PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - TEMPERATURA MÉDIA DO AR CENÁRIO 2050

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



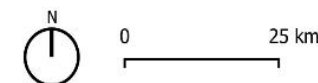
LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Temperatura média do ar: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

- 3 - 3,5
- 3,5 - 3,98
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

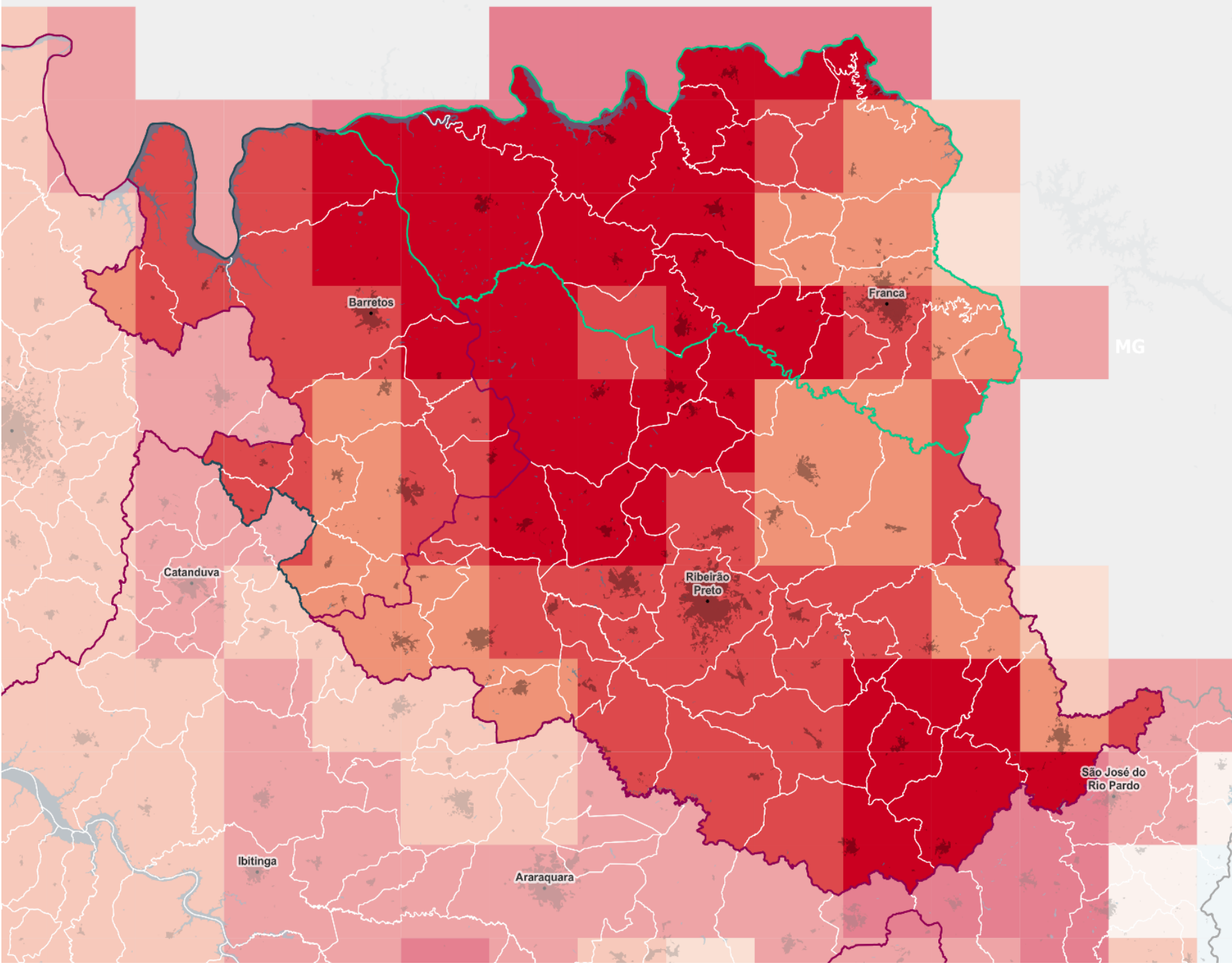
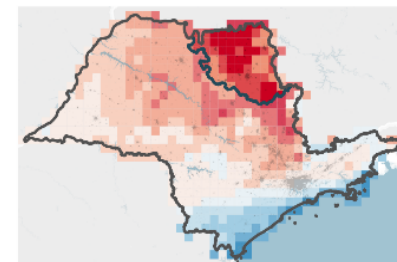


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - PRECIPITAÇÃO ANUAL CENÁRIO 2050

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Precipitação anual: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

- 418 - -274
- 274 - -212
- 212 - -156
- 156 - -99
- 99 - -34
- 34 - 68
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



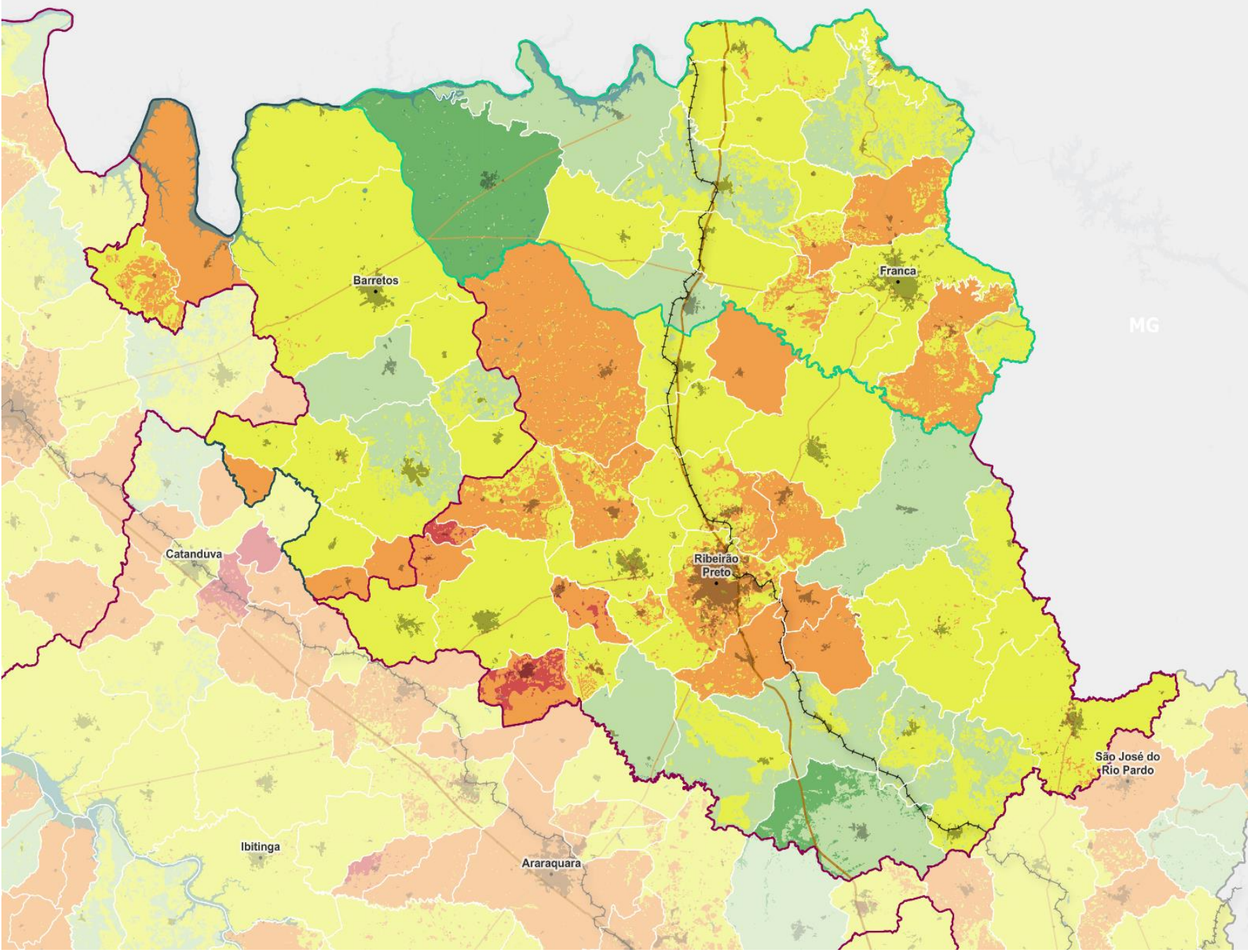
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

CARTA SÍNTESE ZEE - RESILIÊNCIA À MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



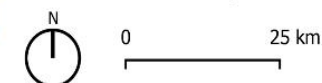
LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Resiliência às Mudanças Climáticas (SEMIL, 2022)

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Boa
- Ótima
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como já mencionado na seção sobre o Patrimônio Ambiental e Paisagístico, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo apresenta cartas síntese, sinalizadas por classes que vão de 1 a 5 e representam respectivamente níveis de criticidade, de atenção, situação intermediária, favorável e muito favorável em relação ao alcance de cada uma das diretrizes estratégicas mapeadas. A carta síntese da Diretriz 1 – Resiliência às mudanças climáticas está estruturada em três dimensões: “situação atual”, “pressões” e “capacidade de resposta”.

De modo geral a região apresenta as cinco classes, com predomínio de municípios com níveis de atenção, situação intermediária e situação favorável quanto a **resiliência às mudanças climáticas**, sendo Ribeirão Preto com a maior parte de seu território em nível de *atenção*, e os municípios de Franca e Barretos em situação *intermediária*. Por essa metodologia, a situação mais crítica dos indicadores se deve principalmente a fatores relativos à **capacidade de resposta**. No entanto, na **situação atual**, o indicador relativo a TGCA se encontra em *criticidade* em Ribeirão Preto e o indicador relativo a pontos de erosão em estado de *atenção* em 2012 em Ribeirão Preto e Barretos.

Em **pressões** é possível destacar em estado de *criticidade* ou *atenção* os indicadores relativos à diversidade da produção agropecuária, balanço hídrico, tamanho de fragmento de vegetação nativa e indicadores sociais.

Em toda a região, quanto à **capacidade de resposta**, são destacados como estando em situação de *criticidade* ou de *atenção* o Índice de governança do Projeto Construindo Cidades Resilientes, o indicador de Investimentos do Plano Agricultura de Baixo Carbono, o de Áreas prioritárias para restauração do Programa Nascentes e o de Instrumentos de gestão de risco (TIG), e na RA de Franca em estado de *criticidade* o indicador relativo ao programa corta-fogo.

Essa análise pode ser reforçada pelas projeções climáticas que indicam principalmente riscos associados ao aumento de temperaturas e estiagem, preocupante ao analisar conjuntamente com o índice de cobertura vegetal, de vulnerabilidade de aquíferos e de riscos de incêndio da região. E ainda, para um adequado planejamento desse território é necessário considerar

indicadores de suscetibilidade ambiental e de riscos geo-hidrológicos, como veremos adiante.

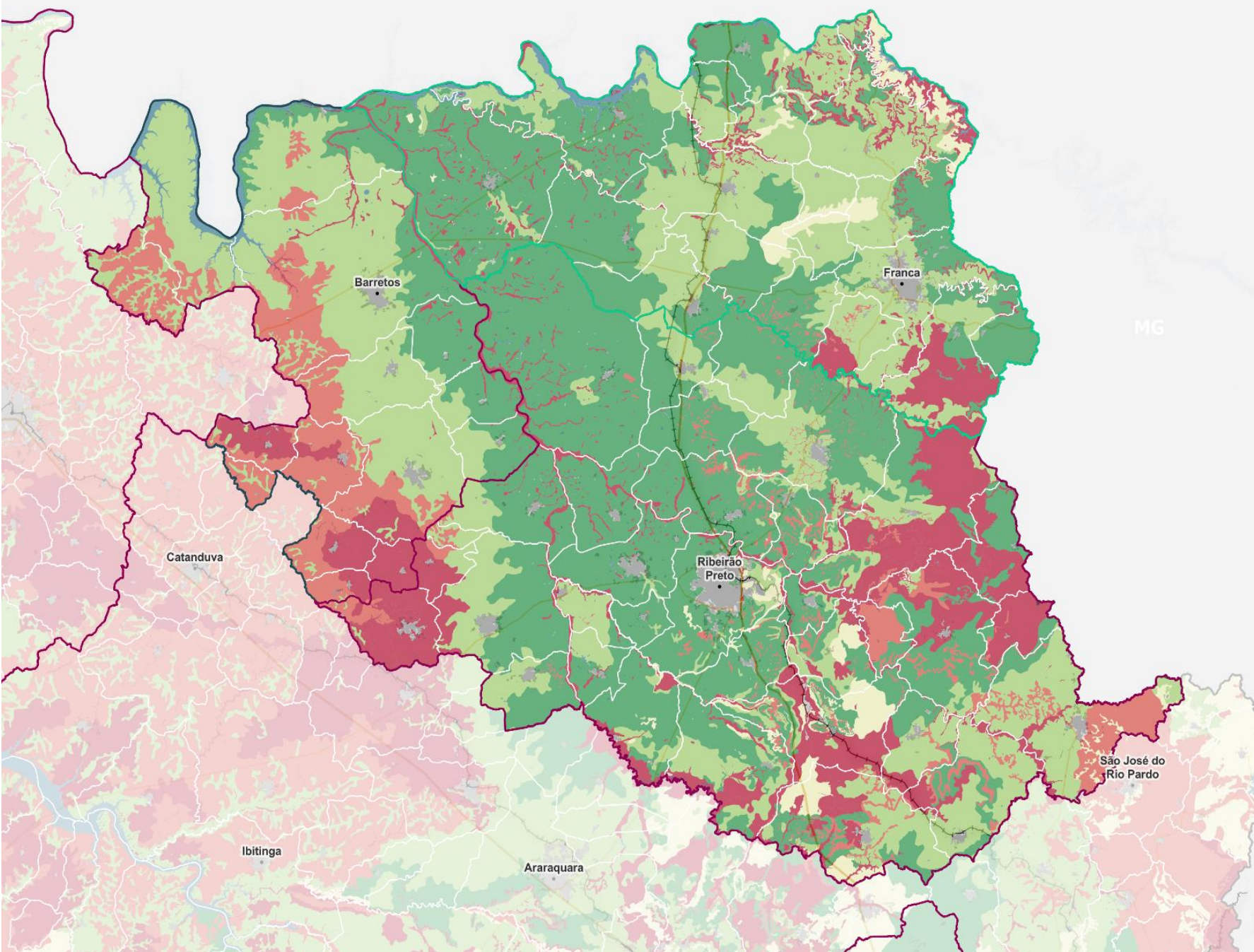
A análise sobre a resiliência pode, além disso, apresentar diferentes enfoques, sendo composta por elementos que deem peso maior à governança ou à pressão exercida, por exemplo. Para essa região, foi analisado também o **Índice de Capacidade de Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR**, elaborado no âmbito do Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

No mapa síntese, elementos com peso para a *menor capacidade de resiliência* tiveram relação direta com a condição de governança, recursos financeiros, educação e percepção, proteção dos ecossistemas naturais e sistemas de alerta e capacidade de resposta.

Estas condições, que possuem relação com o tamanho e condições socioeconômicas dos municípios da região, trazem destaque para *muito baixa capacidade de resiliência* nos municípios de Serra Azul e Barrinha e *muito alta capacidade* em municípios como Franca e Ribeirão Preto, em contraponto ao levantamento da Diretriz 1 do ZEE, apontada anteriormente.

SUSCETIBILIDADE AMBIENTAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Suscetibilidade Ambiental (IPA, 2022)

- Muito Alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito Baixa

----- Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

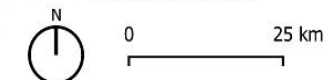
Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

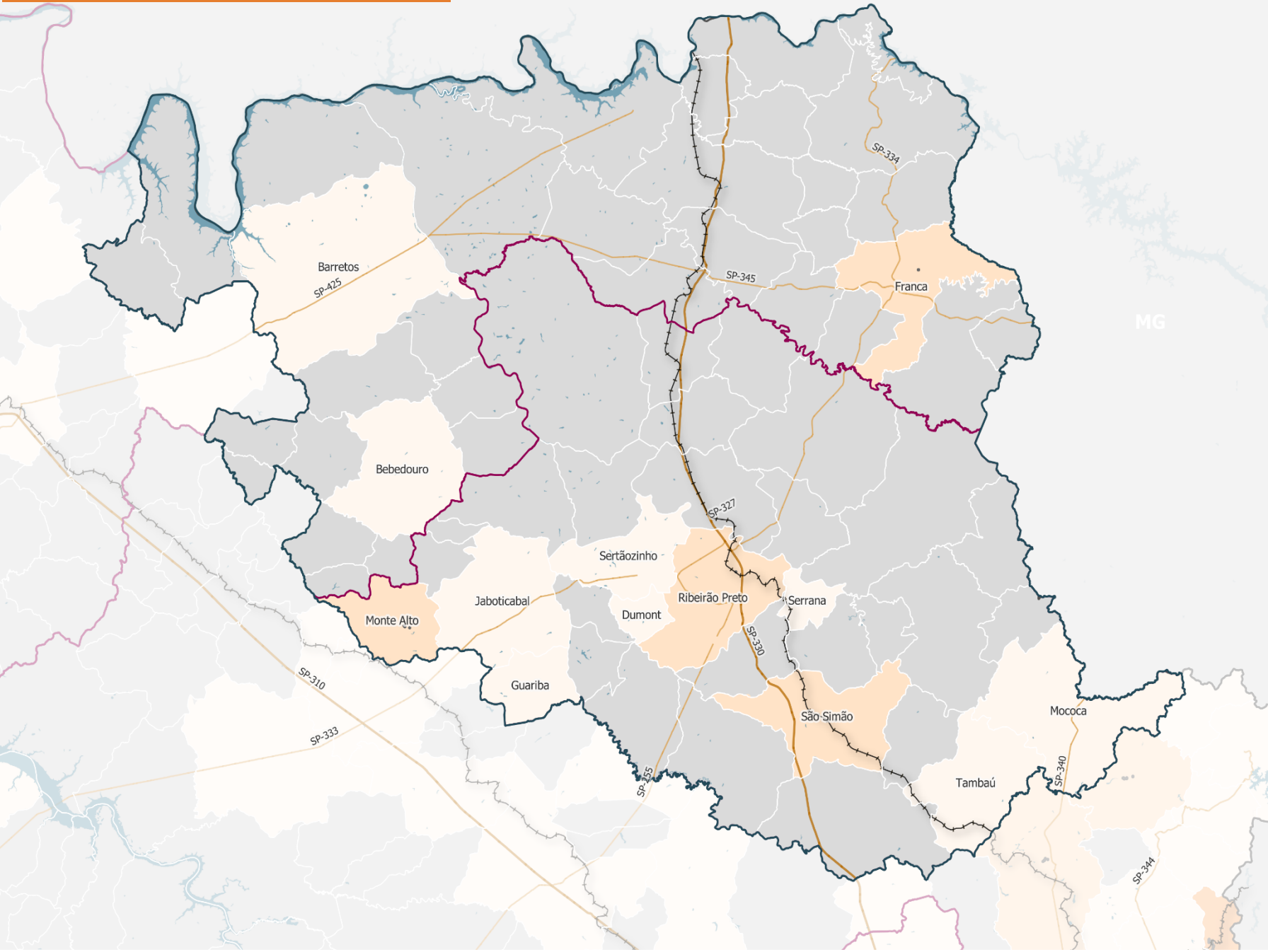
Enquanto análise mais ampla, é apresentado o mapa de classes de suscetibilidade ambiental retirado do **Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo**.

Neste mapa as áreas classificadas como de *muito alta* suscetibilidade estão presentes à leste, oeste e sul da região. As razões dessa classificação se devem, principalmente à suscetibilidade à erosão e diferentes classes de erodibilidade dos solos, mas também à suscetibilidade à inundação no entorno dos principais cursos hídricos da região.

Além de uma leitura em conjunto com a exposição às diferentes classes de risco e ao levantamento de domicílios em áreas de risco, cabe destacar que, para uma análise mais precisa da suscetibilidade ambiental, é necessário avaliar o território em outra escala, mais aproximada, na qual aparecem pontualmente suscetibilidades à ocorrência de movimento de massa e à inundação.

2.4.2 Domicílios em áreas de risco

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Áreas de Risco Geológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: Rede GRD, 2024; CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Geológico R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

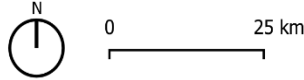
- 0
- 0 - 1
- Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

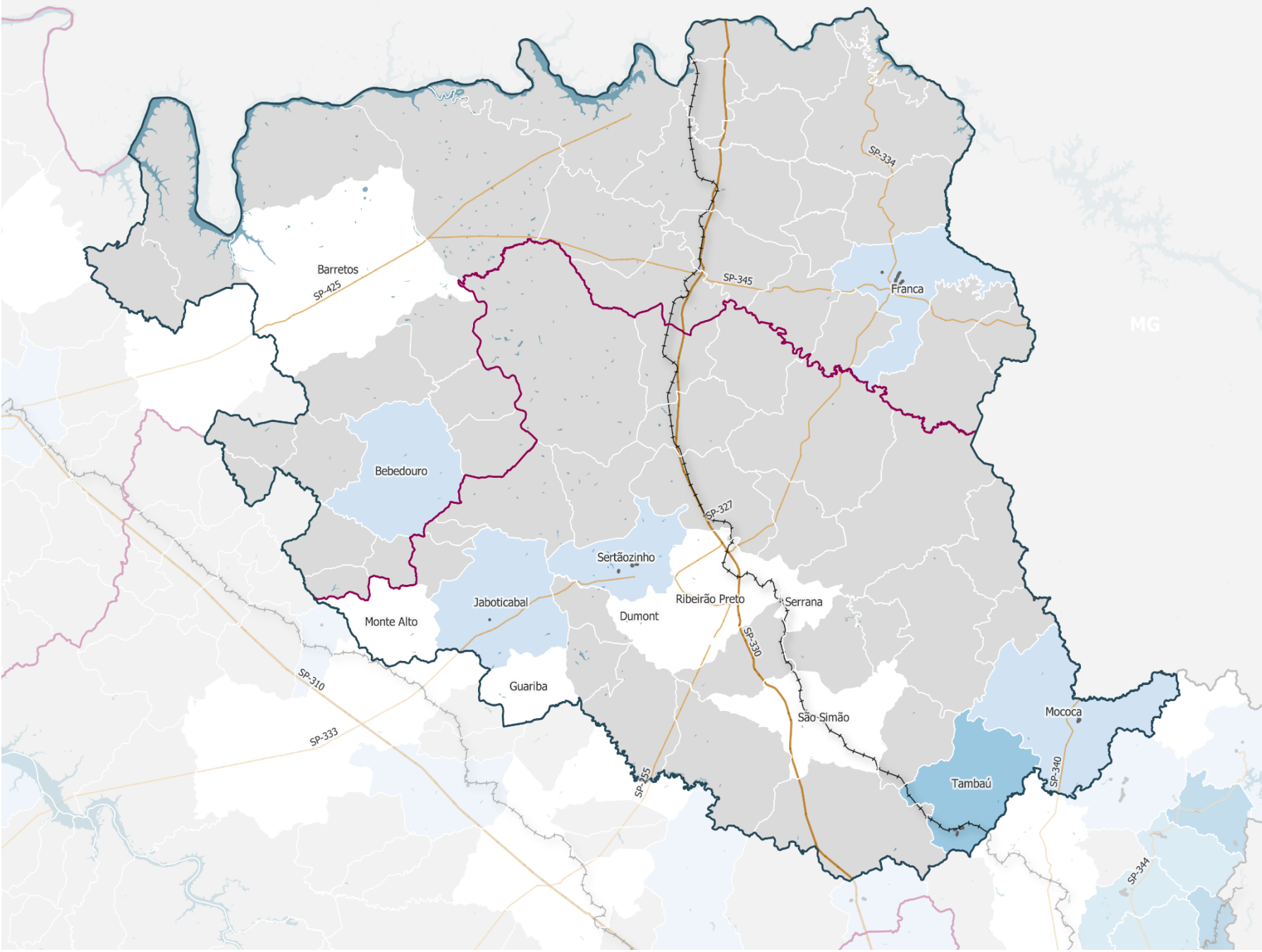
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Áreas de Risco Hidrológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Hidrológicos R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

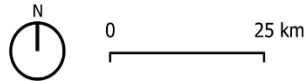
- 0
- 0 - 1
- 1 - 5
- Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

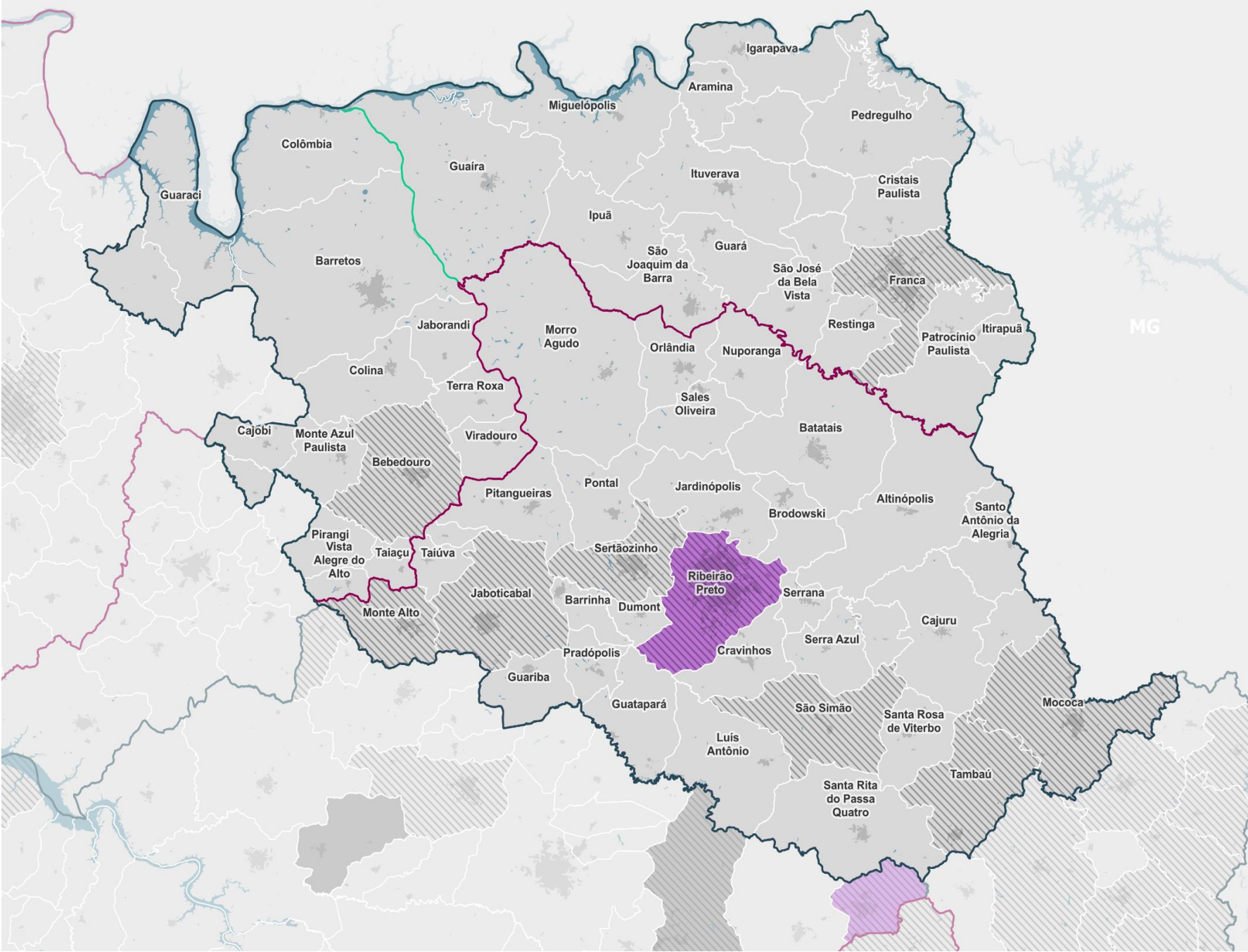
- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MUNICÍPIOS COM FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS EM ÁREAS DE RISCO ALTO E MUITO ALTO (R3 e R4)

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



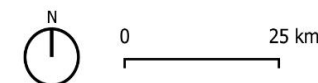
LEGENDA:

Risco e FCU (IBGE, 2022 e CDHU, 2026)

- Municípios com Domicílios em Área de Risco Alto e Muito Alto
- Municípios com Favelas e Comunidades Urbanas em Áreas de Risco
- Municípios com Favelas e Comunidades Urbanas não situadas em áreas de risco
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Associado aos riscos climáticos e a suscetibilidade ambiental, é fundamental realizar uma análise dos riscos geo-hidrológicos, para tanto foram utilizados os levantamentos apresentados na Nota Técnica Domicílios em áreas de risco para atendimento habitacional¹⁵, elaborada pela CDHU. A metodologia contou com a comparação de diferentes fontes disponíveis e escalas de abordagem para a revisão do mapeamento das áreas de risco do Estado de São Paulo. A partir de diferentes fontes de informação¹⁶ foram realizados processamentos para a comparação das imagens e o recorte de domicílios dentro das áreas de risco, perigo e suscetibilidade¹⁷. O resultado apresentou 220 municípios com pelo menos um domicílio situado em setorização de risco alto ou muito alto (R3 e R4), as análises municipalizadas apresentam o percentual de domicílios em áreas de risco sobre o total dos domicílios do município.

Os resultados de domicílios em risco são apresentados nos dois mapas apresentados acima, de riscos geológicos e de riscos hidrológicos, e em ambos os mapas, nos casos de municípios indicados em cinza que não possuem mapeamento de risco, as análises podem ser complementadas pelos dados de perigo de escorregamento para os processos geológicos e pelos dados de suscetibilidade à inundação para os processos hidrológicos. E os dados de ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos também servirá como fonte complementar, tanto nos casos em não houver outros dados como para reforçar os dados já existentes.

E o mapa seguinte, que apresenta a análise conjunta dos domicílios em risco e localizados em favelas, é um avanço no sentido de fazer com que as informações disponíveis sobre áreas de risco se tornem instrumentais para a formulação da política de desenvolvimento urbano e habitacional. Estes levantamentos, associados aos anteriores, permitem compreender a realidade atual dos municípios e porcentagem de domicílios mais expostos a riscos de desastres, para uma análise regional que posteriormente

contribuir   para ações de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos em escala local.

Para aprofundamento, a análise dessa região deve ser complementada devido ao grande número de municípios que não possuem mapeamento de riscos geológicos nem hidrológicos. Dos 68 municípios que compõem a região, apenas 19,1% apresentam levantamentos de risco e apenas 4 municípios (Monte Alto, São Simão, Franca e Ribeirão Preto) apresentam percentual de domicílios em área de risco geológico R3 e R4, inferiores    1% em todos os casos. Já para risco hidrológico esse número é de 6 municípios com destaque para Tambaú com 3,4% dos domicílios em área de risco hidrológico R3 e R4 e percentuais de domicílios inferiores    1% em Mococa, Sertãozinho, Franca, Bebedouro e Jaboticabal.

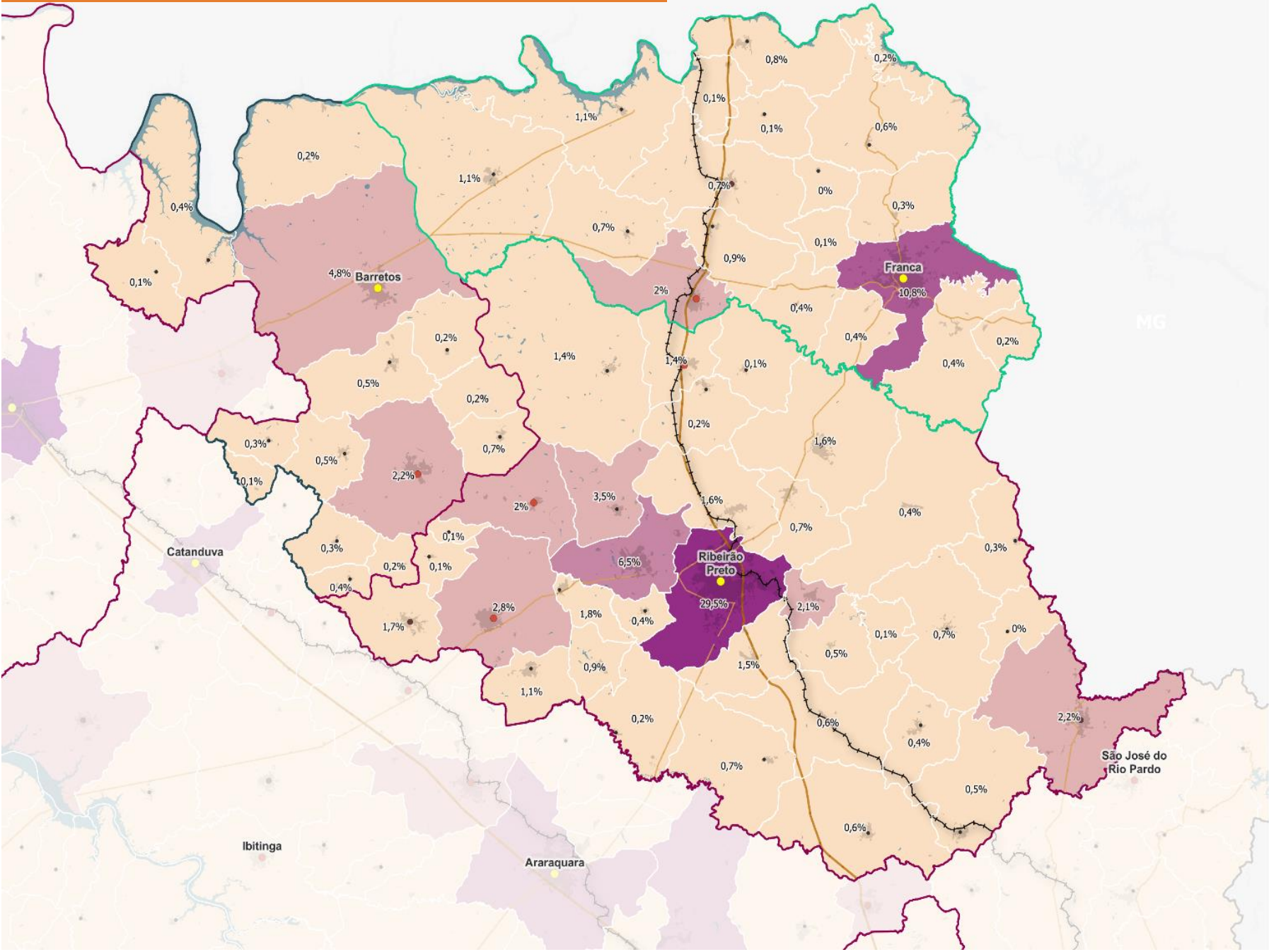
E, por fim, dos municípios da região, apenas o município de Ribeirão Preto possui favelas e comunidades urbanas identificadas, e 100% destes domicílios em área de risco estão localizados em favelas.

15 DOM  C  LIOS EM ÁREAS DE RISCO PARA ATENDIMENTO HABITACIONAL. Fonte: DPDU/CDHU, 2025. Análise sobre domicílios em áreas de risco alto e muito alto no Estado de São Paulo para fins habitacionais. Dados originais de: Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

16 Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

17 Os principais conceitos utilizados neste material, como por exemplo, risco, perigo e suscetibilidade, encontram-se detalhados na Nota Técnica.

2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais



DÉFICIT HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional A
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B
- Centro de Zona A
- Centro Local

Participação do Déficit Habitacional em Relação ao Total da Região (% - IBGE, 2010-2022; CDHU, 2024)

- 0 - 2
- 2 - 5
- 5 - 10
- 10 - 15
- 15 - 30

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'Água

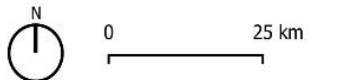
Limites Municipais

Aglomeração Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

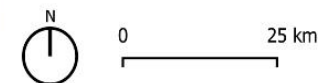
- Capital Regional A
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Participação da Inadequação Habitacional em Relação ao Total da Região (% -IBGE,2010-2022; CDHU, 2024)

- 0 - 1
- 1 - 4
- 4 - 8
- 8 - 45,9

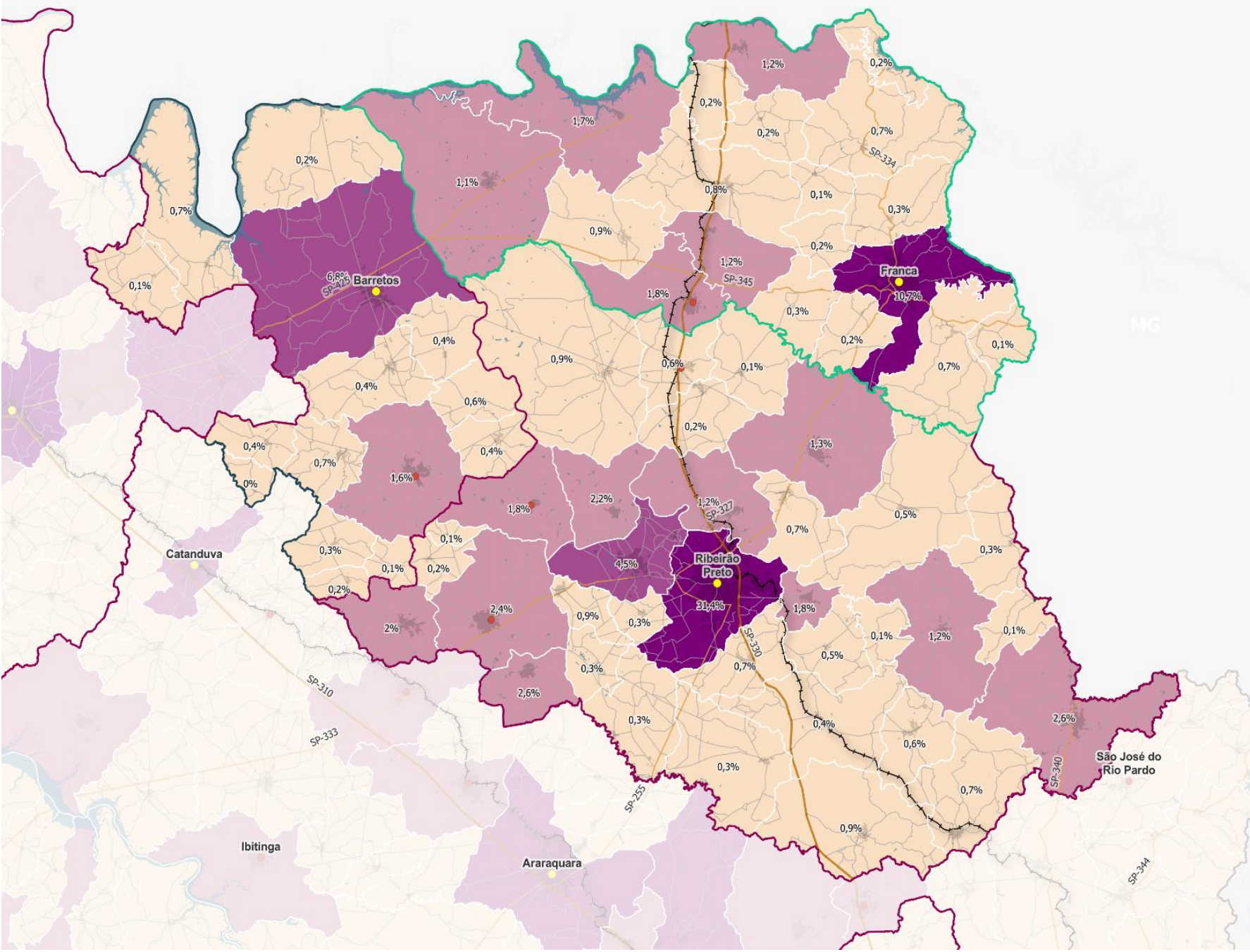
Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Estradas Vicinais
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Na metodologia adotada, a identificação e dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionadas ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território, podendo ser de **provisão habitacional**, no caso do déficit, ou de **adequações urbanísticas e edículas** para garantir qualidade habitacional aos domicílios inadequados.

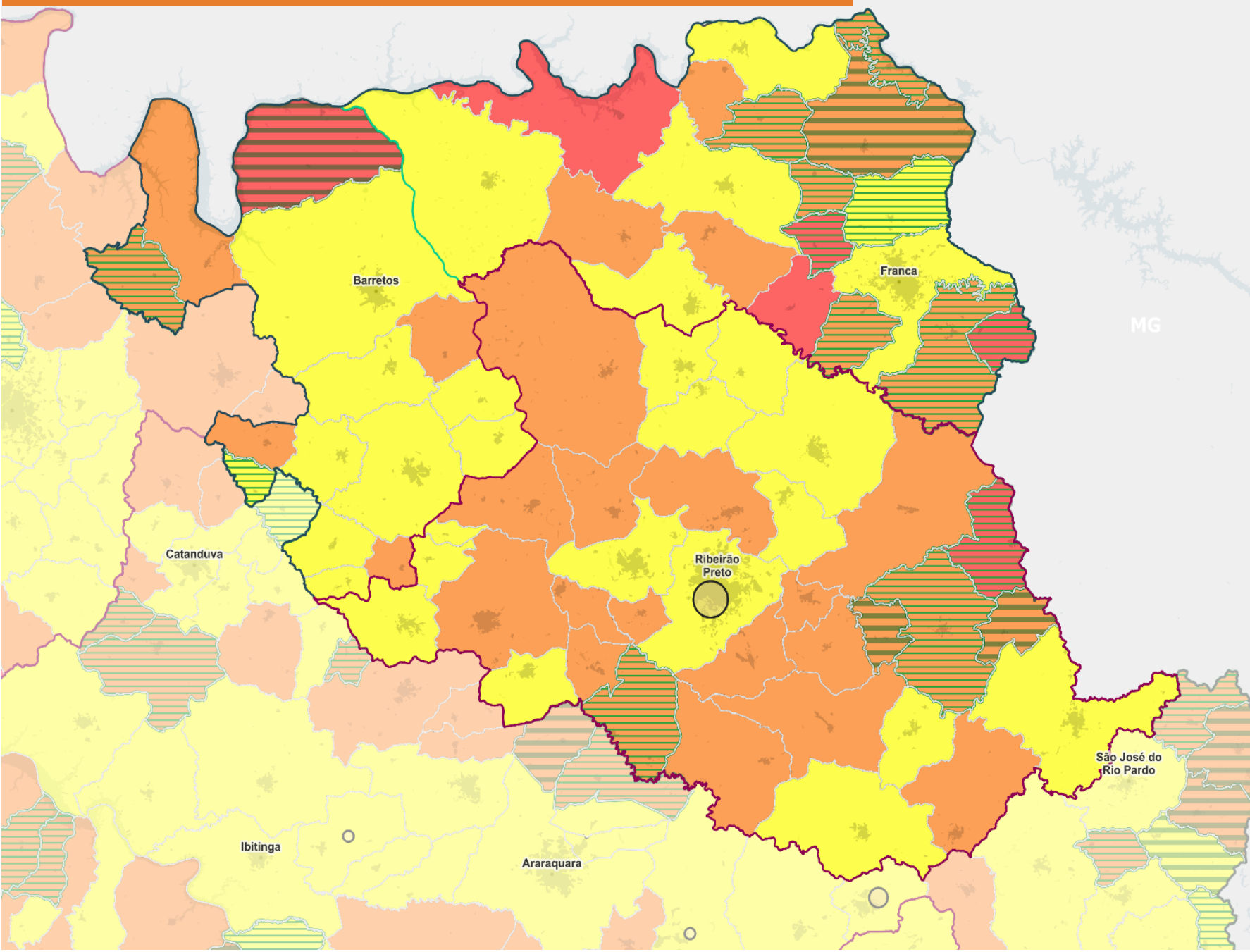
A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar da metodologia MAPPA, desenvolvida por CDHU/UFABC, com estimativa quantitativa de projeções do censo 2010 para cálculo de Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado, tendo como unidade de análise o próprio domicílio, cuja precariedade é definida a partir da análise detalhada de suas características.

Os domicílios em situação de déficit habitacional são os que apresentam inadequações graves, que não podem ser sanadas por intervenções de melhoria, e demandam uma nova moradia para seu equacionamento. Em contrapartida, os domicílios em situação de inadequação habitacional, por mais que apresentem mais de uma inadequação, podem ser solucionadas com a realização de obras de melhoria das condições habitacionais, não sendo necessária a construção de nova moradia (SÃO PAULO, 2010). A avaliação de necessidades habitacionais, seguindo essa metodologia, utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna, são elas: custo da moradia, adequação física da edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

Analisando a região de Ribeirão-Franca-Barretos verifica-se um déficit habitacional que representa 3,9% do total estadual. As cidades mais populosas da região têm a maior participação no percentual de déficit regional, respectivamente Ribeirão Preto (29,5%), Franca (10,8%) e Sertãozinho (6,5%). Aliado a isto, observa-se que os demais centros sub-regionais como Barretos, Pontal e Jaboticabal também apresentam um volume de déficit relevante para o contexto regional.

Em relação a inadequação, a região abriga 2,7% dos domicílios em situação de inadequação habitacional no Estado. As maiores concentrações, também se concentram nos maiores centros regionais, como Ribeirão Preto (31,4%), Franca (10,8%) e Barretos (6,8%). Pode-se notar uma maior participação dos municípios localizados junto aos principais eixos rodoviários e no entrono dos centros regionais, na componente de inadequações da região, bem como na divisa com Minas Gerais.

2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico



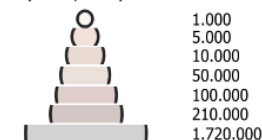
VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

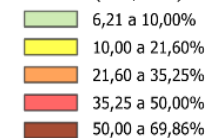
População em favelas e comunidades urbanas
(Censo, 2022)



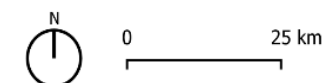
Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)



Percentual da população do município inscrita no
CadÚnico (MDS, 2024)



- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo

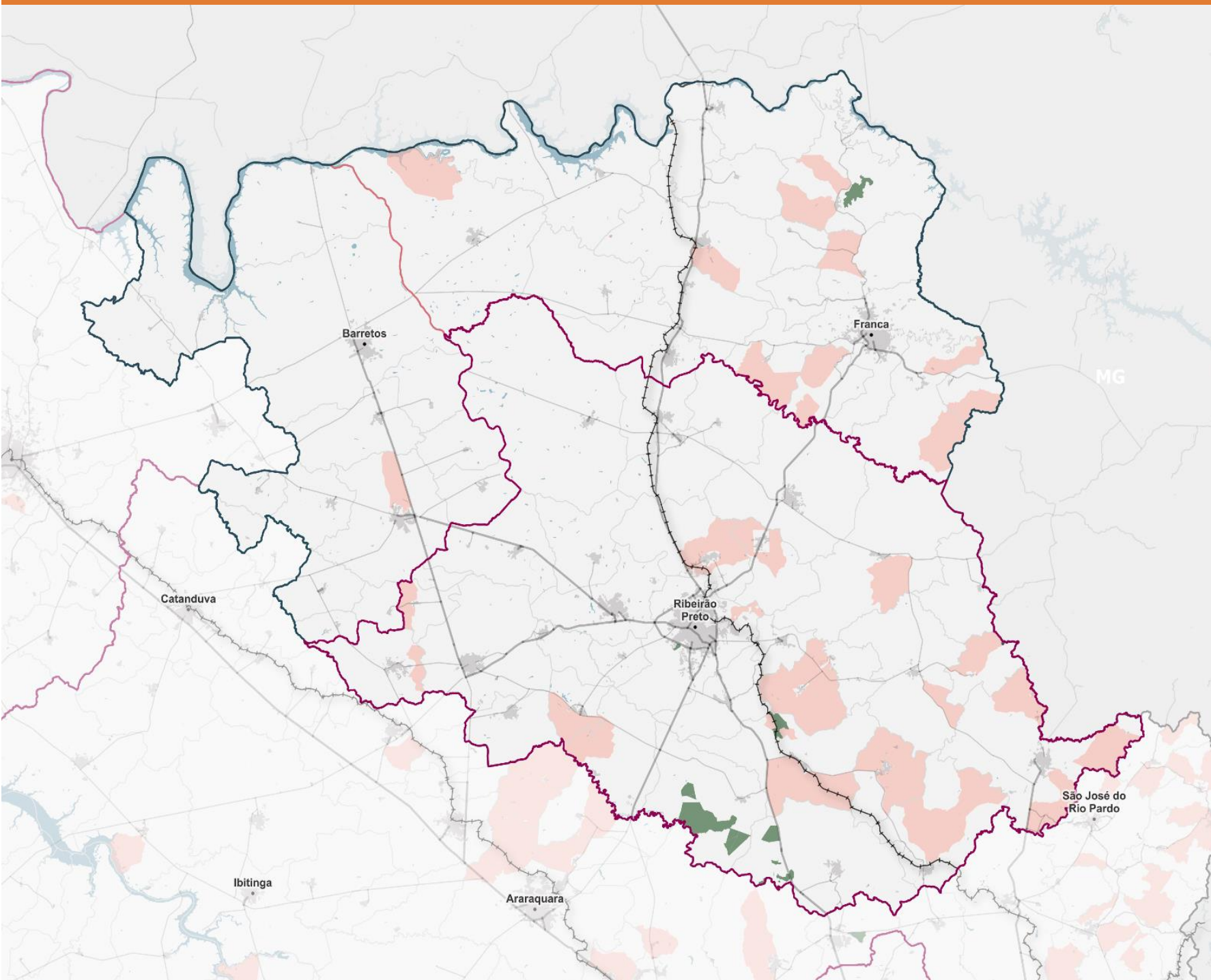


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE RURAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



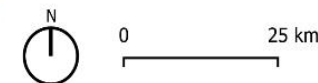
LEGENDA:

- Territórios Indígenas (Censo, 2022)
- Territórios Quilombolas (Censo, 2022)

IPVS (SEADE, 2010)

- Alta vulnerabilidade rural

- Rodovias (DNIT, 2016)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação - Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

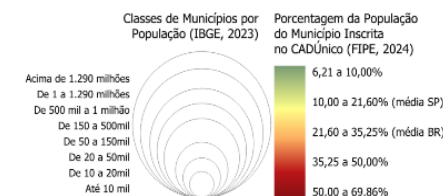
SANEAMENTO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 95,74%)

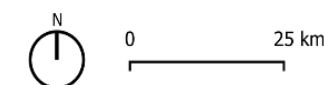
Domicílios ligados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede de esgotamento (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 91,30%)

Domicílios cujo lixo é coletado na residência ou em caçamba (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 99,01%)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)
Massas d'água
Limites Municipais
Regiões Metropolitanas
Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Quadro das características da população e do atendimento

		População Res. (ESP: % do Brasil; Outros: % do ESP até Região, % da Região restantes)	Homens	Mulheres	Crianças (0-14 anos)	Idosos (> 65 anos)	Pretos e Pardos	Indígenas	Inscritos no CadÚnico	Domicílios	Domicílios rurais	Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água	Domicílios ligados à rede pluvial ou rede geral de esgotamento sanitário	Domicílios em apartamento	Domicílios em favelas
Brasil (5.571)		203.080.756	48,5%	51,5%	19,8%	10,9%	55,5%	0,60%	35,3%	72.456.368	11,7%	83,9%	60,4%	14,9%	7,7%
Estado de São Paulo (645)		44.411.238 - 21,9%	48,2%	51,8%	18,0%	11,9%	40,9%	0,11%	21,6%	22,4%	2,9%	95,7%	90,4%	20,0%	7,5%
Cidade de São Paulo (01)		11.451.999 - 25,8%	47,0%	53,0%	17,1%	12,4%	43,5%	0,15%	22,5%	26,6%	0,1%	99,2%	94,6%	33,3%	13,6%
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos (68)		2.609.773 - 5,9%	48,6%	51,4%	17,7%	12,3%	39,2%	0,06%	18,8%	5,9%	2,7%	96,5%	96,3%	13,0%	0,8%
Ribeirão Preto-Franca-Barretos	RM Ribeirão Preto (34)	63,2%	48,5%	51,5%	17,6%	12,1%	39,2%	0,1%	18,3%	63,2%	2,1%	97,2%	96,7%	16,2%	1,3%
	AU Franca (19)	24,4%	48,7%	51,3%	18,2%	12,2%	40,0%	0,1%	19,9%	24,2%	3,4%	95,4%	95,6%	9,8%	N/C
	Entorno (15)	12,4%	48,8%	51,2%	17,6%	13,2%	37,5%	0,1%	18,9%	12,5%	4,3%	95,0%	95,6%	3,3%	N/C
	Municípios até 20 mil hab. (41)	14,8%	50,2%	49,8%	18,3%	12,6%	42,1%	0,05%	25,7%	14,4%	8,4%	90,0%	90,6%	0,2%	N/C
	Municípios de 20-50 mil hab. (19)	24,8%	49,1%	50,9%	18,3%	11,9%	44,1%	0,05%	20,8%	24,2%	3,0%	96,0%	96,4%	0,9%	N/C
	Municípios de 50-100 mil hab. (04)	10,5%	48,4%	51,6%	16,9%	14,3%	33,9%	0,03%	19,9%	10,6%	3,2%	95,7%	95,9%	5,0%	N/C
	Municípios de 100-500 mil hab. (03)	23,1%	48,4%	51,6%	18,2%	11,6%	38,8%	0,06%	17,4%	23,0%	1,5%	98,2%	98,0%	13,7%	N/C
	Municípios de 500-1.000 mil hab. (01)	26,8%	47,6%	52,4%	16,8%	12,2%	35,5%	0,09%	13,8%	27,8%	0,3%	99,2%	98,0%	32,6%	2,9%
	Ribeirão Preto (01)	698.642 - 26,8%	47,6%	52,4%	16,8%	12,2%	35,5%	0,09%	13,8%	27,8%	0,3%	99,2%	98,0%	32,6%	2,9%
	Favelas e Comunidades Urbanas (01)	23.781 - 0,9%	50,9%	49,1%	28,3%	2,8%	71,5%	0,11%	N/A	0,8%	N/A	95,0%	67,8%	N/C	N/A
	Quilombolas (03)	19 - 0,00%	57,9%	42,1%	10,5%	10,5%	N/A	N/A	N/A	0,00%	N/A	78,6%	78,6%	N/A	N/A
	Indígenas (64)	3.634 - 0,06%	43,9%	56,1%	12,5%	12,2%	N/A	N/A	N/A	0,12%	N/A	96,1%	N/C	N/A	N/A

Fonte: Censo, 2022; MDS, 2024. Elaboração: Fipe, 2025.

A região de Ribeirão Preto, Franca e Barretos enfrenta desafios significativos na provisão adequada de uma infraestrutura de Saneamento Ambiental, em que a riqueza regional não se traduz em melhoria das condições de vida locais. Assim, se, por um lado, as áreas centrais de suas maiores cidades apresentam indicadores de cobertura próximos à universalização, por outro, as zonas rurais e periferias – com destaque para as favelas de Ribeirão Preto –, permanecem à margem no atendimento desses serviços essenciais.

Essa assimetria revela-se mais aguda nos municípios de menor porte demográfico, com aproximadamente 10 mil habitantes e cerca de 15% de seus domicílios situados em áreas rurais, onde a combinação entre isolamento geográfico, baixa dinamização econômica e carência de investimentos públicos cria um cenário de exclusão socioambiental que se reproduz igualmente no entorno dos polos de Franca e de Ribeirão Preto.

Dos 20 municípios cujos índices de ligação à rede de esgoto não ultrapassam 90% de seus domicílios (equivalente a 29% do total regional), a maioria situa-se nas franjas territoriais do estado, distantes dos corredores logísticos e dos polos industriais locais. Paradoxalmente, mesmo na cidade de Ribeirão Preto, onde se concentram 63% da população regional e parte significativa da riqueza gerada no interior paulista, mais de 23 mil pessoas residem em favelas, convivendo com uma cobertura de esgotamento sanitário que não supera 68% desses domicílios.

Uma realidade que se agrava ao considerar que 71% desses moradores autodeclararam-se pretos ou pardos (o dobro do percentual nesse município), evidenciando como as desigualdades raciais se entrelaçam com a precariedade social e urbana, em uma superposição de vulnerabilidades.

Quando se cruzam os índices de pobreza municipal (referentes aos cadastros no CadÚnico) com os déficits de saneamento, constata-se que todas as cidades onde mais de 35% da população vive em situação de vulnerabilidade econômica apresentam coberturas inadequadas de água e esgoto. Esse padrão repete-se nos municípios com até 24 mil habitantes cujas taxas de pobreza excedem a média estadual (21,6%), indicando uma forte correlação entre subdesenvolvimento da infraestrutura e a marginalização socioeconômica desses territórios periféricos regionais.

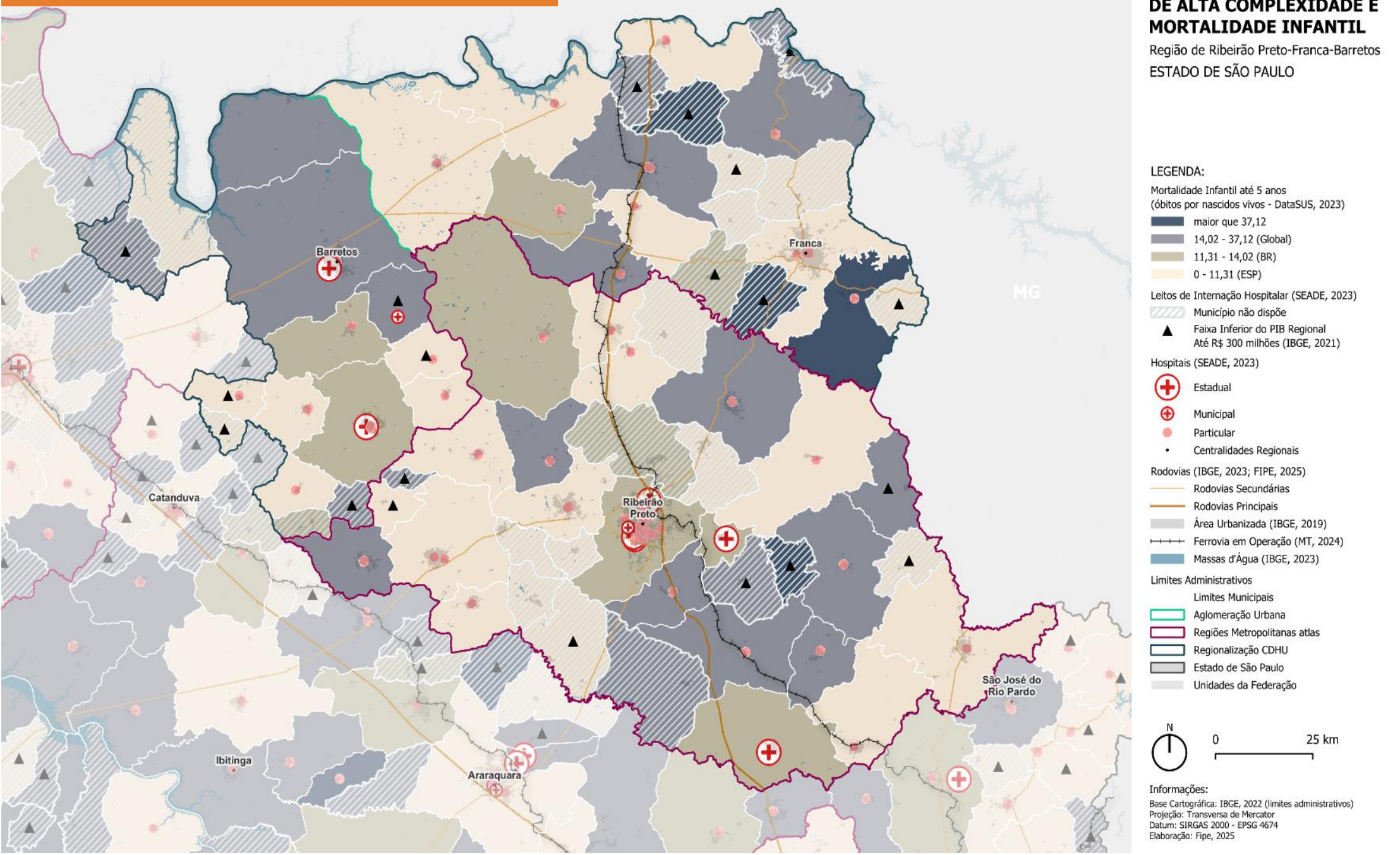
Embora a média de população pobre local (18,8%) seja inferior à estadual, ela mascara importantes disparidades. Enquanto a cidade de Ribeirão Preto ostenta um índice de 13,8%, nos municípios com menos de 20 mil habitantes esse valor salta para 26%, demonstrando como o binômio baixa densidade demográfica-afastamento dos eixos dinâmicos opera como um mecanismo de reprodução das precariedades locais.

O contraste entre essa realidade e a pujança do agronegócio canavieiro, da indústria calçadista de Franca e do complexo coureiro de Barretos expõe as contradições de uma região que, apesar de integrar o coração econômico do interior paulista, convive com bolsões de vulnerabilidade que comprometem indicadores de saúde, longevidade e equidade social.

Nesse sentido, a institucionalização recente de instâncias regionais abre espaço para a construção de soluções mais compartilhadas, capazes de superar a fragmentação atual nesse atendimento, seja por meio de modelos inovadores baseados em Soluções baseadas na Natureza (SbN), seja via programas de habitação social que atendam tanto às periferias urbanas quanto às comunidades rurais dispersas. O Marco Legal do Saneamento, ao estimular articulações público-privadas em escala regional, pode ser o catalisador para substituir as atuais respostas pontuais (como fossas sépticas precárias em zonas rurais e ligações clandestinas em favelas) por uma abordagem sistêmica, condizente com a complexidade desse território.

A universalização do acesso a esses serviços básicos de Saneamento Ambiental e de Habitação é, portanto, passo essencial para a redução das desigualdades sociais locais, promovendo um desenvolvimento mais equitativo, impactando não apenas a qualidade de vida atual dessas populações, mas também suas oportunidades de crescimento futuras. Sobre tudo em um contexto de mudanças climáticas que amplificam secas e ondas de calor cada vez mais frequentes, em um território já marcado por graves processos de erosão, resultando em condicionantes físicos que impõem obstáculos adicionais à essa universalização pretendida.

2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico

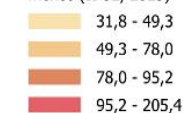


INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E ENVELHECIMENTO

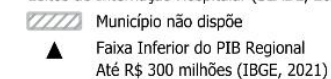
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Índice de Envelhecimento - razão entre a população com 65 anos ou mais e a população de 15 anos ou menos (IBGE, 2023)



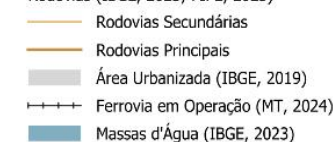
Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)



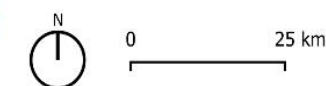
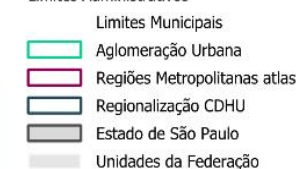
Hospitais (SEADE, 2023)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos tem um perfil econômico diverso, que inclui atividades agrícolas, indústria, serviços e turismo. Ao mesmo tempo em que é a maior produtora de cana-de-açúcar no estado, é também referência no atendimento de saúde de alta complexidade na região de Ribeirão Preto. Os municípios-polo concentram as atividades econômicas, grande parte da população regional e os equipamentos públicos que realizam o atendimento às necessidades desta população.

De todos os hospitais existentes na região, somente 11,5% são públicos. Dos hospitais privados, 28,5% concentram-se em Ribeirão Preto e 6,5% em Barretos, os dois locais que mais atraem pessoas por motivos de saúde de alta complexidade da região.

Pouco mais de um terço dos municípios da região (36,7%) apresentam taxas de mortalidade infantil maiores do que a média brasileira (14,02), uma porcentagem mais baixa quando comparada com as demais regiões do estado de São Paulo. Destes, 84% encontram-se na Região Metropolitana de Ribeirão Preto ou na Aglomeração Urbana de Franca.

Dos vinte municípios com os menores PIB da região, quinze (75%) não apresentam leitos hospitalares disponíveis para o atendimento da população. São municípios cujas populações são altamente vulneráveis, carecendo não somente de maior disponibilidade de equipamentos públicos de saúde de alta complexidade como também de investimentos em políticas públicas que visam o incremento do desenvolvimento urbano e da diminuição das desigualdades sociais regionais.

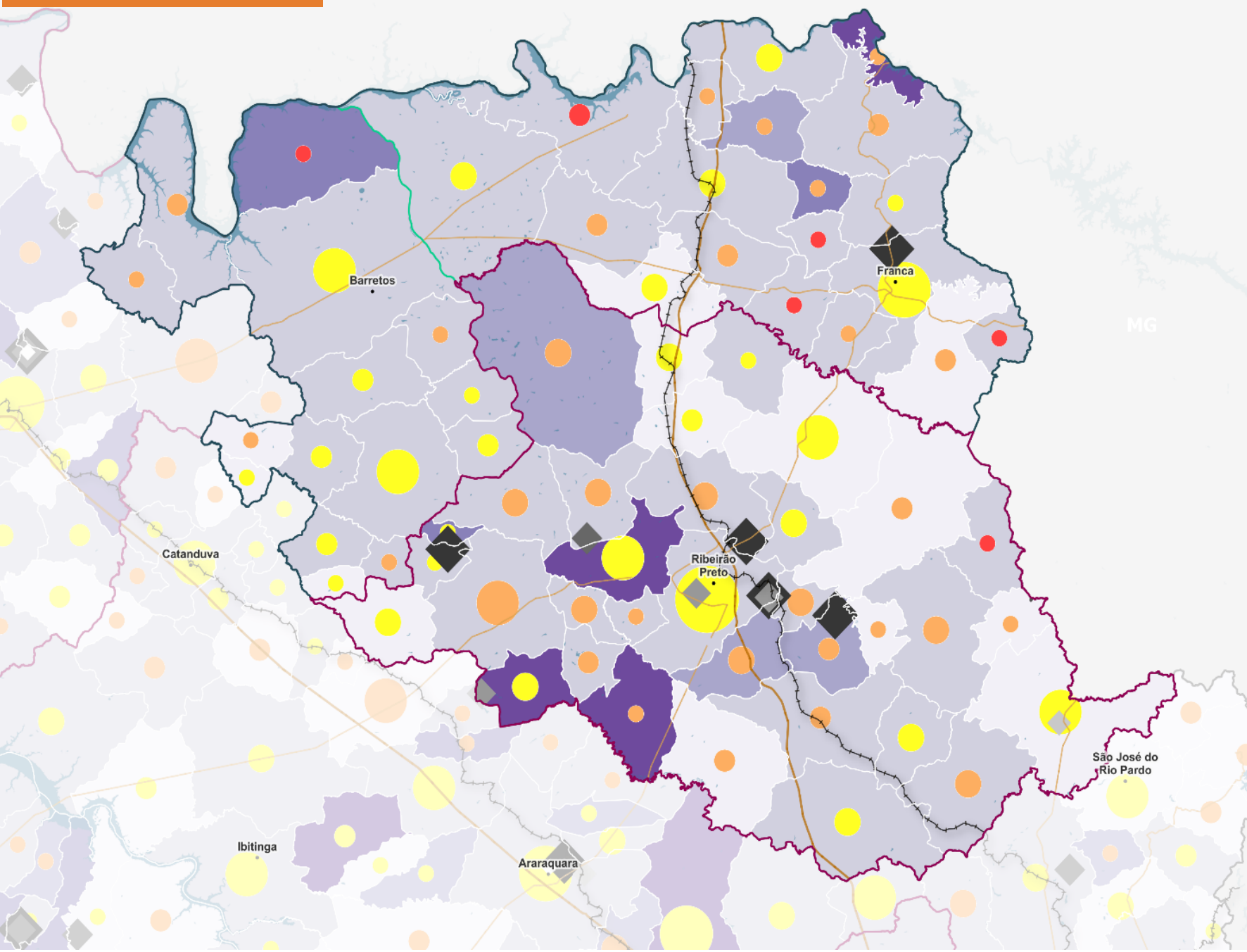
Entre os municípios da região, vinte e cinco (36,7%) apresentam alto índice de envelhecimento (acima de 78), sendo que nenhum dos municípios polo da região encontra-se neste grupo, com valores oscilando entre 65 e 72. Destes municípios, todos apresentam hospitais (públicos ou particulares) em seus territórios, um fator positivo para o atendimento da população idosa.

A dinâmica regional indica que o território em questão, quando comparado às demais regiões do estado, apresenta menores índices de mortalidade infantil e de envelhecimento. Ao mesmo tempo, existe, concentração de equipamentos públicos nos municípios de maior porte e população,

sugerindo maior dinamismo e capacidade de atração de pessoas nestes locais.

Os desequilíbrios regionais, tanto com relação à infraestrutura urbana quanto ao desenvolvimento econômico, são resultado da polarização exercida pelos municípios-sede sobre os demais, o que indica a necessidade de políticas visando a sua redução.

2.4.6 Violência urbana

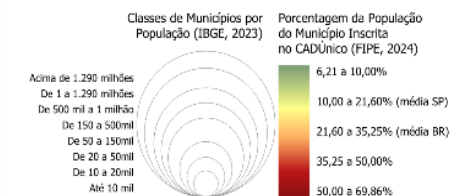


VIOÊNCIA URBANA

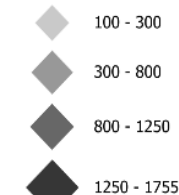
Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

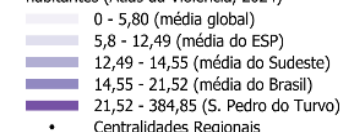
Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



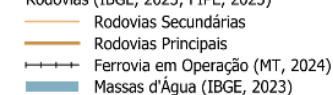
Tamanho das Unidades Prisionais - População presa (SSP-SP, 2024)



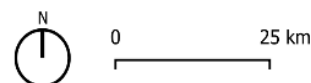
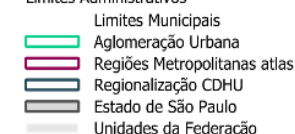
Média Anual de Homicídios, de 2010 a 2022, por 100 mil habitantes (Atlas da Violência, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A análise da violência urbana na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos indica que somente 16,1% dos municípios encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes (12,49), uma porcentagem considerada baixa.

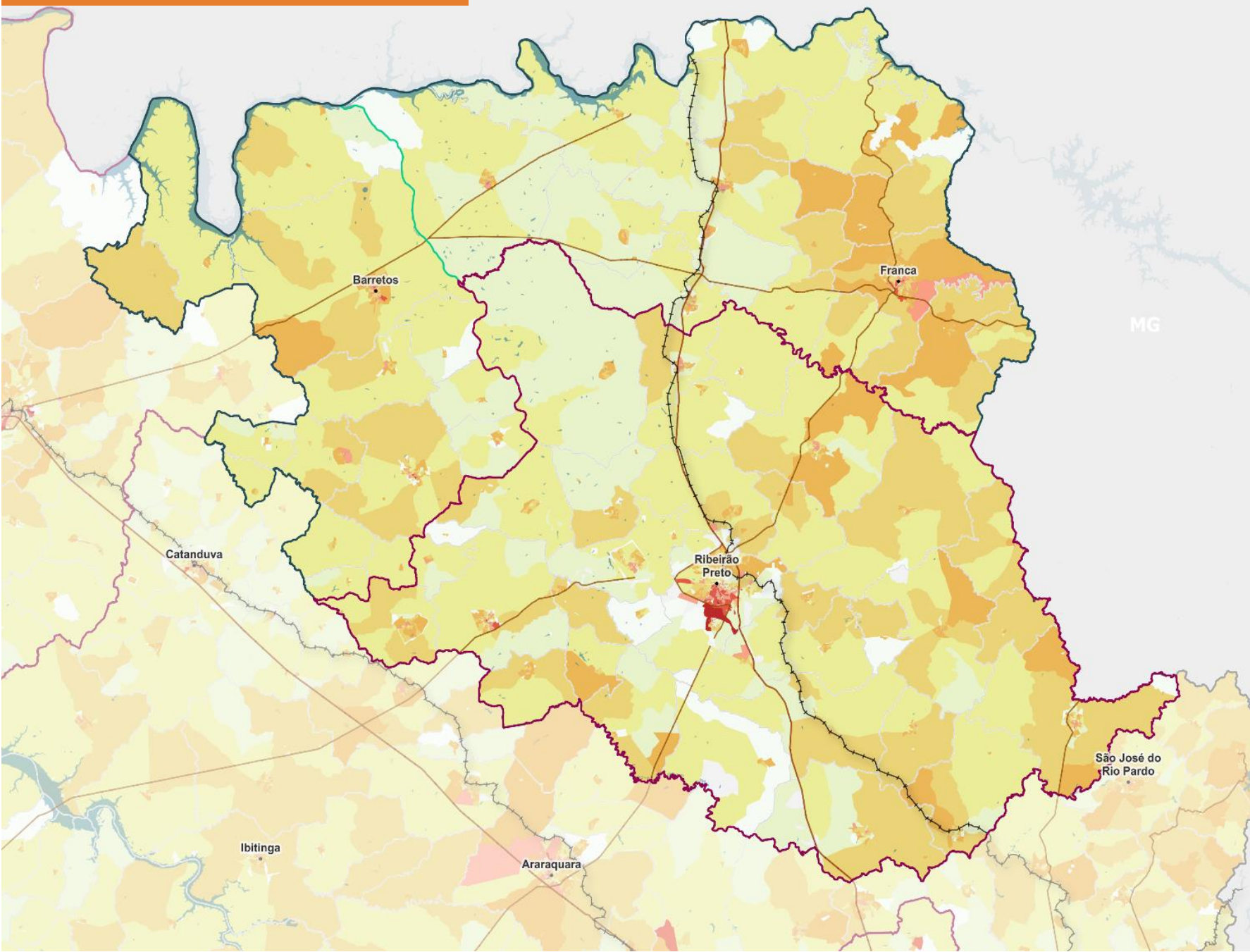
São quatro os municípios que apresentam quantidade de homicídios por 100 mil habitantes acima da média brasileira (21,52), a saber: Rifaina (171,47 homicídios para cada 100 mil habitantes), Guariba (21,53/100 mil habitantes), Guatapará (44,01/100 mil habitantes) e Sertãozinho (26,04/100 mil habitantes). Antagonicamente, existem quatorze municípios que apresentam taxas muito baixas de homicídios, localizados por toda a região, ocupando uma grande parte da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e da Aglomeração Urbana de Franca.

As vulnerabilidades regionais se correlacionam, e, em muitos municípios com altas taxas de homicídios, nota-se também um elevado índice de população em situação de pobreza que está inscrita no CADÚnico. Destaque para Guatapará (30,1%), Colômbia (36,5%) e Jeriquara (32,9%) que apresentam mais de um terço de suas populações nesta situação.

Das doze unidades prisionais presentes na região, três operam abaixo da capacidade máxima, incluindo um Centro de Ressocialização. Das nove unidades restantes, 77,8% excedem em mais de 40% a sua capacidade, favorecendo rebeliões, fortalecendo facções e precarizando ainda mais a população encarcerada, reduzindo sua capacidade de ressocialização. De todas as unidades prisionais localizadas na região, somente uma localiza-se fora da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, em Franca. As demais, estão localizadas em Guariba, Jardinópolis, Mococa, Pontal, Ribeirão Preto, Serra Azul e Taiúva.

O panorama da violência urbana na região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos demonstra que a região, quando comparada com as demais do estado de São Paulo, pode ser considerada, majoritariamente, segura, com baixos índices de violência. No entanto, a situação dentro das unidades prisionais requer atenção, e o excesso de pessoas encarceradas na grande maioria das unidades deve ser uma questão prioritária a ser tratada pelo poder público, objetivando a redução da violência nos presídios e o enfraquecimento da influência do crime organizado nestes locais.

2.4.7 Desigualdades socioterritoriais



DESIGUALDADE DE RENDA

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Domicílios com rendimento mensal per capita de até 01 S.M. (Censo, 2010):

- 0 a 6
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108
- 108 a 694

Domicílios com rendimento mensal per capita maior do que 10 S.M. (Censo, 2010):

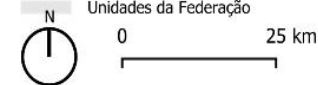
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108
- 108 a 227

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação

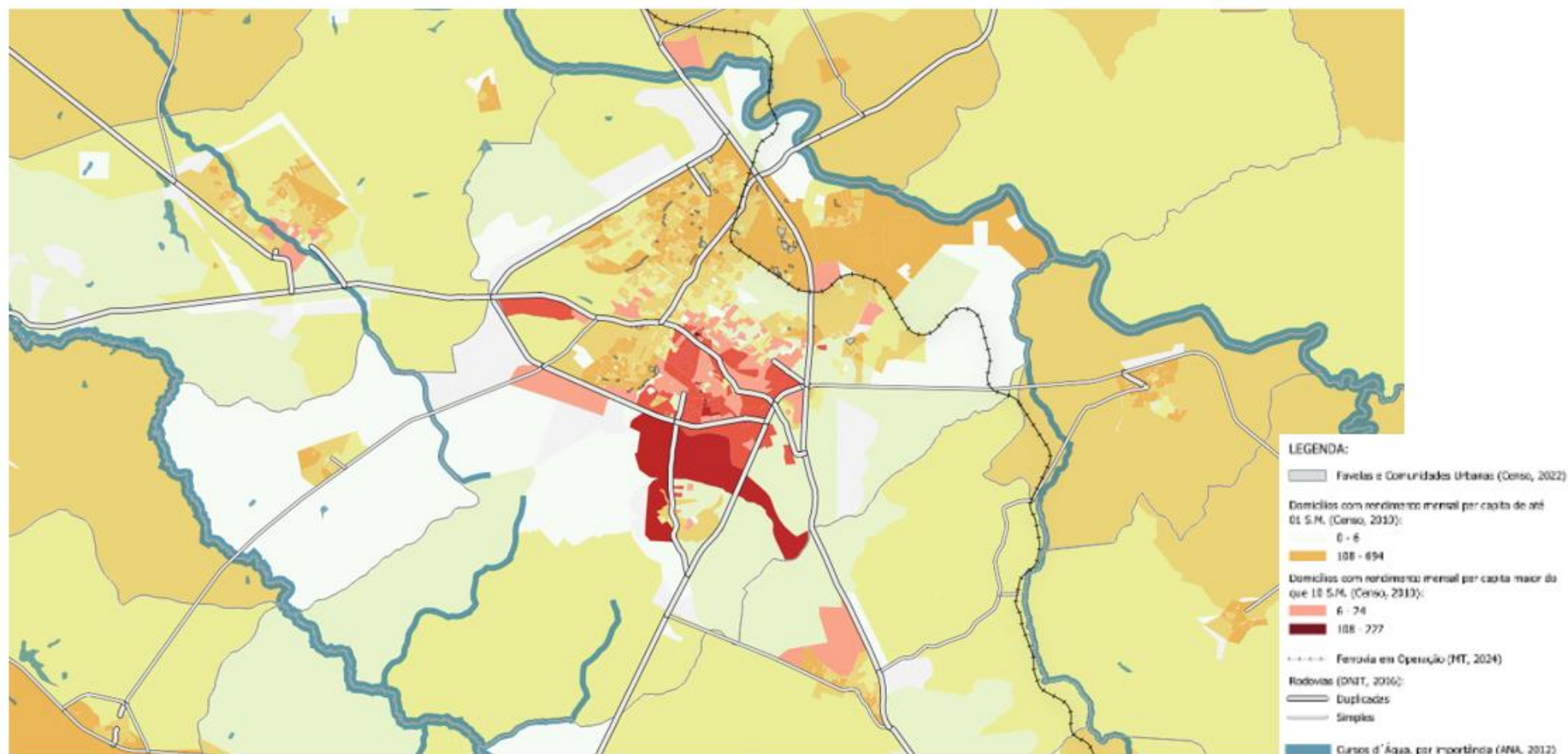


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Destaque para os grandes municípios da Região:

Renda dos domicílios por setor censitário



Fonte: Renda dos domicílios, Censo 2010; Favelas – em relevo por polígonos, Censo 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

A região que tem em Ribeirão Preto, Franca e Barretos seus principais eixos de dinamismo econômico reproduz, em escala micro, as grandes contradições do desenvolvimento brasileiro, onde a prosperidade convive com padrões de segregação socioespacial que cristalizam desigualdades históricas. Os dados do Censo 2010 são exemplares nesse sentido: enquanto a cidade de Ribeirão Preto concentra 85% dos domicílios de alta renda de sua região metropolitana, ela abriga apenas 42% de sua população, exercendo Barretos e Franca similar polarização em seus respectivos entornos, com 59% e 67% da riqueza localizada nessas cidades-sede, respectivamente.

Essa concentração da riqueza no território não se dá de forma aleatória, mas segue uma lógica espacial bem definida, na qual o eixo formado pela Rodovia Anhanguera e pela ferrovia adjacente funciona como um ímã para investimentos e residências de alto padrão, atraindo nada menos que 73% dos domicílios mais abastados dessa região. Ribeirão Preto, nesse cenário, destaca-se não apenas como polo econômico, mas como símbolo das assimetrias intramunicipais: ao sul desse município, condomínios fechados e bairros planejados abrigam 68% dos domicílios ricos da região, enquanto, ao norte, favelas e periferias empobrecidas concentram as mais de 23 mil pessoas que vivem nas favelas dessa cidade (segundo o Censo 2022), onde a combinação entre precariedade habitacional e riscos ambientais – muitas dessas comunidades situam-se às margens de córregos e áreas suscetíveis a inundações – cria um cenário de relevantes vulnerabilidades.

O processo de metropolização em curso nessa região, acelerado pela substituição das antigas ferrovias por rodovias como principal meio de transporte, gerou um padrão de expansão urbana marcado pela elitização dos entornos rodoviários mais importantes com periferização da pobreza para outros vetores de expansão, um fenômeno igualmente observado nas proximidades dos grandes campi universitários, como os da USP em Ribeirão Preto e da UNESP em Franca, que atraem núcleos residenciais de alta renda mesmo quando localizados em áreas distantes dos centros tradicionais das cidades em que são implantados.

O resultado é uma geografia social profundamente cindida, onde os menores municípios, que, somados, abrigam mais de 50% da população regional, detêm apenas 17% da riqueza, estando sujeitos a economias pouco

diversificadas e altamente dependentes do setor público. Essa desconexão entre dinamismo econômico e bem-estar social, longe de ser um traço regional, é produto de um modelo de desenvolvimento que tem privilegiado distinções socioespaciais em detrimento da coesão territorial, gerando ineficiências estruturais que se refletem nos elevados gastos públicos, e demanda popular, por Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana, dentre outros.

Reverter essa trajetória exige mais do que políticas setoriais isoladas, demandando uma abordagem integrada que enfrente simultaneamente a precarização das periferias metropolitanas – como as da zona norte de Ribeirão Preto – e o esvaziamento socioeconômico das pequenas cidades do interior, promovendo conexões físicas e institucionais que permitam dissolver os atuais enclaves de prosperidade em um território mais equilibrado e justo regionalmente.

3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS



Vários cruzamentos foram realizados regionalmente em cada subeixo. Neste capítulo pretende-se realizar uma análise integrada entre os diferentes destaques identificados em cada um dos temas, considerando as relações entre o porte populacional, sua localização na região e as regulações urbanísticas que o influenciam.

Inicialmente é apresentado um quadro síntese, onde serão exibidos os temas dentro de cada subeixo, uma indicação dos principais destaques identificados no diagnóstico, desafios e oportunidades¹⁸ no tema em análise¹⁹.

Após esse quadro, será realizada uma análise integrada das principais questões apresentadas, com o apoio de informações básicas sobre os municípios por porte populacional, para finalizar com uma mediação entre as principais questões identificadas e as diretrizes propostas no ZEE-SP para esta região e nos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto – PDUI RMRP e da Aglomeração Urbana de Franca – PDUI AUF.

¹⁸ As oportunidades não foram indicadas para todos os temas, pois em alguns não foram identificados em função da ausência de regulação específica sobre o tema, reforçando o avanço necessário na temática e justificando a necessidade de ações para reverter a situação.

¹⁹ Em alguns casos os desafios e oportunidades estão em consonância com o que foi indicado nos PDUIs da RMRP ou AUF, ajustando a escala de análise, ou no ZEE-SP para a região, essa correspondência será apresentada mais detalhadamente adiante.

DINÂMICA AMBIENTAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Patrimônio Ambiental e Paisagístico	Baixos índices de cobertura vegetal nativa e remanescentes fragmentados. Risco de incêndio muito alto e alto nos municípios da região.	Aumentar as áreas verdes, sobretudo a partir da restauração da vegetação em APPs Hídricas, priorizando possíveis conexões entre elas. Incêndios: proteger áreas com cobertura vegetal contra incêndios; erradicar a prática irregular do uso do fogo; fomentar o desenvolvimento de alternativas ao uso do fogo para o manejo agrícola, pastoril e florestal.	Orientar a delimitação das áreas de Reserva Legal. Engajar os municípios na Operação São Paulo Sem Fogo.
Instrumentos de proteção e conectividade	Baixo número de Unidades de Conservação (UCs).	Ampliar a rede de Unidades de Conservação.	Estimular a criação de Unidades de Conservação como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Monumentos Naturais (MONA).
Recursos hídricos	Forte dependência de mananciais subterrâneos. Parte significativa do território da região incide sobre a área de Vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani (SAG).	Controlar o uso e a ocupação da terra na área de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani. Integrar a proteção e conservação do Sistema Aquífero Guarani às políticas de ordenamento territorial regionais e municipais. Regularizar as outorgas de uso da água subterrânea. Controlar as captações, para que não atinjam níveis de superexploração.	Elaborar estudo do potencial de fragilidade do Sistema Aquífero Guarani (SAG) para avaliação das condições de recarga. Avaliar a vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos para a definição do uso e ocupação do solo. Definir diretrizes de uso e ocupação do solo e instrumentos urbanísticos para os municípios localizados na área de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani (SAG) e demais áreas estratégicas para a manutenção da segurança hídrica , aprofundando e ampliando as iniciativas da prefeitura de Ribeirão Preto e o

			Ordenamento Territorial dos PDUIs de RMRP e AUF.
Abastecimento de água e esgotamento sanitário	No geral, a região apresenta bons índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Cerca de 30% dos municípios apresentam Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM) inferior ao desejável.	Ampliar e melhorar a infraestrutura de saneamento básico.	Melhorar as condições de saneamento nas áreas rurais.
Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	98% dos 68 municípios dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor acima da média estadual. No que diz respeito à quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados, 93% do total da região é depositado em locais adequados, abaixo da média estadual. Onze aterros regionais encontram-se em situação crítica.	Implantar soluções de gestão de resíduos sólidos regionalizadas. Encontrar soluções sustentáveis de descarte para os municípios que dispõem seus resíduos em aterros em situação crítica.	Executar as propostas de ação existentes no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) do Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM).
Consumo, geração e diversificação da matriz energética	Existência de usinas termelétricas de alto desempenho operacional de elevado consumo e produção energética, relacionadas a produção de cana-de-açúcar da região. Produção significativa de energia a partir de hidrelétricas.	Necessidade de ampliação de fontes alternativas que não gerem grandes impactos ambientais, como a queima da biomassa. Incentivo e ampliação da diversificação da matriz energética.	Ampliação de utilização de energia limpa, com fontes alternativas de energia renovável (PDUI e PAC 2050)

DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Perfil econômico	Presenças da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e da Aglomeração Urbana de Franca impulsionam o desenvolvimento da região. Perfil econômico diversificado, com atividades agrícolas, indústria, serviços e turismo.	Produto Interno Bruto concentrado na região metropolitana, principalmente em Ribeirão Preto.	Aproveitar a diversificação de atividades já existentes na região para induzir o desenvolvimento mais igualitário dos municípios.
Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior	Presença de diversos polos de desenvolvimento, dada a diversidade de segmentos econômicos na região. Importância dos polos Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI, e Alimentos e Bebidas, e Couro e Calçados na Aglomeração Urbana de Franca. Concentração de Instituições de Ensino Superior na RMRP e na AUF.	Maior concentração de polos na região metropolitana. Concentração de empregos formais na região metropolitana. Incentivar a instalação de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas em municípios de interesse que se localizam fora da RMRP e da AUF.	Fortalecer as vocações das outras centralidades da região, Saúde em Barretos e Couro e Calçados em Franca, expandindo a cadeia produtiva para os municípios do entorno. Fomentar novas centralidades regionais, fora da RMRP e AUF, que possam gerar incentivos econômicos e atrair o deslocamento de pessoas.
Atividade Agrícola	Maior produtora de cana-de-açúcar do estado, mais concentrada na RMRP. AUF destaca-se a cafeicultura.	Atividade agrícola pode causar danos ambientais (uso de pesticidas, desgaste do solo, etc).	Estimular a produção sustentável de cana-de-açúcar e de café, aproveitando o potencial regional nas duas culturas.
Caracterização da mudança do uso da terra e expansão da área urbanizada	Substituição das pastagens e cultivo de soja, nas porções norte e oeste do território, pela expansão da cana-de-açúcar, cultura predominante na região. Cobertura natural pulverizada pelo território, sobretudo junto aos corpos hídricos.	Compatibilizar expansão agropecuária com a preservação ambiental, especialmente junto aos corpos hídricos.	Incentivar uma cadeia de valores e suprimentos alimentares confiável e conectada entre as demandas e ofertas urbanas e rurais visando um desenvolvimento equitativo das regiões com forte sinergia entre os espaços urbano-rural. Fomentar o potencial de aumento de cobertura natural a partir da necessidade de áreas de reserva legal e áreas de proteção permanentes (APPs) hídricas.

	Em 98,5% dos municípios da região a taxa de crescimento das áreas urbanizadas foi superior a taxa de crescimento populacional. Apenas 17,6% dos municípios apresentaram alto crescimento populacional, estando localizados em sua maioria no entorno de Ribeirão Preto.	Equalização da expansão urbana às dinâmicas demográficas, em especial nos municípios com expansão urbana acima do crescimento populacional.	Orientar o crescimento equilibrado das cidades, controlando a dispersão da mancha urbana e incentivando o adensamento, conforme a capacidade da infraestrutura.
Dinâmica demográfica	Predomínio de municípios com baixo crescimento ou decréscimo populacional.		
Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	Ampliação da verticalização e de domicílios em condomínio nas centralidades regionais e no entorno imediato de Ribeirão Preto. Dentre os dados do Graprohab é a segunda região com maior número de desmembramentos e quarta em relação aos loteamentos. Média regional de não ocupação de domicílios inferior a estadual, mas 54,4% das cidades têm taxas superiores ao ESP.	Direcionar o crescimento imobiliário para minimizar o aumento das demandas pela oferta de serviços públicos e preservar as áreas naturais, evitando a dispersão urbana e ampliação da não ocupação de domicílios.	Orientar o processo de verticalização das cidades com maior dinâmica imobiliária, junto aos eixos de transporte fomentando a mistura de uso e melhor aproveitamento da infraestrutura urbana já instalada.
Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial	16 municípios com obrigatoriedade de elaboração de PD não os possuem. Outros 27 municípios têm PD com data anterior a 2008. Somente 04 municípios apresentam Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	Atualização e elaboração dos Planos Diretores, PLHIS e demarcação de ZEIS nas cidades que não possuem esses instrumentos urbanísticos.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento de instrumentos urbanísticos.
	Apenas 23,5% dos municípios apresentam instrumentos de levantamento de risco, e nenhum município possui Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR).	Aumento de elaboração instrumentos de levantamento de riscos e de PMRRs para os municípios mais críticos em relação à riscos e desastres.	Apoiar municípios e suas equipes técnicas para o desenvolvimento de PMRRs a partir dos levantamentos de risco já existentes.

INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Rede de centralidades e equipamentos sociais	O Arranjo Populacional de Ribeirão Preto, Barretos e o Arranjo Populacional de Franca são as principais centralidades da região CDHU. Os municípios mais populosos concentram a maior parte dos equipamentos públicos regionais.	Concentração de equipamentos de saúde e educação nos municípios mais populosos. Redimensionamento dos equipamentos públicos na região, de forma a incentivar novas centralidades.	Promover políticas regionalizadas para atendimento das necessidades da população. Incentivar a criação de novas centralidades a partir da instalação de equipamentos públicos em municípios menos populosos.
Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos	Rodovia Anhanguera (SP-330), principal eixo rodoviário da região, cruzando o território no sentido norte-sul, inclusive o município de Ribeirão Preto. Duas rodovias secundárias, Cândido Portinari (SP-334) e Brigadeiro Faria Lima (SP-326), atravessam duas centralidades da região, Franca e Barretos que, por sua vez, interligam-se pela Rodovia Fábio Talarico (SP-345). Ferrovias ainda é responsável pelo transporte de produtos como cana de açúcar, combustíveis, soja e milho tanto para consumo interno quanto para exportação.	Ampliar e desenvolver novos eixos de transporte de cargas na região.	Traçar nas regiões não atendidas pelos principais eixos de mobilidade, papéis estratégicos a serem exercidos em relação à logística regional como instrumento de desenvolvimento econômico.
Mobilidade e acessibilidade regional	Centralidades da Região (Ribeirão Preto, Franca e Barretos) e outros oito municípios possuem os níveis mais altos de conectividade e acessibilidade da região.	Desenvolver estratégias que potencialize a diversidade de infraestrutura de mobilidade na região.	Região com extensa malha de estradas terciárias densa e conectada, com necessidade de melhorias, manutenção e monitoramento.

	Os municípios que atingiram os níveis máximos de conectividade e acessibilidade, se destacam pela extensão de sua malha de estradas terciárias espalhadas pelo território ou como no caso do município de São Simão, por possuir uma boa infraestrutura ferroviária.		
Acidentes no sistema viário	Predominância de municípios com “óbitos abaixo da média estadual”. Dos sete municípios com média de “óbitos muito acima da média”, apenas dois possuem PLANMOB. Porção leste possui uma quantidade mais elevada de óbitos no trânsito. Predominância de óbitos “muito acima da média estadual e regional” em sinistros ocorridos em rodovias.	Desenvolver, sobretudo na porção leste da região, ações conjuntas a fim de viabilizar uma redução nos óbitos no trânsito.	Estabelecer programas de segurança no trânsito nesta região.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	Projeção de elevado aumento de temperatura e diminuição da precipitação anual total, mas com indicação de aumento e diminuição de precipitação extrema; condições de atenção quanto à resiliência às mudanças climáticas no município de Ribeirão Preto, e situação intermediária nos municípios de Franca e Barretos.	Ampliar a governança quanto à resiliência climática, principalmente nos municípios menores. Aumentar a resiliência climática a partir da melhoria de indicadores de governança, ambientais, hídricos, relativos à agropecuária, riscos e sociais.	Potencializar a capacidade de gestão climática dos municípios maiores para potencializar ações regionais de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
	Muito alta suscetibilidade ambiental em porções à leste, oeste e sul da região, relacionada principalmente à suscetibilidade a erosão.		Revisar e elaborar PDs que incorporem conceitos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e redução de riscos.
Domicílios em áreas de risco	Baixo número de municípios que possuem levantamento de riscos.	Elaborar estratégias regionais integradas para o mapeamento de áreas de risco e de ação integrada das defesas civis.	Fomentar a elaboração de PLHIS e de PMRR em municípios com representatividade regional de domicílios em área de risco, perigo de escorregamento, suscetibilidade à inundação e ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos.
Estudos preliminares de necessidades habitacionais	Concentração do déficit nas centralidades regionais de Ribeirão Preto, Franca e Barretos, e centros sub-regionais na RMRP. A inadequação habitacional também está polarizada nas cidades mais populosas e se irradia para os municípios vizinhos desses centros e para divisa com o estado de Minas Gerais.	Elaborar políticas públicas e instrumentos urbanísticos visando diminuir as necessidades habitacionais e promover um desenvolvimento urbano adequado. Ampliar a presença de PLHIS (municípios com projeções de déficit relevantes, como Sertãozinho e Pontal não dispõem desse tipo de plano).	Fomentar o necessário atendimento habitacional através de novas modalidades de políticas públicas como aluguel social, retrofit e destinação de imóveis com notificação de PEUC para HIS, programas de melhorias habitacionais, em acordo às diretrizes deste PDUH e pautado pelo número regional de mais de 55 mil domicílios em inadequação e 36 mil de déficit habitacionais.

Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao Saneamento Básico	Região apresenta índices de atendimento ao saneamento básico reduzidos muito em sobreposição aqueles municípios com maior percentual de população rural. Integram-se baixos índices de conexão às redes gerais de água e de esgoto. O único município da região a registrar favelas e comunidades urbanas é Ribeirão Preto, que conta com 23.700 pessoas vivendo nesses territórios. Apesar de disporem de conexões à rede de água em 95% de seus domicílios, apenas 68% deles estão integrados à rede de esgotamento. Os municípios no entorno da cidade de Franca e situados a leste de Ribeirão Preto apresentam elevado número de domicílios em zonas rurais, regiões também com elevados indicadores de vulnerabilidade social. 18,8% da população regional está inscrita no CadÚnico em situação de pobreza, percentual que se eleva para 25,7% quando considerados apenas os municípios com até 20 mil habitantes.	Enfrentar os baixos índices locais de atendimento em relação ao Saneamento Ambiental, em especial nas favelas e periferias urbanas das grandes cidades, e naqueles pequenos municípios mais ruralizados no entorno de Franca e a leste de Ribeirão. Ampliar as oportunidades de desenvolvimento social e econômico daquela parcela da população regional que se encontra em situação de pobreza e baixa renda, em condições que variam do rural ao urbano, da cidade “regular” e das favelas e comunidades urbanas locais. Especial atenção ao entorno dos polos regionais de Franca e Ribeirão Preto.	Fomentar investimentos em Saneamento Ambiental nessa região pode ter reflexos também na redução de outras vulnerabilidades, principalmente no tocante à Saúde e à Habitação, multiplicando seu retorno. Apropriar-se da alta representatividade de domicílios em situação rural verificada nessa região, que apresentam potencial para a aplicabilidade em escala de Soluções baseadas na Natureza (SbN) relacionadas ao Saneamento Básico. Fomentar investimentos em Regularização Fundiária e Urbanização das favelas e periferias urbanas, permitindo uma maior estabilidade social a essa população, investimentos que poderiam ser integrados à construção de equipamentos e serviços públicos nesses, ou próximos a esses territórios, convergindo tais políticas de assistência.
Infraestrutura de Saúde e Padrão Demográfico	Ribeirão Preto e Barretos concentram grande parte dos hospitais regionais, e atraem a maior quantidade de pessoas para atendimento de saúde de alta complexidade. Pouco mais de um terço dos municípios da região (36,7%) apresentam taxas de	Aumentar a disponibilidade de equipamentos de saúde de alta complexidade nos municípios localizados fora do eixo Ribeirão Preto-Barretos. Diminuir os índices de mortalidade infantil nos municípios da região.	Aproveitar-se da infraestrutura urbana previamente existente nos grandes centros para elevar a qualidade do atendimento à população. Fomentar a expansão da rede de saúde pública de alta complexidade, de abrangência regional, que também pode vir

	mortalidade infantil maiores do que a média brasileira. 75% dos municípios com os menores PIB da região não apresentam leitos hospitalares disponíveis para o atendimento da população. 36,7% dos municípios apresentam alto índice de envelhecimento.	Reduzir a vulnerabilidade econômica e social das populações dos municípios de menores PIB.	a fortalecer e fomentar a criação de novas centralidades locais. Promover políticas de inclusão e de cuidado específico para a população idosa. O envelhecimento da população da região pode vir a fomentar a Economia da Longevidade, trazendo maior qualidade de vida e diversificação econômica para a região.
Violência Urbana	16,1% dos municípios da região encontram-se acima da média estadual de homicídios por 100 mil habitantes. Das doze unidades prisionais presentes na região, três operam abaixo da capacidade máxima. Das nove restantes, 77,8% excedem em mais de 40% a sua capacidade.	Reduzir as desigualdades nos municípios que apresentam altos índices de homicídios e elevado percentual da população municipal inscrita no CadÚnico. Reduzir a população encarcerada de maneira a garantir que os limites por unidade prisional sejam respeitados.	Promover iniciativas que combatam a desigualdade social e promovam desenvolvimento urbano sustentável para todos os municípios da região.

A Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos possui baixa incidência de Unidades de Conservação e possui necessidade de recuperação e proteção de cobertura vegetal nativa, sobretudo em APPs hídricas, com foco em áreas prioritárias para incremento da conectividade.

A questão hídrica é de suma importância para esta região, que possui expressiva ocorrência de áreas de vulnerabilidade de aquíferos (sobretudo do Aquífero Guarani), motivo pelo qual é importante definir diretrizes de uso e ocupação do solo e índices urbanísticos para as áreas de recarga do Sistema Aquífero Guarani na região.

Os principais fatores de pressão nessas áreas de vulnerabilidade são a população numerosa, as altas taxas de crescimento populacional e a alta demanda pela agricultura irrigada. Além disso, a concentração populacional em áreas de recarga de aquíferos pode impactar a quantidade e a qualidade de água para abastecimento público, situação que pode ser ainda mais agravada pelas projeções climáticas, por isso, há a necessidade de integrar a proteção e conservação do Sistema Aquífero Guarani às políticas de ordenamento territorial regionais e municipais.

As pressões sobre as áreas de proteção são intensificadas também pelo destaque de produção desta região, sendo a maior produtora de cana-de-açúcar do estado, assim como é destaque na cultura de café, concentrada na aglomeração urbana de Franca. Por essa razão, os segmentos industriais mais importantes estão relacionados à atividade agrícola, predominando, em toda a região, a fabricação de produtos alimentícios (que inclui a fabricação de açúcar).

Com relação ao crescimento dos municípios, é importante ressaltar que em 98,5% dos municípios da região a taxa de crescimento das áreas urbanizadas foi superior a taxa de crescimento populacional, dentre os quais, somente 17,6%, apresentaram crescimento populacional alto, estando localizados em sua maioria no entorno de Ribeirão Preto. Houve a ampliação da verticalização e de domicílios em condomínio nas centralidades regionais e no entorno imediato de Ribeirão Preto.

3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS

Para uma síntese mais direcionada, cabe agrupar os municípios pelo seu porte, pois, de acordo com o tamanho de sua população, ele pode ter diferentes características e capacidades institucionais. Para isso é relevante também compreender a inserção do município em arranjos populacionais ou região metropolitana, e mesmo sua participação em consórcios específicos, que fortalece sua capacidade institucional e a gestão regionalizada em temas específicos. Na região é possível destacar os consórcios relacionados à saúde, o que condiz com o expressivo número de municípios que não possuem leitos hospitalares na região.

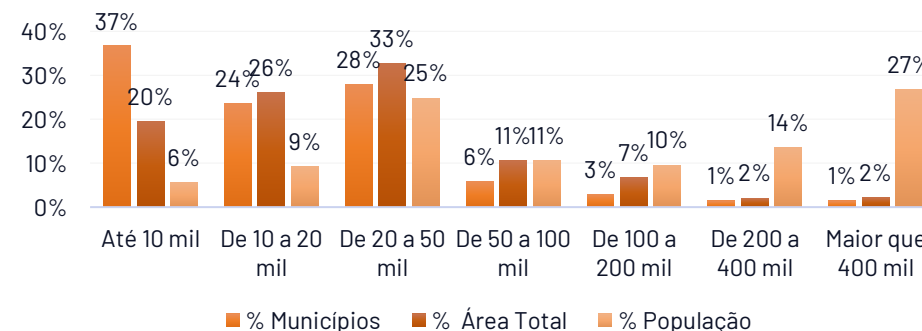
O tamanho do município também é fundamental para compreender as possíveis formas para enfrentar as questões apresentadas, e os tipos de instrumentos urbanísticos existentes e que podem ser utilizados. Um interessante levantamento²⁰, feito pelo Projeto Cidade Presente, apontou recomendações sobre o tipo de instrumento urbanístico pertinente de acordo com o porte populacional do município, algo muito relevante levando-se em conta a sua capacidade institucional e os desafios enfrentados. Ainda distinguindo as cidades pelo porte, estudos do IPEA de subsídio à construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU²¹, ressaltam a importância da existência, por parte da gestão municipal, de recursos técnicos, como base cartográfica digitalizada e cadastro imobiliário, para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento urbano.

A referência usual para determinar o tamanho do município é o número de habitantes que possui. Porém, é importante posicionar essa variável junto a outras informações básicas deste para possibilitar um quadro mais abrangente.

No gráfico a seguir apresenta-se uma caracterização dos 68 municípios que compõem a região considerando, além da população absoluta, a relação

entre sua extensão territorial sobre o total da área da região e sua população relativa ao total da região.

Gráfico 13: Situação da Região de Ribeirão-Franca-Barretos por faixa populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

De modo geral, é possível aferir que **61% dos municípios da região possuem até 20 mil habitantes**, no entanto, somam apenas 15% da população, e abrangem 46% do território.

Já os 28% de municípios na faixa entre 20 e 50 mil habitantes, representam 25% dos habitantes, e abrangem 33% do território, sendo um volume significativo de municípios com essa faixa populacional nesta região. A faixa de 50 a 200 mil habitantes, onde estão os municípios de Barretos e Sertãozinho, representam 9% de municípios e ocupam apenas 18% da extensão territorial da região e abrigam 21% da população.

Ainda de acordo com a faixa populacional do grupo de municípios, também é diferente a relação entre a quantidade de áreas urbanas e rurais e a população que reside em áreas urbanas e rurais²².

20 Maleronka, 2025. Caminhos para financiar Cidades Integradas.

21 IPEA, 2020. Nota Técnica: A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios.

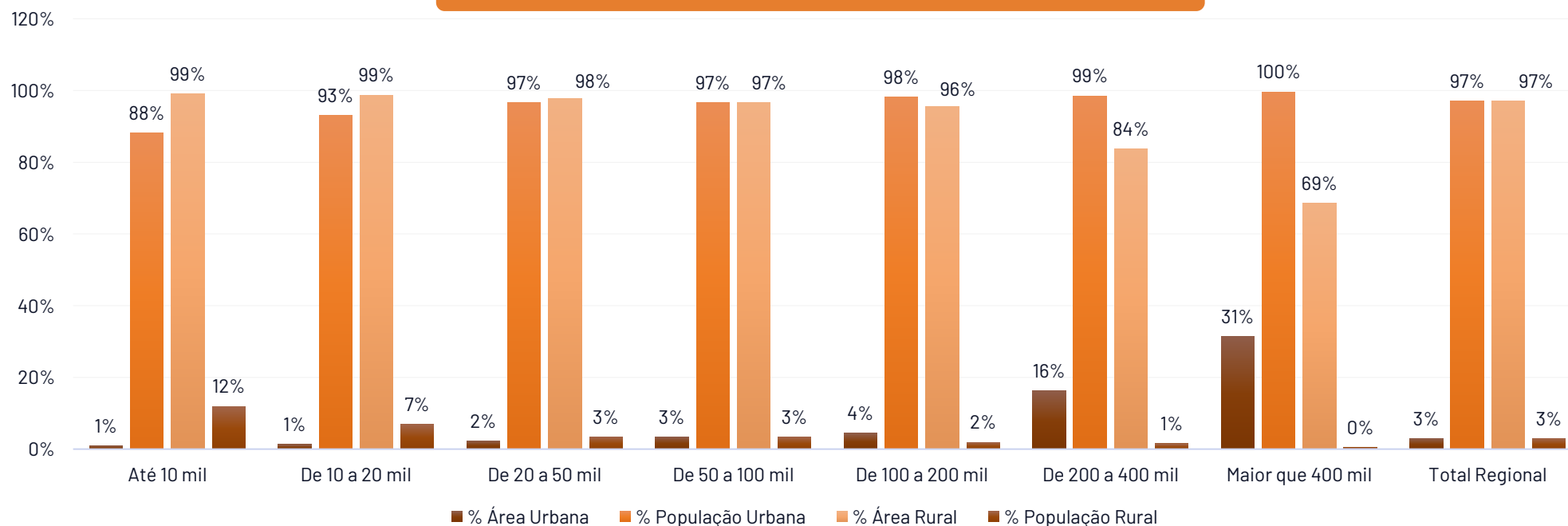
22 Para este levantamento foram utilizados os dados do Censo de 2022, no nível de desagregação do setor censitário. A partir da classificação do IBGE sobre a situação de cada Setor Censitário foram somadas as áreas dos setores classificados como urbanos e dos classificados como rurais. E somada a população de acordo com a situação do setor. Apesar da classificação entre urbano e rural ser

Destacam-se por fim os municípios de Franca e Ribeirão Preto. Em Franca, o município sede da Aglomeração Urbana, com 352.536 de habitantes, representa 2% da área total da região com 14% da população. E o destaque maior para o município de Ribeirão Preto, com 698.642 de habitantes, que representa 27% da população da região distribuídos em 2% da área do território regional.

No gráfico seguinte apresenta-se a porcentagem de área rural e área urbana dos municípios por faixa de população e a porcentagem da população em área urbana e área rural para o conjunto da população destes municípios.

Para os municípios de menor faixa populacional, a proporção da população residente em área urbana é menor do que para os municípios de maior porte (para os municípios de até 10 mil habitantes, a população em área urbana é de cerca de 88%, chegando a 99% em Franca e 100% em Ribeirão Preto) e, em relação à área urbana, a proporção também passa por um grande aumento (para os municípios de até 10 mil habitantes, a área urbana representa 1% do território, enquanto para Franca e Ribeirão Preto, ela constitui 16 e 31% do território municipal, respectivamente). Ou seja, a área rural corresponde a uma porcentagem muito grande do território da região (97%), sendo esta representatividade ainda maior nos municípios pequenos.

Gráfico 14: Situação por grupos de faixa populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipec, 2025.

praticamente dicotômica a nível de situação do setor, alguns setores censitários sem população foram classificados como nulos no campo de situação, e a somatória das áreas foi desconsiderado.

Destaca-se, todavia, que só a referência do porte populacional não é suficiente para a caracterização dos municípios. Outro fator que pode ser fundamental para a compreensão de suas dinâmicas, tendências e obrigações legais, é a localização e as ligações que ele possui com outros municípios.

Por exemplo, um município de até 10 mil habitantes na região pode apresentar diferentes dinâmicas se ele estiver isolado ou pertencer a um arranjo populacional local, participando de interações mais intensas com o município núcleo, ou mesmo dentro de um arranjo populacional, dependendo de suas inter-relações com outros municípios e com o núcleo. Ao analisar três municípios de população abaixo de 10 mil habitantes com localizações e características distintas:

O município de **Jaborandi**, faz divisa com o município de Barretos (Capital Regional B) e com a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, possui 6.221 habitantes, e não pertence a arranjo populacional, (o Arranjo Populacional mais próximo é o de Ribeirão Preto, Capital Regional A, segundo a Regic), a agricultura representa o maior valor adicionado bruto e “demais serviços” como segundo maior valor adicionado. Tem 13,49% da população inscrita no CadÚnico, com decrescimento populacional e expansão urbana alta, com TGCA populacional negativo de -0,48%, TGCA da mancha urbana alto de 1,31%, e tendo apartamentos como a tipologia de maior proporção de crescimento no último período, mas não possui plano diretor, nem obrigatoriedade de sua elaboração. Além disso, houve variação negativa de participação no PIB da região, de -36,7%.

Já **São Simão**, localizado próximo ao município de Ribeirão Preto (Capital Regional B segundo a Regic), não pertence a Arranjo Populacional (Arranjo Populacional de Bauru o mais próximo), possui 13.442 habitantes, tem o maior valor adicionado bruto na categoria “demais serviços”, e como segundo maior valor adicionado, “administração, defesa e saúde públicas e seguridades social”. Tem 31,16% da população inscrita no CadÚnico, com decrescimento populacional e expansão urbana baixa, com TGCA populacional negativo de -0,54%, TGCA da mancha urbana de 0,47%, e tendo casas de vila e condomínios como a tipologia de maior proporção de crescimento no último período, mas não possui plano diretor, apesar da obrigatoriedade de sua

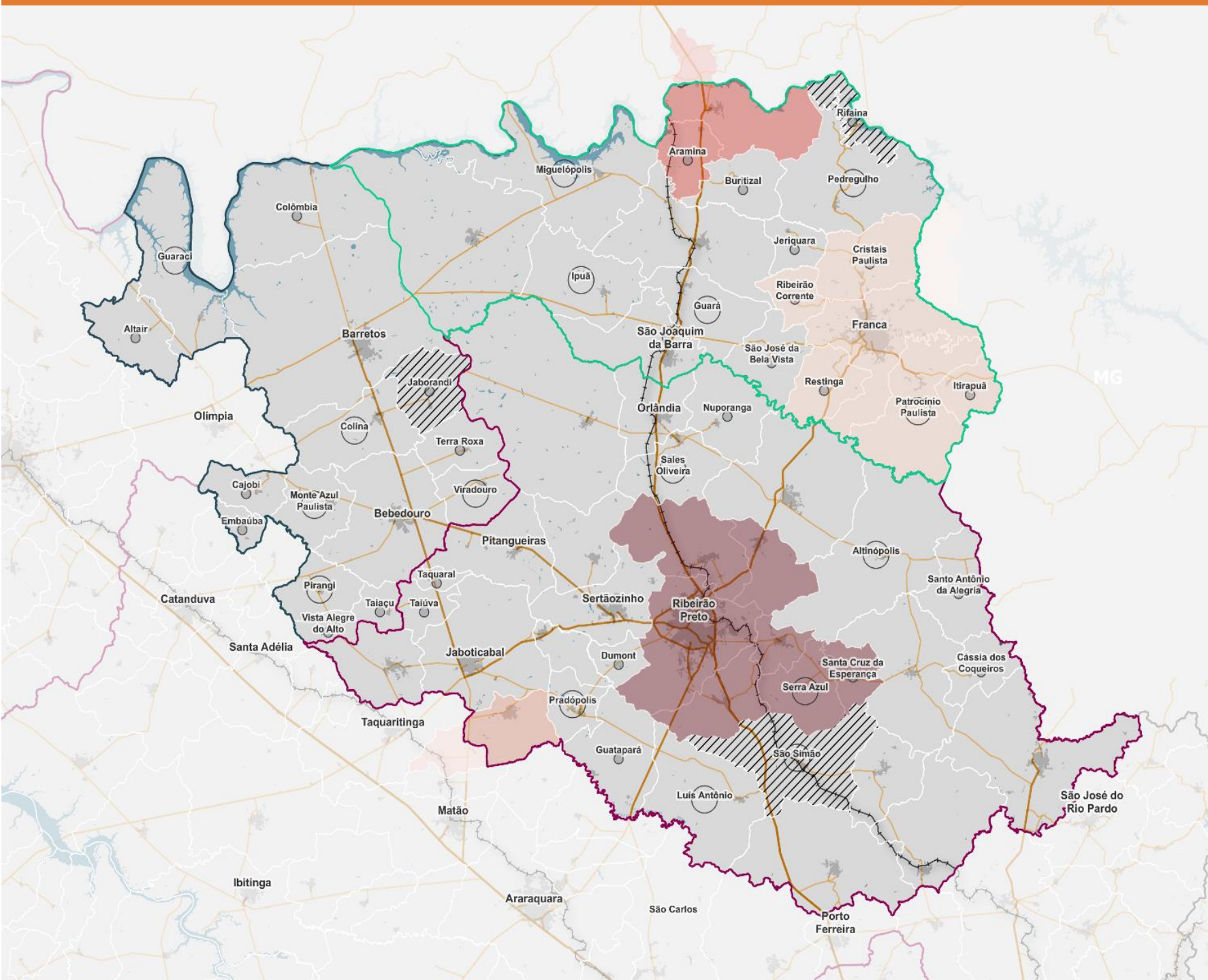
elaboração. O município apresentou variação negativa na participação do PIB, sendo de -13,8%.

Por fim, o município de **Rifaina**, localizado mais ao norte da região, e que faz divisa com o estado de Minas Gerais. O Arranjo Populacional mais próximo é o de Igarapava, seguido pelo de Franca (sendo eles Centro Local C e Capital Regional C, respectivamente, segundo a Regic), possui apenas 4.049 habitantes, sendo 13,79% da população inscrita no CadÚnico. Possui o maior valor adicionado na categoria “demais serviços”, e como segundo maior valor adicionado, Indústrias de Transformação. Apresentou crescimento populacional alto e expansão urbana alta, com TGCA populacional de 1,38% e TGCA da mancha urbana de 4,90%, sendo o 14º com maior expansão no estado, e tendo casas de vila e condomínios como tipologia de maior aumento percentual.

O mapa a seguir destaca os três municípios sinalizados, além de localizar os municípios de até 20 mil habitantes em relação à sua localização na região e aos arranjos populacionais.

ARRANJOS POPULACIONAIS E FAIXAS DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO

Região de Ribeirão Preto-Franca-Barretos
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

- 0 a 10.000 mil
- 10.000 a 20.000 mil

Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

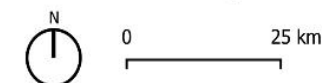
- AP Franca
- AP Guariba
- AP Igarapava
- AP Ribeirão Preto
- Municípios em Destaque

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Conclui-se que as demandas para o desenvolvimento urbano dos municípios são diversas, mesmo dentro da mesma faixa populacional. Os diferentes cruzamentos feitos neste caderno buscaram trazer um pouco desta diversidade, com a indicação, sintetizada acima, das principais questões presentes na região, assim como potencialidades e vulnerabilidades identificadas.

Em um contexto mais amplo, nos debates sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, é importante salientar a relevância dada ao financiamento da política urbana e sobre a governança para sua efetivação, incluindo a participação social e o monitoramento das políticas públicas urbanas. No texto base do Ministério das Cidades para a 6ª Conferência das Cidades, é destacada esta priorização necessária, fomentada por meio de subsídios e de editais de financiamento aos municípios.

3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O ZEE-SP é o instrumento estadual de ordenamento e gestão do território e as diretrizes para a Zona de Gestão 1, devem ser consideradas para essa região de Ribeirão Preto–Franca–Barretos visando uma integração de ações para o planejamento regional²³. As diretrizes de ordenamento e gestão do território indicadas pelo ZEE-SP partem das potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do território.

Para a região é destacada a relevância das atividades agropecuárias para a economia local e regional. No entanto, constitui um setor que, apesar dos índices de produtividade, enfrenta desafios quanto à sustentabilidade, conforme aponta a condição crítica e/ou de atenção dos indicadores de sustentabilidade da produção agropecuária, de número elevado de estabelecimentos com uso de agrotóxico e de demanda hídrica da agricultura irrigada. Que também é alta em segmentos do setor industrial (como produção Têxtil e calçados), além da população numerosa e as altas taxas de crescimento populacional que também constituem pressão sobre a disponibilidade de água, com destaque para áreas de afloramento do aquífero Guarani.

As diretrizes do ZEE-SP para essas regiões refletem estes desafios, e as questões indicadas neste Diagnóstico Regional do PDUH estão em consonância com os temas e diretrizes indicadas pelo ZEE-SP para essas zonas.

A região de Ribeirão Preto–Franca–Barretos dispõe de uma Região Metropolitana (Região Metropolitana de Ribeirão Preto) e uma Aglomeração Urbana (Aglomeração Urbana de Franca), além de outros quinze municípios que não fazem parte de nenhuma destas unidades territoriais urbanas, onde não há incidência de instrumentos de planejamento regional. Neste contexto, os **Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (PDUI-RMRP) e Aglomeração Urbana de Franca (PDUI-**

AUF) também merecem destaque, pois são instrumentos importantes para o planejamento e gestão destes territórios.

O principal objetivo do PDUI é promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades regionais, estabelecendo diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). As FPICs são propostas estruturadas, agrupadas por temas e que visam não somente orientar a formulação e a implementação de políticas públicas e ações governamentais no território metropolitano, como também a articulação interfederativa, com o objetivo de fomentar potencialidades identificadas, além de enfrentar os problemas regionais.

Os PDUIs da RM de Ribeirão Preto e da AU de Franca se assemelham em diversos aspectos, principalmente com relação às temáticas que definem as FPICs, que são agrupadas nos seguintes temas: 1) Planejamento Territorial e Uso do Solo; 2) Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos; 3) Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social; e 4) Mobilidade, Transporte e Logística.

O PDUI RMRP apresenta vinte propostas estruturadas nos temas previamente citados, enquanto o PDUI AUF apresenta dezenove.

As propostas são idênticas em ambos os planos, com exceção da proposta “Estímulo à indústria do turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável”, que está disponível apenas no PDUI RMRP.

As propostas estruturadas para cada um dos temas são pertinentes ao conjunto da região, mesmo para municípios que não são pertencentes nem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto ou Aglomeração Urbana de Franca, com a ressalva de que algumas delas dependem de uma governança interfederativa própria da unidade territorial urbana, e outras dependeriam de um ente supra municipal, como as relativas ao transporte regional. Isto

²³ Zoneamento e diretrizes aplicáveis para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado De São Paulo – ZEE-SP, SEMIL, 2022

posto, a seguir, as propostas estruturadas por temas e o destaque para a proposta que é apresentada apenas para a RMRP.

Com relação ao tema Planejamento Territorial e Uso do Solo, as propostas são:

- Apoio técnico ao desenvolvimento de planos diretores municipais
- Elaboração de um Plano Regional de Habitação

Para o tema Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos:

- Programa Estruturante de Abastecimento de Água – Urbano e Rural
- Programa Estruturante de Esgotamento Sanitário – Urbano e Rural
- Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da RMRP e AUF
- Programa Estruturante de Drenagem
- Programa de Diversificação da Matriz Energética
- Recomposição Vegetal de Reserva Legal
- Mapeamento de Áreas para Criação de RPPN
- Programa Regional de Enfrentamento à Crise Hídrica
- Programa Regional de Monitoramento e Prevenção às Queimadas

No Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social:

- Distribuição de investimentos e oportunidades pelo território
- Promoção da formação e da qualificação profissional
- Dinamização e Organização Econômica
- Estímulo ao Desenvolvimento Agrícola Sustentável
- Estímulo à indústria do turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável **(proposta referente unicamente ao PDUI da RMRP, mas pertinente ao conjunto da região)**
- Promoção e proteção do patrimônio cultural e fortalecimento da identidade regional

E, no tema Mobilidade, transporte e logística:

- Elaboração de pesquisas e planos para o planejamento do transporte, mobilidade e logística regional
- Integração do planejamento e da operação dos sistemas e serviços de transporte público regional
- Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte, viário e de logística regional

Por fim, é importante destacar que o diagnóstico regional busca identificar questões incidentes ao conjunto da região e que, para que sejam endereçadas, para além da escala municipal e de modo integrado, é necessária uma governança interfederativa supra municipal.

Para questões técnicas pontuais mostra-se eficiente e louvável a articulação por meio de consórcios, porém para temas envolvendo as diferentes funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, é válida a prerrogativa da governança interfederativa prevista no Estatuto da Metrópole, Lei Federal Nº 13.089/2015, importante instância a ser fortalecida, na adequada escala para articulação de questões regionais no âmbito do PDUH.

3.3 PRÓXIMOS PASSOS

Os Eixos intersetoriais estruturadores deste Caderno Regional: (i) dinâmica ambiental e saneamento, (ii) desenvolvimento socioterritorial, (iii) infraestrutura social & urbana e mobilidade, (iv) mudanças climáticas e vulnerabilidade socioterritorial, serviram de base para a organização do diagnóstico apresentado regionalmente. Os desafios e oportunidades indicados nessa seção reforçam as principais questões regionais identificadas.

Como sequência do processo de estruturação do PDUH 2040, os destaques identificados foram apresentados em Encontros Técnicos Regionais, realizados ao longo de 2025 e 2026, que permitiram o recebimento de contribuições locais, validando e aprofundando o panorama regional verificado. O conteúdo deste Caderno, juntamente com as premissas e diretrizes iniciais do Plano, subsidiaram a construção de estratégias estaduais, ações e subações, organizadas por eixo intersetorial, visando ao enfrentamento dos principais desafios elencados. Este conteúdo propositivo e estratégico constituirá caderno específico contendo as estratégias e ações do Plano.

